



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS**

JULIANA ROBERTA DE PAULO ANTONELI

“Mãe é mãe!”?

Narrativas de mulheres de um CAPSi

CAMPINAS

2023

JULIANA ROBERTA DE PAULO ANTONELI

“Mãe é mãe!”?

Narrativas de mulheres de um CAPSij

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de mestra em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde, na área de Política, Gestão e Planejamento.

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO SPARAPAN PENA

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DE
JULIANA ROBERTA DE PAULO
ANTONELI E ORIENTADA PELO PROF.
DR. RICARDO SPARAPAN PENA.

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Maristella Soares dos Santos - CRB 8/8402

An88m Antoneli, Juliana Roberta de Paulo, 1990-
"Mãe é mãe?" : narrativas de mulheres de um CAPSij / Juliana Roberta De Paulo Antoneli. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Ricardo Sparapan Pena.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

1. Maternidades. 2. Feminismo. 3. Serviços de saúde mental. I. Pena, Ricardo Sparapan, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: "Mother is mother? : women's narratives from a CAPSij

Palavras-chave em inglês:

Motherhoods

Feminism

Mental health services

Área de concentração: Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde

Titulação: Mestra em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde

Banca examinadora:

Ricardo Sparapan Pena [Orientador]

Vanessa do Nascimento Fonseca

Sergio Resende Carvalho

Data de defesa: 11-08-2023

Programa de Pós-Graduação: Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7471-408X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1569204795632377>

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO
JULIANA ROBERTA DE PAULO ANTONELI

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO SPARAPAN PENA

MEMBROS:

1. PROF. DR. RICARDO SPARAPAN PENA

2. PROFA. DRA. VANESSA DO NASCIMENTO FONSECA

3. PROF. DR. SERGIO RESENDE CARVALHO

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da FCM.

Data de Defesa: 11/08/2023

RESUMO

Este trabalho é embalado por inquietações da prática de uma psicóloga de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSij) de Campinas a partir do encontro com as mulheres mães que possuem filhos em tratamento neste serviço e que, de algum modo, eram consideradas inadequadas em suas maternidades. Sustentado por referencial teórico do Feminismo Pós-estruturalista e Foucaultiano coloca em questão as concepções de “mãe” como mulheres naturalmente amorosas, carinhosas, cuidadoras, dedicadas e abnegadas em prol da tarefa materna e elucida as contradições e ambivalências em busca de maternidades múltiplas como resposta à construção da mãe universal. Através da pesquisa-intervenção constrói caminhos para o encontro com seis mulheres mães de um CAPSij, a partir de entrevistas semiestruturadas que serviram de base para a criação de seis narrativas em torno da maternidade. Este material foi trabalhado a partir do referencial Genealógico com o objetivo de analisar as narrativas e articular os discursos presentes nas intersecções de raça, classe, escolaridade e profissão, a fim de mapear as relações de poder na produção de subjetividades mães. A discussão do material foi organizada em três temas mais evidentes nas narrativas: o corpo, as violências vividas e o filho louco. Apesar da imensa exigência de performance em torno da maternidade pelos discursos médicos, midiáticos e psicologizantes, encontramos em suas vivências uma brutal solidão e abandono do Estado. A inadequação aqui é questionada e reposicionada da margem ao centro, para que as histórias de vida possam aparecer e nos contar que o que, muitas vezes, consideramos como inadequado, também carrega camadas de fome, violências, abandonos, escassez de políticas públicas e negligências do Estado.

Palavras-chave: Maternidades; Feminismo; Serviços de Saúde Mental.

ABSTRACT

This work is cradled by the concerns of a psychologist in her practice at a Psychosocial Care Center for Children and Adolescents (CAPSij) in Campinas, based on the encounter with women mothers who have children undergoing treatment at this service and who, in some way, were considered inadequate in their maternity wards. Sustained by the theoretical framework of Poststructuralist and Foucaultian Feminism, it questions the conceptions of “mother” as naturally loving, caring, dedicated and selfless women in favor of the maternal task and elucidates the contradictions and ambivalences in search of multiple motherhoods as an answer to the construction of the universal mother. From the research-intervention, it builds ways to meet six women mothers of a CAPSij, from semi-structured interviews that served as the basis for the creation of six narratives around motherhood. This material was worked from the Genealogical framework with the aim of analyzing the narratives and articulating the discourses present at the intersections of race, class, education and profession, in order to map the power relations in the production of mother subjectivities. Discussion of the material was organized into three more evident themes in the narratives: the body, the violence experienced and the crazy child. Despite the immense demand for performance around motherhood by medical, media and psychologizing discourses, we find in their experiences a brutal loneliness and abandonment of the state. Inadequacy is questioned here and repositioned from the margins to the center, so that life stories can appear and tell us that what we often consider as inadequate also carries layers of hunger, violence, abandonment, lack of public policies and negligence of state.

Keywords: Motherhoods; Feminism; Mental Health Services.

A todas mulheres mães
que sentadas à minha frente
me convocaram ao cuidado
à pesquisa
e à vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a companhia de Ricardo Pena nessa trajetória, que com maestria, me orientou, me enxergou e soube me levar a caminhos cheios de sentidos. Um desses, inclusive, o Grupo Conexões, que me mostrou que existe alegria e amor nas pesquisas.

Agradeço à equipe e aos usuários do CAPSij Carretel, palco dessa pesquisa, donos de minhas maiores indignações, pulsões, risos, choros, bolos, e hoje, saudades.

Agradeço àquela que tanto me ensinou sobre amor, dor e palavras: minha mãe. Obrigada por ter me alfabetizado entre o colo de suas pernas e por ter me visto escritora desde as minhas redações na segunda série. Ao meu pai, agradeço sua postura inabalável frente às dívidas, e por ter sustentado minha educação não somente com dinheiro, mas com coragem.

Agradeço às minhas irmãs e meu irmão a generosidade fraternal de quem me viu nascer e tentar ser. Agradeço Marcão por permanecer. E os meus pequenos Mateus, Malu, Alice e Martin, por me deixarem ser a tia Juju e a fazedora de bolos de aniversários.

À Luisa, Thais, Camila, Ana Raquel e Fernanda, agradeço a amizade que me sustenta meio autêntica/meio noiada nesse mundo. À Bibs, Marina, Livy, Jéssica e Juli, agradeço a descoberta do mundo, da psicologia e da amizade. À Lara, Stela e Vanessa agradeço a irmandade e presença carinhosa nos descaminhos de ser mulher. Ao Eder, agradeço a compreensão dos incompreendidos.

Ao Vítor, e sua imensidão mansa, que tanto me acolhe e me faz querer viver.

E por último, agradeço minha casa, minha sala e minha janela, foi sentada aqui, junto com minha solidão, que tudo começou e hoje se encerra.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CONSTRUINDO O PENSAMENTO	19
2.1 “Libertar as mulheres da mulher”.....	19
2.2 O ideal materno.....	23
2.3 Liberar a mãe das condutas maternas	28
3. METODOLOGIA	37
3.1 Percursos investigativos: a pesquisa-intervenção.....	37
3.2 (Des)caminhos metodológicos: as entrevistas	42
3.2.1 Contar histórias: as narrativas.....	46
3.3 Em busca de um modo de olhar: a genealogia	49
3.4 Aspectos éticos	56
4. NARRATIVAS.....	58
4.1 Diva	58
4.2 Lourdes	62
4.3 Dirce	65
4.4 Eleni	67
4.5 Bernadeth.....	71
4.6 Maria	73
5. UMA GENEALOGIA DAS MULHERES DE UM CAPSij	77
5.1 O corpo mãe.....	79
5.2 As violências e a pobreza.....	91
5.3 O filho louco	100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
7. BIBLIOGRAFIA.....	113
8. ANEXOS.....	116

1. INTRODUÇÃO

Em uma tarde ensolarada de janeiro estava eu, enquanto psicóloga de um serviço de saúde mental infanto-juvenil público, dentro de uma sala de atendimento realizando a escuta de uma mulher, mãe, negra, desempregada, que havia trazido seu filho no colo após um longo trajeto de alguns ônibus, desde a periferia de Campinas até este referido local em uma região nobre da cidade. Não era somente o calor que incomodava, mas também o que essa mulher tinha a dizer.

Em suas falas tentava encontrar palavras para descrever o quão insuportável tinha se tornado o ato de ser mãe de uma criança difícil, agitada, agressiva, com atrasos importantes no desenvolvimento infantil. Contava sobre suas dificuldades em entender o que ele queria, o porquê ele fazia o que fazia, ao mesmo tempo que se culpava pelo fardo que carregava, se perguntava qual pecado cometeu para ser digna de tamanha dor.

Nomeou seu filho de “carma”, expressou raiva pelos comportamentos dele, contou sobre ódio que sentia, e expôs sua vulnerabilidade em ter se transformado em mãe de um filho com “transtorno mental grave”. Dizia não ter muito tempo disponível para o filho e que, quando estavam juntos, perdia a paciência. Não gostava de brincar e passear era difícil e caro, então deixava-o horas a fio no celular para conseguir fazer as tarefas da casa em paz.

Tratava seu filho de um modo pouco afetuoso, confessou despender algumas palmadas nele quando muito irritada. Aos prantos disse que pensou em aborto, que não queria ser mãe naquele momento da vida. Sentia raiva de si mesma por não ter conseguido interromper a gravidez. O pai da criança a abandonou quando a soube grávida, deixando para trás o filho e uma mulher machucada pelo abandono que mal teve chances de elaborar.

Neste mesmo dia, me peguei dizendo à equipe uma frase que me marcou, e que localizo como o início desta investigação: “essa mãe não consegue ser mãe”.

Somente agora, depois de um longo percurso, consigo notar a violência que ela tem embutida, na qual aponto que uma mulher não consegue ser o que ela já é: mãe.

Pude perceber que o que eu estava entendendo como “mãe” não era o óbvio posto em minha frente: uma mulher que não abortou, que não abandonou, que não entregou o filho para outra pessoa cuidar, uma mulher que, apesar de tudo, ainda sustentava a maternidade, ao seu modo. Notei, então, que a minha clínica estava atravessada por um ideal de mãe que eu precisava urgentemente olhar.

Talvez pela minha condição de filha, de mulher sem filhos, tenha me identificado mais ao filho “pouco amado”, do que à mãe “que não conseguia ser mãe”. Pude notar que minha concepção de mãe carregava adjetivos intrínsecos, como cuidadora, amorosa, afetuosa, carinhosa e dedicada.

Características estas naturalmente esperadas, e que quando não encontradas, produzem uma inadequação. Estas mães consideradas, por mim e por uma boa parcela da sociedade, inadequadas, se tornaram então um ponto de curiosidade, pois haviam deflagrado em mim preconceitos, ideais, naturalizações e negligências na escuta.

Me percebi pretensiosa, do alto do meu saber, de minha branquitude, de minha condição financeira, ao deslegitimar a maternidade de uma mulher que havia atravessado a cidade para me dizer o que eu não dava conta de ouvir. Ao me reposicionar nesta escuta, ao me rever e me disponibilizar a essas mães sem esperar delas o que considerava óbvio de uma mãe, pude encontrar inúmeras vivências de sustentações de maternidades que se localizam no cruzamento entre a esquina da mãe ideal e a esquina da mãe inadequada.

Esta escuta, reposicionada, me tornou mais atenta à história dessas mulheres antes de serem mães, de suas experiências enquanto mulheres, atravessadas pelas suas condições de vida, suas possibilidades de existências e por tudo aquilo que se fazia inexistente em suas trajetórias. Percebi que para elas chegarem perto de serem “a mãe” que eu esperava que fossem era necessário que políticas públicas não tivessem falhado, que a responsabilidade paterna fosse algo equalizado, que o trabalho não fosse subalternizado e explorado, que desigualdades não se fizessem

tão presentes. Afinal, ter tempo e dedicação para os filhos é uma questão de classe, raça e gênero.

Tempos depois, retomei com a equipe algumas reflexões sobre as dificuldades em torno da maternidade. Com uma certa surpresa conformada, recebi a mesma resposta de algumas pessoas: “Mãe é mãe!”. Notei que essa frase conseguia encerrar qualquer discussão, pois, afinal, e apesar de tudo, “mãe é mãe!”. Também passei a notar essa frase na boca de muitas mulheres, que ao se depararem com uma situação limite em suas vivências maternas, diziam: “Mas sabe como é, né? Mãe é mãe! Não tem o que fazer”.

Johanna Oksala (1) diz que uma pedra pode ser usada com eficácia tanto para martelar um prego, quanto para quebrar uma vidraça. Talvez essa metáfora tenha me permitido pensar que em minha prática como psicóloga, diante de tantas mães, eu poderia pegar minhas inquietações em forma de pedra e martelar sobre o que já se esperava delas, ou arremessá-la em uma vidraça, com a intenção de espatifar em pedaços o que socialmente entendemos como representação de uma mãe.

Estrategicamente decidi colocar uma interrogação em uma exclamação posta: “Mãe é mãe!”? Embalada em um exercício foucaultiano de questionar o presente e recusar a ser o que somos, além de tentar compreender como chegamos a ser quem somos. Questionar o óbvio, se espantar com o natural, se abalar com o que está dado, se mostrou, para mim, mais do que uma simples inquietação: uma atividade ética e política.

Deste modo, a produção científica aqui apresentada não teve seu início dentro da academia, lugar que tampouco se espera que seu fim se destine. Palavras como início e fim me ajudam a organizar um processo todo emaranhado, que se iniciou antes do começo, e que não terminará com seu fim. Firma-se, aqui, o compromisso de uma investigação que não se propõe a separar a ciência da vida.

A difícil tarefa de me tornar pesquisadora enquanto trabalhadora do Sistema Único de Saúde (SUS) se deu pelo desejo de dar forma ao que me inquieta. Deste modo, tudo começa com as inquietações de um corpo em prática cotidiana que não só necessitavam de um destino mais produtivo, mas que também tinham o dever

ético e político de tornar dizível questões que se encontravam em mim, mas que expressam um modo no qual a nossa sociedade, brasileira, colonizada, desigual e preconceituosa trata a maternidade.

Assim, fui conduzida a me debruçar sobre a pergunta “o que é ser mãe?”, para através dela buscar respostas que me conduzissem a maneiras distintas de encarar a maternidade, para além do senso comum. Para essa pergunta encontram-se as mais diversas respostas, em diferentes épocas e períodos sociais e históricos. Inclusive em momentos temporais semelhantes o “ser mãe” também encontra um espectro de diversidade quando olhado a partir de intersecções de classe, raça, cultura, escolaridade ou profissão.

Em seu livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, Elisabeth Badinter (2) nos leva de mãos dadas às transformações históricas da vivência da maternidade na cultura ocidental europeia, a partir de mudanças sociais, políticas e econômicas. Segundo a autora, no século XVII e boa parte do século XVIII, era comum as mulheres entregarem seus filhos recém nascidos às amas de leite e cuidadoras, e somente os tomarem aos cuidados, quando eles não faleciam, cerca de quatro anos depois. Uma prática disseminada, que não acompanhava sentimento de culpa ou qualquer drama consciente.

É no século XVIII, por conta do baixo contingente populacional da Europa, devido às guerras, fome e doenças, que a maternidade se configura como um ideal para as mulheres. É colocado nas mãos delas, pelos governantes, a função de cuidar das crias e, assim, cuidar do futuro do Estado (2).

Neste sentido, Del Priori (3) lança luz à mulher no período do Brasil colônia e demonstra a diversidade contida entre ser mulher branca livre e mulher preta e escrava. Acrescento aqui, também, as mulheres indígenas, e seus modos múltiplos de exercer o cuidado. Nessa época o interesse era em domesticar a mulher, pois essa seria uma maneira de civilizar a maternidade, e de certa forma, garantir o cuidado da prole que iria ocupar os espaços vazios de um país em nascimento.

Este era um projeto moral e demográfico encabeçado pela Igreja Católica. Del Priori (3) aponta que existia uma grande preocupação com os filhos frutos da

miscigenação, entendidos como ilegítimos e perigosos. Assim, ser mãe de um bastardo se configura de maneira diferente de ser mãe de um futuro herdeiro.

Trago estes recortes no tempo para assim cimentarmos nossas discussões na ideia de que a maternidade é algo construído socialmente. A sua perspectiva universal, natural, instintiva, aqui é questionada, assim como as feministas há muitos anos já questionam o que é ser mulher, e conseqüentemente, a essência feminina, a justificativa biológica da diferença dos sexos, a feminilidade inata.

A naturalização da maternidade, o amor maternal, o ato natural de cuidar, a realização pessoal em ter um filho, a felicidade em ser mãe, correm em paralelo com a naturalização da mulher como alguém do lar, do cuidado doméstico, da delicadeza, da fragilidade e amorosidade. Entender a maternidade como algo natural é supor que ser mãe é um fator que pertence a uma certa essência feminina (4). Deste modo, partimos, então, da compreensão de que não se trata de uma essência, mas da naturalização de processos socioculturais (2).

As análises de Foucault sobre o sujeito e o poder permitiram reflexões sobre o corpo político constituído por hábitos, práticas e normas. No que tange ao feminismo, estas apropriações geraram reflexões sobre como os sujeitos femininos são produzidos por práticas disciplinares e patriarcais, como corpos dóceis, dependentes, abnegadas de seus interesses e impulsos agressivos, cuidadores e protetores (5).

Sandra Bartky (2) foi uma das feministas a olhar para o poder disciplinar e a internalização de hábitos disciplinares na constituição de um sujeito feminino dócil. Deste modo, argumenta que a opressão das mulheres requer um olhar sobre como essas subjetividades são conformadas a partir de padrões e ideais socialmente esperados.

Pode-se pensar, assim, que a experiência da maternidade é atravessada, e ao mesmo tempo constituída, por práticas disciplinares como o discurso religioso (a mãe santa), científico (instinto materno), médico (mãe adequada), midiático, jurídico, entre outros. Assim, nota-se a face produtiva do poder, como destaca Foucault (6), o qual não é somente coercitivo e repressivo. Este se dá por redes de domínios mais finas e invisíveis, os quais produzem desejos de ser, maneiras de como ser.

Valeska Zanello (7) traz uma reflexão sobre como a subjetivação da mulher é permeada pelo dispositivo materno, o qual produz subjetividades conformadas ao ideal de mãe socialmente construído e esperado, através de discursos, práticas disciplinares e normas. Aponta que a maternidade naturalizada faz com que as mulheres vivam esta experiência de forma normativa, limitada, já roteirizada, sendo ela um grande fator de sofrimento.

Se faz importante situar que esta perspectiva de ideal materno corresponde a um pensamento ocidental, eurocêntrico e colonizador. É sabido que existem outros modos de exercer a maternidade, em outras culturas, inclusive por culturas não generificadas, como a ioruba, descrita por Oyèrónké Oyěwùmí, que apresenta uma visão de Matripotência. Contudo, este estudo se limita a pensar a maternidade na perspectiva deste local em que se habita: ocidental e colonizado.

Em uma sociedade neoliberal, individualista, atomizada em sujeitos de interesses, a livre escolha individual maquia os aspectos sistêmicos do poder, como dominações, explorações e hierarquias, ao designar aos sujeitos diferentes opções de escolhas, sem permitir qualquer chance de definirem ou moldarem essas opções. A racionalidade neoliberal se esquia, então, de qualquer responsabilidade governamental, estrutural ou coletiva pelas desigualdades sociais e econômicas. Tornar-se mãe, executiva, prostituta, solteira, alcoolista ou empregada doméstica, tornou-se uma questão de escolha individual, e qualquer tipo de atravessamento, dificuldade ou complicação se torna um fracasso pessoal (5).

Deste modo, retornamos ao início para darmos um passo à frente. Trago novamente a minha experiência com a mãe citada no começo do texto. Ela me ajudou a elaborar a demanda investigativa que me conduziu até aqui. Neste momento, faz-se necessário conduzir esta pesquisa em direção às vozes de mulheres que se encontram, assim como ela, entre a esquina da mãe inadequada e o cruzamento da mãe ideal.

Compreendendo que esta distância entre uma e outra compõem um imenso espectro de possibilidades de existências silenciadas e quase inaudíveis. Assim sendo, entende-se que o objeto desta pesquisa se encontra nestas experiências de sustentação da maternidade de mulheres que se tornaram mães, que se tornaram mães de um CAPSij.

Entende-se o CAPSij como um serviço especializado em Saúde Mental Infanto-Juvenil que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) existente no SUS. Este é destinado ao atendimento de crianças e adolescentes que estejam em sofrimento psíquico grave, assim como o atendimento de suas famílias (8).

Sendo o CAPSij um local que recebe crianças e adolescentes, em qualquer tipo de sofrimento psíquico grave, uma imensa diversidade de sofrimento é acolhida: crianças imersas em variados tipos de violências e partes de uma vulnerabilidade social intensa; adolescentes um uso de substâncias psicoativas; crianças agitadas e agressivas; adolescentes com dificuldades escolares. Crianças e adolescentes que de alguma forma, foram entendidos como problemáticos, difíceis, inadequados, aos olhos das instituições zelam por eles, como a família, a escola, o conselho tutelar, e serviços da saúde e da assistência social.

Estas crianças chegam acompanhadas de suas famílias, principalmente, de suas mães, as quais automaticamente, pelo fato de terem filhos que fugiram à norma, também, de alguma forma, possuem maternidades que não se enquadram nesta, já que não corresponderam à criação do filho “normal”. A própria expressão “mãe de CAPSij” é utilizada de forma pejorativa por profissionais, ao se referirem às mães “loucas”, ou que enlouqueceram seus filhos.

Deste modo, faz-se importante ouvir estas mulheres com o intuito de convidá-las a serem produtoras de um conhecimento a partir de suas vivências, mais do que escutá-las a partir de conceitos predefinidos e cada vez mais medicalizantes (9). Assim, pretende-se produzir narrativas que caibam protagonistas que encenem diferentes modos de existência, deslocando esses discursos da margem, da invisibilidade, do silêncio, para lugares onde possam existir de forma menos dolorida, massacrada, julgada.

Propõe-se, então, escutar estas vivências de sustentação (objeto de pesquisa) a fim de compreender como se constrói a maternidade de uma mulher que se tornou mãe de um CAPSij. Deste modo, encontramos este desenho investigativo para iniciar:

Objetivo geral: Compreender os discursos, normas, relações de forças que compõem e produzem as subjetividades destas mulheres, a fim de mapear

diferentes modos de existir em múltiplas maternidades, silenciadas pelo discurso hegemônico da mãe ideal.

Objetivos específicos:

- Construir narrativas de mulheres mães de filhos inscritos em um CAPSij;
- Analisar as narrativas e articular os discursos presentes nas intersecções de raça, classe, escolaridade e profissão, a fim de mapear as relações de poder na produção de subjetividades mães.

2. CONSTRUINDO O PENSAMENTO

2.1 “Libertar as mulheres da mulher”

Questionar a ordem natural, o sujeito universal e a dominação das mulheres nos exige encontrar caminhos teóricos que sustentem os saberes localizados, os saberes “menores”, assim como uma certa compreensão de sujeito e de subjetividade.

O pensamento de Michel Foucault é um tema controverso em diversas vertentes do feminismo, e sua crítica gira em torno da incompatibilidade do pensamento pós-moderno e pós-estruturalista com uma política emancipatória, progressista. Algumas feministas Foucaultianas já fizeram o trabalho de desamarrar esses nós, e mostraram o equívoco em compreender Foucault como um autor pouco propositivo em relação às ações políticas. Margaret McLaren (10) demonstra que a obra de Foucault nos mune de recursos para pensar a subjetividade constituída historicamente e através das relações sociais, e que conseqüentemente, este eu social possui capacidade de agir politicamente.

Faz-se importante frisar que Michel Foucault é considerado, em geral, como um pensador pós-estruturalista. Apesar dele próprio rejeitar esse rótulo, ele faz parte da geração de pensadores franceses dos anos 1960 que se deparam com o esgotamento do pensamento existencialista. Este esfalfamento se dá pela centralidade dessa vertente em pensar o ser humano como principal objeto de estudo da filosofia (1).

O pós-estruturalismo, então, se recusa a esta centralidade do ser humano como objeto de análise, e insere outros determinantes sociais, linguísticos e inconscientes do pensamento. Deste modo, estes pensadores negam uma busca pela natureza humana, uma essência, entendida como identidade. O sujeito pensante e racional, desde Descartes, se mostrou gasto, e foi necessário, de certa forma, matá-lo, como um dia a Modernidade matou Deus, para assim construir maneiras de pensar radicalmente novas (1).

Foucault faz, em sua obra, uma crítica à Modernidade ao fundir História e Filosofia, o que nomeou de “histórias do presente”. Assim, questionou algumas

práticas essenciais da cultura moderna ao mapear o desenvolvimento histórico e as bases conceituais, desnaturalizando o “inevitável”. Práticas como a da punição e do enclausuramento foram questionadas, firmando a posição do intelectual não como consciência da sociedade, e sim como libertador dela (1).

As ideias de Foucault e do pós-estruturalismo chegaram às feministas nas décadas de 1970 e 1980, quando algumas delas também criticavam o sujeito da modernidade, o sujeito universal e racional. O feminismo pós-estruturalista aborda questões sobre o conceito de identidade singular, sujeito unificado, unitário, e assim homogêneo, saindo em busca de um sujeito múltiplo, engendrado, e plural (11).

A noção de sujeito de Foucault é útil às feministas ao compreender a subjetividade não com algo interno, substancial, como uma identidade. O sujeito não é uma condição, uma situação preexistente, ele é constituído nas redes de relações que experiencia e vivencia. Assim, o “eu” em questão não é algo isolado, encerrado em si, mas um campo aberto de forças. Portanto, entre o eu e o fora não há distinção, e sim continuidade (12).

Ao pensar os modos como nos tornamos sujeitos, Foucault coloca a subjetividade em um processo, em movimento, em modos de subjetivação. Estes são os processos de constituição de uma subjetividade, e fazem parte de um imenso campo de relações de poder, discursos, normas e regimes de verdades que produzem subjetividades corporificadas. Diferentes dos modos de sujeição, presentes na era Moderna com a ascensão do Cristianismo, os quais supõem obediência às regras, códigos e normas (1).

Para compreender os modos de subjetivação é necessário olhar uma outra temática cara da obra do autor ao feminismo: o caráter produtivo do poder. Deste modo, não se trata de compreender o poder como algo que nos reprime e censura, mas de um poder que produz e incita formas de experiências e conhecimento. O poder não está localizado, não é conquistado, nem partilhado, ele é exercido por inúmeros pontos, é difuso, se apresenta em relação, relações desiguais e em movimento (1).

Assim, estas relações de poder não dizem de uma exterioridade, de uma superestrutura repressiva, acima de nós. Ela é imanente às outras relações, como

as de conhecimento, as sexuais, os processos econômicos, políticos e sociais. Deste modo, não existe verdade fora das relações de poder, a produção da verdade se dá dentro dessas relações, e vincula o poder ao saber, poder como produção de conhecimento, subjetividades, existências (10).

Estes pensamentos permitiram que as feministas pudessem compreender que o pessoal é político e que os sujeitos são construídos por meio de hábitos cotidianos e práticas comuns. Permitiu que estas reconhecessem estas práticas e questionassem as relações de poder nas relações de gênero, assim como denunciar as inúmeras formas de dominação masculina sobre as mulheres. Possibilitou, também, pensar os modos de subjetivação que atravessam e produzem corpos em mulheres, assim como os discursos e normas presentes nessas relações (5).

Colocando desta forma, um tema caro ao feminismo e à Foucault é o corpo. Para o autor, o corpo não pode ser compreendido somente como um lugar para a subjetividade, pois ele é a condição dela. Ou seja, corpo e subjetividade não estão separados.

“O poder através de seu efeito no corpo produz uma interioridade (a alma), e em troca, é em parte por conta dessa interioridade que o poder é exercido sobre o corpo. Gilles Deleuze, em seu conhecido comentário a respeito da obra de Foucault, se refere à noção de subjetividade dele como uma dobra ou duplicação. O interior é uma duplicação do exterior; o exterior produz o interior por meio de uma duplicação, uma dobra, um reflexo voltado para si mesmo. Esta ideia da concepção de subjetividade de Foucault como uma dobra sustenta minha visão de que para ele subjetividade e corpo são inseparáveis; ele oferece uma explicação de subjetividade corporificada” (10)

Deste modo, o corpo é um produto das relações de poder, o qual não produz somente corpos dóceis e disciplinados, mas também resistentes. Feministas têm se utilizado de sua obra para compreender os regimes normativos que incidem nas subjetividades de mulheres, e denunciam que normas de gênero são efeitos de práticas disciplinares.

Temas como a colonização do corpo da mulher a partir de discursos médicos, religiosos, e jurídicos permitiram a desconstrução e historicização da identidade

feminina. Relações de poder foram escancaradas em tópicos como a medicalização do corpo da mulher, e deslocamentos foram possíveis, tanto coletivos como individuais, inclusive em relação ao corpo da mulher com ela mesma. (13).

A feminista Margareth MacLaren (10) advoga por uma teoria feminista da subjetividade, e assim nos convoca a construir uma noção de subjetividade corporificada que inclua uma análise crítica do poder, o reconhecimento das assimetrias das relações de poder e o compromisso com a variedade de mulheres em suas condições de raça, classe, etc.

O corpo é palco da radicalidade das diferenças de experiências de mulheres e de homens, e de suas diferentes maneiras de ser, assim compreende-se que os homens também são atingidos no corpo pelas relações de poder. Contudo, inúmeras práticas são ditadas aos corpos das mulheres a partir de regimes de normação e normalização pautadas no sexo. O sexo compreendido como algo construído não nega a materialidade, e sim assume que o corpo não é natural, ele traz consigo a marca da inscrição cultural. Assim sendo, uma teoria feminista da subjetividade começa pelo corpo (10).

Margareth Rago (13) afirma que o feminismo pós-estruturalista se apropriou dos conceitos de sujeito, ética e liberdade de Foucault, os quais possibilitaram estratégias de criação de propostas transformadoras de si e do mundo. Segundo ela, o feminismo produziu um impacto grandioso nas mudanças da sensibilidade e do imaginário social, e também na forma das pessoas se relacionarem consigo mesmas, se interpretarem e se perceberem.

Estas conquistas, segundo a autora, são ativações de “políticas de nós mesmas” ou políticas de subjetividades, como práticas de liberdade, pelas quais têm sido problematizado o que são as mulheres, o que elas querem ser, e como querem ser, escapando das malhas do poder. Deste modo, diz que foi necessário “Libertar as mulheres da Mulher”, citando a feminista Elizabeth Grosz (14), para que novas formas de feminilidade pudessem emergir (13).

A pesquisadora também escreve que o tema da produção de subjetividades é central no feminismo, no que se diz respeito à crítica de identidades femininas valorizadas, e assim, na urgência da valorização de outras maneiras de ser e de

existir fora das normas. Nesta direção, se faz importante nomear experiências e vivências que sejam linhas de fuga ao poder e ao governo das condutas das mulheres, e dar visibilidade à novas e outras formas de experimentação subjetiva.

Produzir, assim, novas possibilidades de existência e espaços mais humanizados para a constituição de subjetividades é um desafio central no desejo feminista de construção de um modo menos misógino, desigual e violento.

Se faz necessário, neste momento, nos aproximarmos do tema da maternidade, já munidos das ideias do feminismo pós-estruturalista, para assim pensar um sujeito mulher mãe, engendrado, atravessado, produzido. Para que, assim, possamos nos encontrar com as mulheres mães desta pesquisa, abertos às múltiplas vivências que elas têm de maternidade.

2.2 O ideal materno

As análises de Foucault sobre o sujeito e o poder promoveram reflexões sobre o corpo político constituído por hábitos, práticas e normas. No que tange ao feminismo, estas apropriações geraram reflexões sobre como os sujeitos femininos são produzidos por práticas disciplinares e patriarcais (1).

Em *Vigiar e Punir* (15), Foucault traz a ideia que a disciplina é uma tecnologia de poder que opera no corpo. O autor analisa os mecanismos, as técnicas e as tecnologias de poder que agem diretamente no corpo do indivíduo. É colocado em questão as tecnologias disciplinares, mediante um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de relatórios, de regulação do corpo, de controle da localização espacial dos corpos, de punição.

Assim, as sociedades modernas e industriais, a fim de saciar seus objetivos liberais, através de práticas disciplinares, hábitos e padrões de comportamento, operam na produção de corpos úteis e dóceis, mais fáceis de serem controlados. Como já visto, o poder disciplinar não somente mutila e coage os corpos, mas constrói um corpo a partir de seus interesses de gestos, habilidades e hábitos.

A partir destas práticas, estes objetivos e interesses do poder são incorporados e se tornam parte da naturalização do ser. O corpo se torna uma máquina que pode ser otimizada por meio da internalização de padrões específicos de comportamento.

Ao se pensar o corpo da mulher, se faz necessário compreender as disciplinas que geram uma modalidade de sujeição feminina, como os padrões de beleza, e se tratando da maternidade, os discursos, ideais e padrões que tornam mulheres em mães aceitáveis, ou não, pela sociedade.

Estas práticas perpetuadas permitem que estes hábitos e comportamentos repetitivos gerem uma ilusão de estabilidade, essência, natureza que caracterizam a nossa experiência com a feminilidade. Elisabeth Badinter (2) desvela em seu livro, “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, as várias camadas que compõe o amor materno, tirando-o do lugar de instinto, do constructo biológico do ser, e o historicizando. Ela foi uma das primeiras feministas a desnaturalizar o amor materno e trazer à tona os discursos que fazem parte destas camadas.

Para tal, escreve sobre as transformações da maternidade durante o tempo histórico, e nos mostra o amor materno como uma construção social, alicerçada em interesses sociais, econômicos, políticos, etc. Sua obra ressalta que foi a partir do século XVIII que o ideal materno sofreu grandes transformações, e assim, houve uma naturalização dos sentimentos maternos.

Elata que, em 1780, de cada 21 mil crianças que nasciam em Paris, somente mil eram amamentadas pelas suas mães. As outras 20 mil eram enviadas para amas de leites, que cuidavam integralmente dessas crianças por cerca de 4 anos. Como se pode ver, este era um fato corriqueiro entre mulheres, as quais tinham outras prioridades além do bebê.

A autora questiona como essas mães tornaram-se as mães corujas nos séculos XIX e XX. Localiza, após 1760, a naturalização do “instinto” materno, relatada em abundantes publicações na área da medicina. Também é no séculos XVII e XVIII que as crianças alcançaram uma outra posição. Antes, eram consideradas como pequenos adultos, e então, eram vistas como mão de obra para as famílias, ajudando no sustento familiar. O entendimento de que as crianças são seres distintos dos adultos, com necessidades e características próprias, culminou também com a migração do sistema econômico agrário, rural e familiar para o contexto econômico urbano e fabril (16).

A partir da revolução industrial, por exemplo, as taxas de mortalidade infantil passaram a ser alarmantes. Tendo em vista a grande necessidade de mão de obra barata e abundante por parte do setor fabril, para garantir a sobrevivência dos futuros trabalhadores explorados, tornou-se interessante o convencimento das mães em amamentarem seus filhos, por uma questão econômica e política da época.

Contudo, ao longo do tempo, passou-se a demandar cada vez mais desta atividade de cuidado, exigindo-se dedicação, amor, educação, até chegar em seu apogeu no século XX, no qual as mães são consideradas as principais formadoras do caráter e personalidade dos filhos (1).

Segundo Mary Del Priori (3), com a contribuição do discurso religioso da Igreja Católica, associou-se a imagem de mãe à imagem de Nossa Senhora, uma mulher assexuada, maternal por natureza. E assim, a mãe foi cada vez mais sacralizada, ganhando um novo lugar místico, a de “santa”. A autora destaca a imagem sacra da mãe principalmente em países como o Brasil, colonizados por países religiosos, como Portugal. O discurso religioso, inclusive, atuou e atua como uma tecnologia de gênero eficaz, ao criar o matrimônio, o lugar de esposa e dizer como agir.

Trata-se de uma árdua colonização dos afetos, de domesticação das múltiplas possibilidades de existência, de um processo civilizatório da mulher pela maternidade e casamento. A partir da criação de um ideal materno, da espera por uma performance, o Brasil Colônia traçou um projeto de ocupação demográfica, no qual as mulheres foram incumbidas de criar e alimentar os filhos da nação, de dar à luz a pátria, de educar os futuros cidadãos. Obviamente, ser mãe escrava de um filho bastardo se configurava de forma distinta de uma mãe branca de um herdeiro. Deste modo, o processo de colonização dos afetos femininos se deu de maneira distinta em diversas camadas da sociedade, mostrando sua faceta heterogênea e desigual a partir das intersecções de raça e classe (3).

Outra camada importante é o discurso científico, que ajudou a cimentar a construção de um ideal materno. A partir do séculos XIX e XX, a medicina deu uma nova forma ao discurso religioso, com uma capa científica, ao afirmar que a função natural da mulher era a procriação (1).

O discurso ideológico, utilizado pela medicina, em um primeiro momento foi o de “instinto materno” ligado à biologia da mulher, ao útero, à essência. E a partir de 1920 ele se complexificou, e passou a afirmar o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas. Entendeu-se que, além do amor espontâneo, as mulheres precisavam estar supervisionadas e orientadas por especialistas (médicos, psicólogos, pedagogos). Assim, existiu uma migração do saber da maternagem de um ambiente doméstico, familiar, tradicional, para um público, midiático, masculino.

Deste modo, a maternidade alcança um local de racionalidade científica, habitada em sua grande maioria por homens, conferindo um novo status. A saúde passa a operar em um modelo normativo de mães adequadas, assim como vigia as mulheres em suas maternidades, e as pune por serem consideradas inadequadas. Assim como a Assistência Social e o Conselho Tutelar, que também produzem violências e exclusões com mães consideradas loucas ou más (17).

Valeska Zanello (7) aponta que quanto mais a criança foi elevada ao lugar da “majestade o bebê”, mais os pais foram convocados a assumir os cuidados, a vigilância e a promoção de bem estar dos filhos. A questão é que esta convocação não aconteceu da mesma forma para homens e mulheres, e quem paga a dívida de ter suas aspirações como pessoa deixadas de lado em prol do cuidado das crianças, até hoje, são as mulheres.

O endereçamento desta dívida, ou deste trabalho de cuidado com os filhos, às mães se deu pelo processo de naturalização das mulheres como cuidadoras inatas, como uma atividade essencialmente feminina, natural, e por ser natural, não remunerada, ou no caso da terceirização dela, mal paga. Este processo cria um modo de ser mãe inscrito em um regime de verdade que assegura a sobrevivência das crianças e sustenta o modelo econômico e político (7).

Outra tecnologia disciplinar efetiva é a mídia, em específico a televisão e revistas, que veiculam uma imagem de mãe universal: amorosa, dedicada, bela e produtiva. Corroborando para um ideal de mãe cada vez mais cimentado e rígido, sem grandes possibilidades de existência e de relações de subjetivação mais humanizadas com a maternidade (7).

A televisão provoca uma inversão na lógica do poder disciplinar, representado pelo modelo arquitetônico nomeado como Ponóptico de Bentham, central na obra de Foucault (15). Este consiste em uma arquitetura na qual um consegue vigiar muitos, assim, a inversão do foco televisivo se dá pelo fato de muitos vigiarem poucos, chamado de sinóptico (18). A visibilidade não está no indivíduo comum, que antes era o observado, e sim nas celebridades (19).

O exercício do poder, então, não acontece pela coerção e pela vigilância, e sim pela sedução. O espectador é seduzido por cenas que dissimulam a verdade e fingem uma realidade, em um jogo onde o que se mostra não é o que se vê fora da tela. O reconhecimento de si a partir de imagens dominantes faz com que as pessoas não compreendam as suas próprias vidas, as suas existências, e vivam uma vida inautêntica, baseadas em imagens externas a si, que as conduzem a desejos “falsos”. Esta ideia é trazida por Guy Debord (20), em “A sociedade do espetáculo”, no qual ele afirma que os gestos de um já não são dele, mas sim de quem o representa em uma imagem midiática (21).

Fernanda Bruno (19) trabalha a questão da mídia focada nos meios digitais, e há 10 anos já fazia uma discussão sobre a espetacularização da intimidade, a qual borra os limites entre público e privado e reatualiza a relação com o olhar do outro. Analisa, deste modo, o deslocamento do espectador-celebridade para a celebridade do comum, onde há uma exposição da vida cotidiana do indivíduo comum aos outros indivíduos. O que era algo vivido na intimidade passa a ser exposto, ou seja, o que estava “dentro”, interno, digno da essência, passa a ser externo, ligado à aparência, ao olhar do outro.

Deste modo, a vigilância não acontece de modo homogêneo, vindo de um lugar, como no modelo panóptico, e sim se dá de forma disseminada no ciberespaço, no qual vários aspectos da vida ficam registrados (vigiáveis), o que tornam esses aspectos alvo de desejo de visibilidade. Deste modo a subjetividade fica conformada por uma lógica onde a vigilância se confunde com a estética de si. Assim, o sujeito se constrói em uma relação consigo de intensa vigia dos outros (21).

Em sua tese de doutorado, Débora Fernanda Haberland (22) discorre sobre os inúmeros tentáculos midiáticos na formação do ideal da “Boa mãe”. Sua análise vai de encontro ao universo das mídias em torno da maternidade e do corpo grávido a

partir de quatro discursos: o biomédico prescritivo, a construção da mãe trabalhadora, o sagrado, e o comportamental/psicológico.

Ela traz a noção da subjetividade materna exposta nas redes, em uma contradição posta, onde o individual da experiência de cada uma torna-se coletivo. O espaço da mídia e suas relações de saber-poder, de discursos e tecnologias são olhados como um potente meio de investimento, exposição e de ferramentas pedagógicas que advogam por um certo modelo de maternidade.

A pesquisadora nomeia como “experts” todos aqueles que sentem-se aptos a enunciar o que bem entendem nas redes sociais. Deste modo, o saber não está localizado somente nos “técnicos de saúde”, mas em diversas figuras e espaços de condução de si e do outro. O ciberespaço configura-se, então, em uma enxurrada de informações de como ser e como fazer, criando uma espécie de prescrição de condutas da “Boa mãe” (22).

O poder, deste modo, não se dá a partir das instituições, e sim de forma difusa (23). Ele já não está dentro de consultórios médicos, ou da igreja, está disseminado em todos os lugares, onde o comum ganha palco de expertise e diversos profissionais produzem conteúdos que disseminam seus modos de pensar, a partir de um modelo de maternidade, na grande maioria, hegemônico.

A frase “recusar a ser quem somos”, de Foucault, nos permite pensar que da mesma forma que o sujeito é constituído ele também pode, de alguma forma, deixar de ser. Apesar de vivenciarmos um ideal universal que dita como se deve ser mãe, são inúmeras as mulheres que por diferentes motivos, não o são. A faceta produtiva do poder, assim como produz subjetividades conformadas pela norma, adequadas, também produz a inadequação. Supor saber no “inadequado” é uma aposta em saberes localizados e subalternos, que tanto nos tem a ensinar sobre as resistências às relações de poder, assim como as brechas dele que se é possível habitar.

2.3 Liberar a mãe das condutas maternas

Os feminismos lutaram, e lutam, por novas formas de ser mulher, menos conduzidas pelos modelos de feminilidade impostos pelos dispositivos de saber-

poder sexistas, racistas e classistas, negando-se a uma identidade predefinida e produzida como “natural” (13).

Em seu texto “Sujeito e o Poder”, Foucault (24) faz críticas às teorias que buscavam uma verdade na essência do homem, e reformula a questão trazendo a subjetividade para o primeiro plano ao articulá-la com a política. Segundo ele, o presente não necessita liberar o indivíduo do Estado, mas sim “nos liberarmos tanto do Estado quanto das formas de individualização que a ele se ligam” (p.239).

Deste modo, desloca a questão sobre “descobrir quem somos”, que fortalece uma identidade imposta pelas normas disciplinares, para “recusar o que somos”, alforriando-nos da individualização do poder. Assim, nos diz: “Temos de promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há séculos” (p.239).

Neste mesmo texto, Foucault (24) anuncia que sua trajetória intelectual não se substanciava no entendimento do poder, mas sim na constituição do sujeito em relação ao poder, à verdade, dedicando assim um esforço a compreender como chegamos a ser quem somos.

Foucault faz um movimento em seus estudos do poder disciplinar para a ideia de governamentalidade, não como substituição, mas como uma extensão. Ele passou a se ocupar com a expansão do neoliberalismo, no qual a preocupação central já não era mais o fortalecimento do Estado e sim seu decréscimo (1).

Neste momento, em “O nascimento da Biopolítica” (25), ele inclina-se a pensar sobre uma nova racionalidade de governo, que veio a chamar de “artes de governar”, como técnicas de condução das condutas. O seu interesse não era mais a relação do sujeito com o poder, mas do sujeito com a noção de “governo”. Ele identifica que a sociedade ideal já não era mais a panóptica de uma disciplina universal, que se utiliza de mecanismos de normatização e exclusão dos que não cabiam na norma. Agora se tratava de uma sociedade que agia nas regras do jogo, e não diretamente nos jogadores.

A tecnologia disciplinar é somada a uma outra tecnologia, a qual é direcionada não ao “homem-corpo”, e sim ao “homem-espécie”, nomeada como “biopolítica da espécie humana”. Ela estaria direcionada ao controle de grupos, populações da

massa global, e não somente ao indivíduo (25). A biopolítica exerce um poder sobre os fenômenos globais para assegurar e otimizar a vida, o que Foucault (26) vai chamar de uma “regulamentação sobre a vida”. Segundo ele, a biopolítica:

“Obtém estados de equilíbrio, regularidade, em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação.” (26).

Dessa maneira a intervenção é no fazer viver, e na maneira de viver, no “como” se dá a vida, fundamentada no argumento de aumentar a vida, controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, seus riscos (26).

Trata-se de um modelo de sociedade no qual o governo é compreendido como uma prática a ser organizada, racionalizada e limitada de acordo com os ideais econômicos. Assim, o comportamento é compreendido a partir da perspectiva do comportamento econômico e é controlado como tal. Os cidadãos, então, não respondem somente a punição, recompensas e sanções sociais, mas também a perdas e ganhos econômicos (10).

O nascimento da governamentalidade neoliberal, este novo modo de governar, necessitou também do nascimento de um sujeito econômico. Os hábitos incorporados nesse sujeito já não se destinam em torná-los máquinas dóceis e eficazes, mas sim em constituí-los como consumidores e empreendedores de si mesmos. A governamentalidade neoliberal consiste em uma forma de governo das condutas que pretende produzir um sujeito como “capital humano” (13).

Isso permite pensar que estes sujeitos são gerenciáveis, pois estarão incumbidos de perseguirem seus interesses individuais, a fim de se aprimorarem, e mais do que isso, é crucial que o façam, e não podendo renunciar a eles, se tornam governáveis. Desta forma, a governamentalidade neoliberal diz de um modo singular de sujeição: o eu como empresa.

Segundo Foucault (25) “um empresário é um empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (p.311). Um sujeito de interesses individuais que faz escolhas livres, limitado a uma racionalidade

econômica. Faz-se importante ressaltar que este modo de governar as condutas não se restringe às empresas, ou ao setor econômico, ela passa a dominar a racionalidade que impera nas instituições e no campo social, o que traz consequências às condutas das mulheres e ao feminismo (1).

Deste modo, as mulheres são subjetivadas em um modelo neoliberal, concebendo-se autônomas, donas de si. Um sujeito feminino neoliberal, com interesses individuais, que não querem somente um lar feliz, marido e filhos, mas também sucesso, poder e dinheiro. Nos tornamos sujeitos de interesses autônomos competindo por oportunidades econômicas acessíveis (10).

Em uma sociedade neoliberal, individualista, atomizada em sujeitos de interesses, a livre escolha individual maquia os aspectos sistêmicos do poder, como dominações, explorações e hierarquias, ao designar aos sujeitos diferentes opções de escolhas, sem permitir qualquer chance de definirem ou moldarem essas opções (1).

Assim, se faz importante refletir que as mulheres fazem escolhas em uma rede de relações de poder demasiadamente desigual, que limitam suas opções inclusive ao dependerem de suas condições de classe, raça e escolaridade. O grau de escolha também varia, conforme o lugar social e econômico que esta mulher ocupe, e até mesmo as que mais podem escolher, o fazem em uma gama limitada de possibilidades (13).

A racionalidade neoliberal se esquivava, então, de qualquer responsabilidade governamental, estrutural ou coletiva pelas desigualdades sociais e econômicas (1). Margareth Rago (13), ao citar o filósofo coreano Byung-Chul Han, destaca que o neoliberalismo é um sistema muito eficiente, pois se ocupa de que o indivíduo atue de um modo que ele mesmo reproduza as redes de dominação, interpretando-a como liberdade. Deste modo, a submissão, a liberdade e a exploração coincidem.

A principal questão é que as pessoas não se sentem assujeitadas. Não se percebem vítimas de explorações no trabalho, se sentem impotentes, não se notam vítimas de um isolamento competitivo, se consideram fracassadas socialmente. Este aspecto torna quase impossível que a resistência emergja, já que o indivíduo se sente culpado pela sua própria falência, sendo ela econômica, emocional, social.

O ser mãe carrega um ideal universal, e na lógica da governamentalidade neoliberal, as inúmeras variações destas experiências, em diferentes tipos de mulheres, se torna uma questão de fracasso individual. Há um imenso mercado que gira em torno do como ser mãe: quais livros ler, qual médico frequentar, como parir, que tipo de educação empregar, qual curso frequentar, qual terapia fazer, que comida dar, como fazer dormir, amamentar, ou até mesmo, em seu apogeu tecnológico, os aplicativos de gestação que norteiam as melhores condutas para cada mês.

Uma gama de opções é ofertada, desde que a mulher continue a estar na centralidade do cuidado dos filhos e do lar. Ser uma boa ou má mãe, nesta sociedade, está relacionado ao quanto uma mulher pode consumir, e o quanto ela empreende essa tarefa como um interesse pessoal.

Ao pensarmos na racionalidade da governamentalidade neoliberal, o governo das condutas maternas possui um repertório alargado nos discursos médico, midiático, religioso, psicológico, jurídico, entre outros. O cuidado com os filhos se mostra um potente dispositivo de controle das vidas das mulheres que se tornam mães, as quais são governadas por inúmeras orientações desde a gestação, ou até mesmo antes de engravidar.

Aqui se faz importante pontuar o papel da Saúde e, mais especificamente, da Saúde Coletiva, na provisão do discurso médico e científico que sustenta o ideal materno a partir das prescrições de condutas e orientações de como ser mãe. Ao pensar a noção de risco embutida na disciplina da epidemiologia, a qual organiza as ações de promoção de saúde, e balizam os modos saudáveis de viver, nota-se a faceta produtiva e de governo das condutas do poder na Saúde.

A noção de risco apresenta-se como uma potente tecnologia moral e política cimentada em um modo de ver e calcular a realidade, determinar formas de viver e otimizar a vida, governar as condutas e a aplainar as pontiagudas maneiras de viver. Trata-se de uma visão realista de compreender os acontecimentos associados às patologias, na qual o risco é algo a ser combatido, ou diminuído. Posições epistemológicas contra-hegemônicas apontam que a noção de risco não é neutra, tampouco estável e puramente objetiva, ela traduz valores em disputa, que estão em permanente negociação com as interações sociais e de construção de sentidos. Ela

carrega uma visão utilitarista de perdas e ganhos, somado a um grande investimento nas condutas individuais saudáveis que ilusionam um futuro sem grandes perdas a partir de um presente controlado e calculado. (27).

Esta forma de compreender a realidade e conduzir o cuidado em saúde fabrica subjetividades e identidades em prol de uma “normalidade” sadia cada vez mais investida na ideia de vigilância de si, no autocontrole e autorregulação, ou seja, um conjunto de práticas e tecnologias do “eu”. Um processo, já citado anteriormente, que nos coloca na posição de cidadãos responsáveis e livres incumbidos a nos tornarmos “empresários de si”, em prol da felicidade e saúde, para assim, maximizar o capital humano que nos concebe. Deste modo a cidadania perde o status social e ganha corpo em uma cidadania econômica, ao individualizar questões políticas e econômicas complexas e corporificar desigualdades sociais reduzindo-as a uma certa anormalidade, fracasso pessoal, e negligências de si (27).

Ao transpormos esse pensamento para a noção das condutas maternas em saúde nota-se uma maior intensidade na vigilância e cuidado, por exemplo, do corpo grávido, o qual passa a ser controlado e conduzido em prol do cuidado com o outro, o filho, exigindo do altruísmo das mulheres um autocontrole e autovigilância imensamente maior para corresponderem à um modo de existir saudável e não egoísta. A partir da gravidez, as mulheres são inseridas em inúmeras orientações independentes de suas condições de vida, aplainando as desigualdades e formas de viver, em condutas tidas como adequadas se obedientes, ou inadequadas, se não correspondentes às demandas.

Deste modo, não somente na gravidez, mas também durante o desenvolvimento de seus filhos, as mulheres são cobradas pela boa alimentação, higiene adequada, provimento da educação, estimulação e garantia de todas as necessidades de uma criança, a partir de um ideal de normalidade de maternidade inscrito em um regime neoliberal individualizante que as deixa não só desamparadas e solitárias, mas também culpadas por não atenderem às inúmeras expectativas da Boa Mãe. Orientações da saúde e também de inúmeros experts disseminados nas redes sociais, que desconsideram o contexto, a violência, ou qualquer outra singularidade das mulheres, como se seguir ou não uma orientação dada fosse somente uma decisão individual.

Débora Haberland (22) pontua o fator produtivo das redes sociais e seus regimes de visibilidade e enunciabilidade, associados a um modo de subjetivação vinculados às “tecnologias do eu” (28). Ou seja, a maneira como as mulheres se reconhecem como tais, e como mães, a partir das mídias, as direcionam para um investimento em si, as tornando responsáveis pelos seus corpos, modos de viver e exercer a maternidade, as transformando em objeto de si mesmas. Esse objeto de investimento é também objeto de visibilidade e enunciabilidade, o qual passa a ser vigiado por si e pelos outros, em um ato de contínua observação e vigilância, produzindo formas de ser já orientadas e prescritas dentro do dispositivo da maternidade.

As mulheres mães estão inscritas em um regime de verdade que as colocam como responsáveis não só pelos seus próprios corpos e de seus filhos, mas também pelo destino que eles terão. Enquanto o Estado cada vez mais se retira desta responsabilidade, mais as mulheres são convocadas a prover o bem estar de seus filhos, nem que para isso precisem lutar por anos em uma vaga na creche mais próxima de casa, sob risco de serem chamadas de negligentes por diversos setores da Saúde, Assistência Social e do âmbito jurídico, quando independente do esforço, não encontram uma vaga que nem sequer existe.

A ausência de políticas públicas que se responsabilizem pelos inúmeros cuidados que uma criança necessita, coloca as mães de nosso país em uma situação de extrema solidão e injustiça social. Ao pensarmos em mães que possuem filhos em tratamento em um CAPSij, essa realidade se torna mais estreita de possibilidades. Em minha vivência profissional de 5 anos em um CAPSij pude notar que estas mães são mais convocadas a estarem nas instituições que zelam pelos seus filhos. São inúmeros os relatos de mulheres que perderam o emprego, ou deixaram de estudar, por serem chamadas algumas vezes durante a semana na escola de seus filhos.

Soma-se a isso, elas se tornam responsáveis pelos acompanhamentos em diversos serviços de Saúde, tendo, em uma grande maioria das vezes, que levar seus filhos às instituições de tratamento pelo menos duas vezes na semana, o que as coloca em um dilema de sustentar um trabalho formal ou um tratamento para seus filhos. Também se nota, a partir de minha prática, que muitas delas, por não

conseguirem trabalhar, decidem se manter em relacionamentos violentos com os homens que as sustentam.

Além do mais, acrescenta-se uma camada importante nessas vivências maternas ao que diz respeito à culpa por seus filhos não serem “normais”. A “mãe de capsij” é referida como uma mulher louca, capaz de enlouquecer seus filhos, e por isso, está mais presente no radar da Saúde e da Assistência Social, que além de culpabilizá-la, a insere em uma rede de orientações de como ser uma mãe melhor.

“Uma espécie de ovelhas desgarradas que demandam do Estado governamentalizado e de seus distintos expertos/pastores (profissionais de saúde, sanitaristas, pedagogos, gestores, etc.) ações de controle e, quando necessário, disciplinares e repressivas que protejam a sociedade das ameaças e da ansiedade que tais grupamentos provocam”. (27)

Sendo assim, um alto desempenho materno é esperado pelos “experts”, ao passo que há a ausência de políticas públicas que facilitem a vivência materna. Em relação aos serviços de Saúde, o cuidado corre o risco de assumir o lugar de controle, e um espaço que poderia ser de acolhimento, se torna mais um local que demanda delas um melhor desempenho dentro da racionalidade neoliberal.

Deste modo, podemos pensar que o exercício da maternidade, como configurado hoje, no qual existe um regime de normação das condutas orquestrado pelo ideal materno, configura-se como um dispositivo biopolítico de controle dos corpos das mulheres. A partir do momento em que elas engravidam, estas são inscritas em um regime que tenta assegurar comportamentos saudáveis, adequados, otimizando a vida através de condutas ditadas pela governamentalidade neoliberal.

Pensar a maternidade como um dispositivo biopolítico do poder e de controle dos corpos das mulheres é compreendê-la como uma atividade de regulamentação da vida, que atinge não somente o indivíduo, mas essa massa de mulheres que se tornam mães, visando um estado de equilíbrio e regularidade em suas vivências.

A maternidade e as mulheres mães tornam-se um grupo, uma massa a ser regulada, que produz uma ideia de homogeneidade, negando seu aspecto singular, de cada mulher, e as especificidades interseccionais dessas vivências; aplainando suas questões, a partir de um governo de condutas maternas universais, equânimes e despersonalizadas.

Importante ressaltar que diante das conduções das condutas, segundo Foucault (25), emergem como reação à governamentalidade os “movimentos de contracondutas”, os quais dizem respeito do desejo de não ser governado, ou de não ser governado desse modo, evitando modos de normalização da vida.

Segundo Margareth Rago (13), os feminismos têm exercido uma importante função no que concerne a criação de novas formas de viver, em novas formas de subjetividades, questionando os modos de sujeição que fazem das mães mulheres abnegadas, assexuais, e do lar. Há um investimento das feministas em produzir uma nova “política de nós mesmas”, traçando linhas de fuga aos modos sujeitados de se viver que nos levam a novas “estéticas feministas de existência”.

Deste modo, esta pesquisa compreende que as formas produzidas de inadequação da maternidade, inscritas em um regime de verdade do ideal materno, correspondem, potencialmente, a maneiras de exercer essa função menos normatizada. Reverter o eixo que coloca estas mães à margem das esperadas condutas maternas, e trazê-las para um campo no qual estas experiências podem ser entendidas como maneiras menos governáveis de se existir, e mais que isso, potenciais contracondutas do poder. Este entendimento exige de nós um novo olhar sobre as estéticas existenciais maternas menos punitivo, exigente, julgador e opressor.

3. METODOLOGIA

3.1 Percursos investigativos: a pesquisa-intervenção

Esta pesquisa tem como compromisso reconhecer o contexto histórico, situacional e institucional em que está inserida, além de considerar a localização e a implicação da pesquisadora nela. Deste modo, utilizaremos da multiplicidade de ferramentas e práticas para tornarmos visíveis e dizíveis suas questões.

Trata-se do encontro da subjetividade da pesquisadora com as inúmeras subjetividades de mulheres mães, que instigou não só inquietações e perguntas como trabalhadora, mas possibilitou acompanhar essas subjetividades em um ato de pesquisar. Para alicerçar este ato se faz necessário partilhar de um referencial metodológico que abarque o sujeito, a subjetividade e o conhecimento em suas facetas engendradas, relacionadas, em processo.

A pesquisa-intervenção compreende que todo pesquisar é intervir, e que produzir conhecimento é, indissociavelmente, uma forma de transformar a realidade e a nós mesmos. Nos localiza frente ao pesquisar como uma forma de acompanhar processos mutantes, como um modo de “interpor-se”, “vir entre”. E, por isso não se pretende neutra, nem apartada de seu objeto (29).

Somos vários sujeitos e ao mesmo tempo estamos deixando de ser quem somos, somos portanto um “efeito de um entre”. Assim, a investigação também é compreendida como “um efeito de um entre” que se faz ao caminhar, a partir dos encontros que ela permitir, reflexões e percalços, e que não se pretende ser estável, reta, calculada.

Decidir estar junto com as mães do serviço em que trabalho, posicionada como pesquisadora, me desafia a me deslocar da posição de trabalhadora e compor uma nova forma de estar com elas. Como pesquisadora, e conseqüentemente produtora de conhecimento, as convido a construírem comigo saberes em relação a este vasto território de suas vivências maternas. Nesta delicadeza de fazê-las falar sobre suas vidas, as conduzo para um olhar sobre elas em um movimento de encontro e separação de si, ao passo que se tece saberes sobre as maternidades e estes sujeitos mulheres, em um caminho e descaminho do ato de pesquisar.

“O que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. E por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, como você diz: não totalizadora” (28).

Assim, a pesquisa como prática assume sua faceta política, de transformação de si e da realidade, e enquanto desestabilizadora da lógica de conhecimento, se propondo a “transformar para conhecer”, e não “conhecer para transformar” (30). Se faz necessário, então, ancorar os barcos desta pesquisa nas ideias e concepções de sujeito, subjetividade e conhecimento contidos na pesquisa-intervenção, para assim desembarcarmos nos territórios existenciais que pretendemos compor.

Segundo Paulon (29), ao negar utilizar a ciência como aprofundamento da cisão homem x mundo, a pesquisa-intervenção nasce apoiada em concepções filosóficas sobre a subjetividade, a realidade e a implicação que vão sustentar suas noções de conhecimento e suas ações metodológicas. Se faz importante frisar que a pesquisa-intervenção faz parte de uma tendência da pesquisa participativa, que busca investigar, em sua diversidade qualitativa, a vida de coletividades (31).

A pesquisa intervenção configura uma crítica ao modelo positivista de pesquisa. As teorias construídas ao decorrer da era Moderna apresentam uma visão de sujeito enquanto consciência unitária, enquanto unidade fechada, a ser compreendido, entendido. Existe entretanto, uma noção de interioridade fechada em um corpo, assim como uma noção de exterioridade (31).

Partimos da ideia, trazida por Foucault, de subjetividade não como algo fechado em si, mas como um produto de inúmeras relações de força e poder que nos atravessam e compõe. Trata-se da noção de processos de subjetivação, complexo e multidimensional, que não se encerra, e está em constante movimento. Desta maneira, não revela algo de “dentro”, e sim uma expressão do fora associada a um corpo de passagem (29).

O conhecimento, para Foucault, não se limita à dualidade falso x verdadeiro, pois este é entendido como um acontecimento, assumindo, assim, seu caráter perspectivo e polêmico. Sendo ele um acontecimento, é parcial, pois é resultado de lutas frente a uma relação estratégica, na qual o homem está situado e implicado. Neste sentido, o conhecimento assume o lugar de engendramento, de relações com os objetos (31).

A pesquisa-intervenção carregará, então, a concepção de realidade e representação desta não como um campo pavimentado a ser percorrido e previsto, mas com uma dimensão em imanência, conectada a sua multiplicidade e suas inúmeras linhas de forças e dimensões.

Firmando, aqui, o compromisso de não reduzi-la a qualquer unidade empobrecedora e previamente organizada. Este entendimento de realidade não tem a presunção de ser imparcial, ao considerar-se que ela é composta por subjetividades plurais em constantes conflitos e enlameados por processos de subjetivações inesperadas (29).

Neste momento, nos posicionamos frente à uma escolha que nos faz ter rumos mais claros:

“uma escolha ética crucial: ou objetiva-se, cientificiza-se a subjetividade, ou, ao contrário, tenta-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual”. (Guattari, 1991, citado por (29))

Ao afirmá-la, a pesquisa-intervenção se apresenta como uma possibilidade de produção de acontecimentos, como espontaneidade, amparada na ideia de um “vir entre”, de um “interpor-se”. Se abre, então, a perspectiva de pesquisar como ato de acompanhar processos mutantes, como um caminhar mútuo em constante

movimento e transformação, a qual não pode ser resumida a encontros previsíveis e calculados (29).

Ao nos posicionarmos frente à pesquisa-intervenção, compreendemos o ato de pesquisar como uma construção de conhecimento alicerçada nas relações entre pesquisador e realidade a ser investigada. A partir desta concepção, o conhecimento está intimamente imbricado com as falas, os discursos, a sensibilidade, os desejos, as práticas, os símbolos (32).

Essa maneira de fazer pesquisa considera os diversos olhares, pontos de vistas, interlocuções, pertencente a um processo histórico, capaz de construir diversos consensos, conflitos, que irão tecer a trama complexa do cotidiano. Assim, a investigação se torna um processo de formação histórica das pessoas e grupos (32).

Neste tipo de pesquisa o sujeito-pesquisador desenvolve uma análise e uma autoanálise com o seu processo investigativo. Deste modo, se posiciona distante da intenção de neutralidade e objetividade, e assim assume as dores e as delícias de suas implicações.

A intelectual implicada deve estar atenta ao lugar de poder e as injunções hierárquicas que sua posição inevitavelmente lhe coloca. Estar implicado é assumir a compreensão de que se é objetivado por tudo aquilo que se propõem objetivar (29).

A qualidade, os processos e significados dos objetos escorrem pelos balcões da exatidão, se espalham pelo chão dos laboratórios, e traçam um caminho pelos rejuntas desinfetados em direção a porta de saída deste lugar asséptico e seguro, nos convocando a colocar os pés no mundo das experiências vividas. Um convite à vida, muitas vezes suja, contaminada e atravessada de nossos objetos, enlameadas pelas nossas vidas de pesquisadores, também sujas, contaminadas e atravessadas.

A maternidade se apresentou para mim, enquanto questão de pesquisa, de maneira entranhada às minhas questões enquanto mulher e trabalhadora do SUS. Ser feminista me coloca posicionada sobre um ângulo atento às questões do feminino em minha prática de cuidado. E a partir do momento em que firmamos um olhar, é muito difícil deixar de ver. Estar atenta à condição de mulher de tantas mães me colocou frente às desigualdades, injustiças e violências que a lógica neoliberal e patriarcal as submete.

Este ato de pesquisá-las também é uma forma de compreender quais são esses discursos que as atravessam, as subjetivam e as tornam mães mais ou menos aceitas pela sociedade. Desta forma, a curiosidade que move esta pesquisa é tanto conhecer o que as mães têm a dizer sobre suas vivências, quanto a partir do que elas têm a falar, analisar o que as compõem.

Assim, não se trata de pensar suas experiências enquanto algo que ocorre somente dentro de seus corpos, encerradas nelas mesmas, mas como vivências subjetivas que denunciam os modos de subjetivação, que tornam corpos em mulheres e mães. A experiência delas como continuidade do que lhes acontece e atravessa, do mundo em que vivem, dos contextos em que estão inseridas. Em compasso com o encontro comigo, minhas experiências, prática e ética enquanto trabalhadora e pesquisadora, e também com o grupo de estudos e pesquisa em que me localizo. Assumindo, assim, a construção de saber como um processo coletivo, de idas, vindas, retornos, regressos, voltas a si, aos outros e ao mundo.

“O motivo que me impulsionou foi muito simples [...] É a curiosidade — em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (FOUCAULT, 1984, citado por (29))

Por fim, compreende-se a pesquisa intervenção enquanto uma proposição de atuação transformadora da realidade sócio-política, a partir de uma intervenção micropolítica na experiência social. O que está posto em questão é uma “atitude de pesquisa”, na qual a interferência da relação sujeito/objeto não é vista como um empecilho a ser superado ou desviado, e sim entendida como condição ao próprio conhecimento. Deste modo, produzir conhecimento é desestabilizar, e isto é intervir. Pesquisar, então, é transformar, inventar possíveis.

3.2 (Des)caminhos metodológicos: as entrevistas

A pesquisa-intervenção nos permite pensar o encontro entre mães e pesquisadora como um caminho a ser construído em seu caminhar, já que não nos propomos a nos debruçar em um objeto terminado, e sim subjetividades mutáveis e mutantes, em encontro com a subjetividade em transformação da pesquisadora.

Deste modo, esta pesquisa também foi construída em processos mutantes, e se propõem transformadora ao mesmo passo que se transforma, cabendo assim os imprevistos, novas questões, pontos antes não pensados, novos desvios. Os caminhos e saídas não estavam postos previamente, se produziram nos encontros. Assim, se fez necessário escolher métodos que os elevassem, aqui postos: entrevistas e construção de narrativas.

A escolha pela entrevista como uma ferramenta de colheita de informações se deu pelo seu aspecto interativo e de coprodução em ato. Assim, compreendemos essas informações não como algo que esteja pronto, acabado, maduro para ser colhido, extraído, mas como algo que depende da relação entre entrevistadora e entrevistadas e, conseqüentemente, da posição ativa da entrevistadora, sendo a reflexividade um ponto central desde esta escolha. A entrevista, então, proporciona processos dialógicos e de produção, além da negociação dos sentidos pelos envolvidos. Seu caráter processual mantém, transforma e desafia as colocações que aparecem em seu decorrer (34).

As entrevistas foram realizadas com 6 mulheres mães de filhos inscritos em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil II (CAPSij) de Campinas, o qual atende dois distritos de saúde: Norte e Leste. Realizamos conversas com a equipe do Serviço, a fim de selecionar seis mães, sendo três de uma mini-equipe, e três de outra, para que pudéssemos alcançar os dois territórios em questão (Leste e Norte).

A seleção das participantes deu-se de maneira coletiva e dialogada com a equipe do CAPS. Foi solicitada uma pauta em reunião geral de equipe, acordada com a gestão local e, assim, foi realizada uma breve explanação sobre a pesquisa e seus objetivos para os trabalhadores.

Sendo o local de pesquisa o meu próprio local de trabalho, ou seja, meu espaço cotidiano de trocas, foi possível realizar uma conversa fluida e atenta sobre um trabalho que ainda estava brotando. A pauta na equipe delineou um espaço para a pesquisa que vinha se espalhando pelos corredores do serviço. Foi importante criar um espaço formal de conversa, onde eu pudesse compor ao meu corpo psicóloga do serviço, as vestes de uma pesquisadora.

De vários modos a equipe caminhou comigo neste processo que me fez e me faz pesquisadora. Desde as indecisões iniciais de fazer ou não um mestrado, as inseguranças de passar ou não em uma prova de proficiência, e até mesmo o sorriso escancarado e tímido, ao ver meu nome na lista de aprovados em meio a uma passagem de plantão. Um caminho que culminou em uma licença, aprovada pela instituição, e acordada com a equipe, na qual me liberou horas de trabalho para frequentar as disciplinas. Foram necessárias mudanças nos horários de trabalho, ajustes e negociações internas, para pensarmos juntos os lugares que eu ficaria ou deixaria de estar.

Somado aos inúmeros almoços e conversas entre espaços, nos quais meus colegas de trabalho lançaram curiosidades sobre as aulas, os professores, os temas que rondavam minha cabeça, conversei e ainda converso muito sobre feminismo e maternidade, e entre exaltações e conversas macias, foi possível acreditar que meu referencial era capaz de comunicar. Foi perante muitas conversas informais com a equipe que eu pude iniciar um desenho do projeto, pude sustentar a espera da aprovação no comitê de ética, e pude, enfim, chegar a esse momento formal de troca, em uma reunião.

Desta maneira, pude reunir inúmeros fragmentos já explicitados para alguns, ocultos para outros, em uma explanação sobre a construção social da maternidade, Foucault e feminismo. Confesso um estranho nervosismo em um local já seguro para mim, embebido de olhares atentos e curiosos sobre o que eu falava, e acalmados pela certeza que havia conseguido comunicar algo diante de várias perguntas e colocações pertinentes da equipe. Foi possível construir um espaço potente de reflexões sobre os papéis das mulheres, a cobrança sobre as mães e as violências vividas por elas, dentro e fora dos serviços de saúde.

A partir destas reflexões, pudemos nos debruçar em cima dos critérios de inclusão e exclusão. Sendo os de inclusão: mães com filhos inscritos no CAPSij e que participem de algum dispositivo de tratamento voltados a elas (grupo, atendimentos, oficinas) no CAPSij. E os de exclusão: mães com filhos inscritos no CAPSij que não participem de nenhum dispositivo de tratamento voltados a elas; e impossibilidade de comunicação com a pesquisadora.

Somado aos critérios, a equipe pontuou também a necessidade de garantir na amostra mulheres negras, periféricas e que sobrevivam com benefícios do governo. Também foi discutida a importância de assegurar mulheres que tenham uma maternidade compreendida como fora do “esperado”, com histórias de vidas marcantes e marcadas por inúmeras dificuldades. Foi interessante acompanhar o movimento da equipe ao pensar maternidades “fora do ideal”, o qual desaguou em uma constatação: “existe mãe ideal?”. Em seguida, várias funcionárias mães mostraram interesse em serem entrevistadas: “eu não posso participar?”. Foi um movimento de aproximação, no qual, elas, as outras, aquelas mães, se transformaram em “nós”.

Houve um grande empenho nas sugestões de nomes, anotei, ao princípio, vinte, e tive que encerrar, pois certamente, haveriam mais. Desses vinte, conversei com cada profissional de referência, para saber um pouco mais, caso não as conhecessem, para assegurar os critérios e as sugestões da equipe. Desses vinte, consegui filtrar dez, e das dez que restaram seis aceitaram, as outras quatro se mostraram indisponíveis.

Houve um primeiro contato com estas seis mães selecionadas, para explicar sobre os objetivos da pesquisa e como ela seria executada, e assim foi realizado o convite para participação. O encontro foi pactuado junto às participantes, em local e horário combinado previamente.

Trataram-se de entrevistas semiestruturadas, com um roteiro de perguntas abertas elaboradas previamente (em anexo). As entrevistas foram feitas pela pesquisadora, e gravadas com o conhecimento e consentimento prévio das entrevistadas.

Cada entrevista foi um universo. Uma delas foi realizada na própria casa da entrevistada, pois ela não podia sair por conta da demanda de cuidado com os filhos. E as outras cinco foram realizadas dentro do CAPS, em acordo com a equipe, fora de meu horário de trabalho. A princípio, foi pensado realizá-las em algum espaço da UNICAMP, contudo as mulheres preferiram estar no serviço, por ser um ambiente mais próximo de suas casas e mais conhecido. Em média, cada uma delas durou cerca de uma hora.

Algumas mulheres se espantaram pelo meu interesse em saber mais delas, uma me disse que a vida dela não tinha nada muito valioso a ponto da UNICAMP se interessar. Outra, disse que a vida dela daria uma novela nunca filmada. E duas me perguntaram o porquê de vidas tão sofridas serem levadas em conta na pesquisa.

De maneira geral, foram mulheres que se entregaram às perguntas em respostas cheias de emoções, afetos, lembranças e sem economia de palavras. Muitas se emocionaram durante a reconstrução dos fatos, ao alinhavo de suas histórias, às memórias doloridas, que um dia quiseram esquecer. Somado ao espanto de suas próprias narrações, “quanta coisa, né?”.

Entendo as entrevistas como uma pausa na vida delas, em busca de alguma cronologia dispersa que contasse em momentos e fatos o que lhes sucederam, algumas disseram contar coisas jamais enunciadas. Foram momentos de extrema intensidade, nos quais imaginei encontrar muita dor, e apesar de tudo, pude encontrar nelas e com elas, uma densa força e alegria dos que sobrevivem e sustentam o que é ser mãe em nossa sociedade.

Em diversos momentos me emocionei, me impressionei, me impactei, e pude devolver a elas meu espanto diante de situações limites. Elas viam em meu rosto expressões que espelhavam dor, e que, de algum modo, apontava a não naturalização do sofrimento e da violência. Uma me disse: “passei por cada coisa que você ficaria chocada”. E ali era eu e ela, chocadas, com o pulso vivo de uma história.

Na última entrevista, quando eu já achava que tudo estava sob controle, me emocionei e chorei junto com ela. Não pude negar em mim o que escorria naquela sala entre nós. Ao final, algumas me agradeceram, outras me pediram para ver

“como ficou” quando me encontravam nos corredores, e em sua grande maioria disseram “eu quero ver as outras histórias também”.

3.2.1 Contar histórias: as narrativas

A partir das entrevistas, produzimos narrativas a fim de buscar articulações com distintos modos de viver. Deste modo, não se pretende espelhar a realidade, e produzir uma versão única com uma afirmação que feche a discussão. Se trata de um compromisso em tornar visíveis as tensões e os efeitos recíprocos entre realidades, que nem sempre convergem harmonicamente, podendo, inclusive, levar à mútuas exclusões e coordenações (34).

A escolha da construção de narrativas se mostrou um instrumento para lidar com a complexidade e heterogeneidade de nossas entrevistadas, afinal, buscamos encontrar vivências e percepções apagadas, mães que pouco participam da construção do ideal que as atravessa, mães que tiveram poucos espaços de fala e de escuta, mães periféricas, múltiplas. As narrativas nos ajudam a redigir a partir de diversas fontes, e se mostram como um instrumento para entender e organizar o que se colhe durante a pesquisa (34).

Deste modo, as narrativas se apresentam como uma busca por modos de falar que não negam as complicações e complexidades, não reduzem, mas ordenam, montam e remontam, contam. Elas estabelecem uma ponte entre os amontoados de informações colhidos e o texto escrito, permitindo o compartilhamento de uma redação, organizativa em formato literário e fluído, com quem as lê.

Se difere do ato descritivo por seu caráter estético, podendo performar horror, beleza, prazer, encantamento, e assim se distancia da impessoalidade descritiva, e busca o engajamento do leitor. Deste modo, não se exime de ser uma escrita marcada pelos vestígios, suja e bela, e conectada à cotidianidade das vivências.

Se aproximar do saber cotidiano, corriqueiro, menor, se mostra um compromisso com uma parcela do que é esquecido, invisibilizado, silenciado. Margareth Rago (12) enfatiza a importância das narrativas femininas e feministas como um exercício de existência. Nesse sentido, narra é inscrever, é constituir publicamente, dando visibilidade e sentido à vida, é existir.

Construir histórias das experiências vividas, armadas e narradas, supõe um saber em quem as conta, em quem aceita revivê-las em lembranças, em quem nos convida a olhar para um eu do passado, envolvidas em um presente. É, de alguma forma, romper com a solidão de mulheres, e publicizar histórias que urgem por serem ancoradas, reconhecidas, localizadas em lugares de construção de memórias, como forma de afirmação de uma existência vivida (12).

Narrar é buscar por histórias, mais que resultados, é misturar e armar, mais do que separar e analisar, é um ato político pelas ciências situadas e localizadas, e um compromisso ético com a diversidade que se encontra nos territórios que pretendemos compor. É um ato de alocação nas epistemologias e políticas posicionadas frente à parcialidade, e não à universalidade, enquanto produção de conhecimento (34).

A decisão em transformar as entrevistas em narrativas me angustiou por alguns meses. O ato de escrever em terceira pessoa, uma história contada em primeira, me fez questionar a minha presença nas narrativas dos outros. Contudo, a transcrição concreta me levava a uma angústia até pior. Deste modo, foram necessárias inúmeras conversas de orientação, e várias trocas com o grupo de pesquisa, para que em um momento em me sentisse mais confortável com o limiar sutil entre vida real e ficção. Afinal, a busca pela verdade nua e crua nunca foi objetivo desta investigação.

Em uma conversa com o grupo de pesquisa, me foi sugerido que realizasse devolutivas das narrativas às mulheres, como uma forma de aproximá-las do produto, para que elas pudessem, ao se ver, me dizer o que sentiram, fazer correções, apontamentos e sugestões. Essa decisão foi parte importante da intervenção junto a elas, onde pudemos nos debruçar sobre suas próprias vidas sob uma ferramenta de contar, as narrativas.

Passado o momento prévio à escritura das narrativas, me deparei com algumas horas de entrevistas gravadas, que me convocam a uma presença em um passado recente: as conversas com as mulheres. Fiz questão de não me demorar a escrever justamente para não perder o sabor daquele momento. E seguramente, foi o que mais me senti pronta em fazer.

Entendi, no meio dessa pesquisa, que meu desejo por pesquisar passava pelo desejo de ler e escrever, e por mais que isso estivesse ancorado na academia, não conseguiria me despir da paixão pela literatura e pela poesia. Tentar deixar isso de lado me angustiou, e em um compromisso ético e político com a vida, não pude recuar perante ao que era vivo em mim, afinal, esta pesquisa nunca ousou separar ciência e vida.

As narrativas nasceram em pouquíssimas horas, afinal, as histórias já me chegaram prontas, por mais que brutas, continham tudo que uma narrativa necessita, só precisavam de alguém para escrever. Sem dúvidas, foi a parte mais prazerosa, na qual pude experimentar do desejo de ser escritora, uma escritora que enfim encontra histórias para dar lugar às palavras urgentes. Foi um exercício de ouvir, armar, costurar, e desaguar.

Iniciei as devolutivas das narrativas conforme ia as finalizando. Estas se deram de modo não tão fixo como as entrevistas. Por vezes as encontrava pelo serviço, e as chamava para mostrar as suas próprias histórias. Com duas combinei previamente, com as outras quatro isso se deu de forma mais fluida. Durante os meses de feitiço era comum que elas me encontrassem e perguntassem: já terminou? E assim, ia compartilhando com elas as alegrias e dores de uma pesquisa em andamento.

Durante as devolutivas foi possível ler o texto corrido das narrativas ao passo que também tentei comunicar a elas como tinha sido o processo de escritura. Foram pouquíssimas as correções que elas fizeram, algumas alterações de datas somente. A partir delas, conversamos como tinha sido escutar suas histórias contada daquela forma, e o que isso havia causado nelas. Após todas as leituras, todas, as encontrei com os olhos cheios de lágrimas.

Uma me disse que não imaginava que a vida dela pudesse ser contada de forma tão bonita, parecem flores, ela disse, com espinhos. Outra relatou que viu um filme passar, e que isso a fez pensar que ela sempre foi muito forte. Também me disse, uma delas, que escutar a própria história a fez ver como ela amadureceu, e o que a fazia sofrer antes, já não a faz mais. Escutei que ninguém nunca havia se interessado pela vida dela antes, e que agora, entende que sua vida poderia dar um livro.

Relatos como, “eu não sei como aguentei tanto”, ou “como tudo isso aconteceu?”, junto a “obrigada por ver em mim alguma coisa para contar”, e também “eu não sabia que minha vida podia ser escrita”, e por último “vou mostrar pro meu marido”, me fazem pensar que as narrativas alcançaram seu objetivo inicial de reunir histórias, contar e recontar vidas, enlameadas de sentidos, e reflexões de si diante de um produto final que as fizeram se olhar e se repensar. Todas pediram para levar uma cópia impressa, na tentativa, acredito eu, de guardar um pouco de suas vidas materializadas em palavras escritas.

3.3 Em busca de um modo de olhar: a genealogia

“Precisamos, necessariamente, rejeitar aquelas tendências que encorajam o jogo consolador dos reconhecimentos. O conhecimento, mesmo sob a bandeira da história, não depende da “redescoberta”, e exclui enfaticamente a “redescoberta de nós mesmos”. A história se torna eficaz à medida em que introduz descontinuidade em nosso próprio ser – que divide nossas emoções, dramatiza nossos instintos, multiplica nosso corpo e o lança contra si mesmo. A história “efetiva” priva o eu da tranquilizadora estabilidade da vida e da natureza, e não se permitirá ser transportada por uma obstinação sem voz e sem rumo a um término milenar. Ela erradicará suas fundações tradicionais e romperá incessantemente sua pretensa continuidade. Porque o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 1984 citado por (1))

A entrada no campo exige um repertório teórico alinhado a uma metodologia, para que o pensar e o fazer estejam tão distantes quanto frutas do mesmo pé. Sustentam a pesquisa, assim como uma espinha dorsal. Esta espinha dorsal, ao mesmo tempo em que ampara os pensamentos aqui trabalhados, curvar-se ao campo afirmando os compromissos teóricos, éticos e políticos desta investigação.

Deste modo, faz-se necessário encontrar ferramentas de análise dos dados que se mantenham coerente com o modo de pensar, de conhecer e de investigar até aqui sustentados. A genealogia, de Foucault, apresenta-se como um exercício metodológico que não somente tenta compreender o passado, historicizando-o, mas

como uma maneira de mudar a forma como vemos o presente, escancarando as contingências em jogo do que consideramos como verdades (1).

Conceitos e verdades universais transpassam as relações que o homem constitui ao longo da vida, inclusive delineando-o e determinando-o em prol de uma existência normalizada segundo características, traços, comportamentos e modos de viver adequados ao que lhe é esperado, por ser mulher, homem, mãe, pai, filho, ou qualquer outra identidade que lhe seja dada (35).

A genealogia se mostra uma potente ferramenta no que diz respeito a levantar, e trazer à tona, aquilo que está obscuro e sujeitado em certo campo de forças. Esta se compromete a fazer emergir aquilo que se tornou sem valor e nulo, em meio a saberes técnicos e científicos amplamente divulgados e conhecidos. Se possibilita, então, a visibilidade desses saberes menores, assim como uma construção crítica da realidade e das tensões que as envolvem. Especialmente na realidade que gera subjetividades marginalizadas, inadequadas, como as das mães que pretendemos conhecer (33).

O conceito de genealogia não é uma criação propriamente de Foucault, ela é consequência dos desdobramentos da proposta metodológica nietzschiana, da qual Foucault se nutre e aplica como ferramenta de análise do nosso presente, das nossas relações, da constituição de nossos corpos e subjetividades. Ele não se ocupou em transformá-la em um método restrito, bem desenhado e previamente arquitetado, ou seja, não é uma proposição definida aplicável genericamente a qualquer estudo; mas sim uma estratégia a ser desenhada para cada situação particular, uma crítica local em relação direta com o objeto e problema de pesquisa, construídos todos, num mesmo movimento (33).

“O caráter essencialmente local da crítica indica na realidade algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, isto é, que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (28).

Em “Microfísica do Poder”, Foucault (28) enfatiza que a crítica local não se trata de um “empirismo obtuso, ingênuo ou simplório” (p.96), mas sim de uma

insurreição dos saberes dominados. Como saberes dominados, acrescenta dois pontos: blocos de saberes históricos eruditos que se faziam presentes e estavam massacrados por uma engrenagem funcional e sistemática, que a crítica pode fazer reaparecer; assim como os saberes desqualificados, deslegitimados por não serem considerados competentes e suficientemente elaborados, soterrados pelas hierarquias e cientificismos. Saberes esses dos enfermos, dos loucos, dos marginalizados, e não por isso comuns, ou fruto de um senso comum, mas sim saberes particulares, regionais, locais, incapazes de uma unanimidade, e que devem sua força à capacidade de se opor àqueles que circundam.

“Poder-se-ia dizer que existe um estranho paradoxo em querer agrupar em uma mesma categoria de saber dominado os conteúdos do conhecimento histórico, metuculoso, erudito, exato e estes saberes locais, singulares, estes saberes das pessoas que são saberes sem senso comum e que foram deixados de lado, quando não foram efetivamente e explicitamente subordinados. Parece-me que, de fato, foi este acoplamento entre o saber sem vida da erudição e o saber desqualificado pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências que deu à crítica destes últimos anos sua força essencial” (28).

Foucault explica que são nos saberes dominados que se encontram resquícios históricos de lutas, memórias dos combates à subordinação. Deste modo, a genealogia como acoplamento desses saberes só é possível e realizável se condicionada à subtração da tirania dos discursos universais, englobantes, totalizadores e dominadores com suas hierarquias e privilégios. Então, o projeto genealógico assume o status de não-ciência, ao que concerne em ativar saberes comuns, descontínuos, desqualificados, contra um sistema teórico unitário que trata de esmiuçá-los, ordená-los, esquematiza-los, hierarquizá-los em prol de um saber verdadeiro em função de uma ciência de poucos e para poucos (28).

Deste modo, Foucault propõe um diálogo entre o presente e a história, não apegado ao passado para explicar o presente, nem tampouco comprometido com a “origem” dos acontecimentos, agarrado a ideia de essência unitária do que nos acontece. Mas sim um compromisso com as descontinuidades, com as singularidades, com as diferenças que rompem com os modos totalizantes (36).

Faz-se importante destacar que em seus estudos genealógicos, Foucault faz um deslocamento sobre diversas questões que o importam em certos momentos históricos e sociais. Estas questões não se excluem, mas representam um

movimento de sobreposição. Em um primeiro momento, destina seus estudos genealógicos à temática do poder, que trata as relações de poder como investimentos nas vidas e nos corpos, formando redes acêntricas, produzindo sujeitos, regulando e normalizando suas condutas (33).

Assim, seria possível, a partir de uma temática, por exemplo, como a sexualidade, traçar as múltiplas linhas de forças, de seus jogos de verdade e enunciação, das suas práticas de objetivação e subjetivação, escancarando os efeitos das subjetividades, assim como suas linhas de fugas. Ou seja, não se trata de um foco no poder repressivo, macro, concentrado e horizontal, mas sim de suas capilaridades, sua dispersão, fluxos moleculares de relações de submissão e práticas de sujeição, e por isso uma microfísica do poder.

Já, em outro momento, ao pensar uma genealogia do sujeito, Foucault sugere uma genealogia da ética, que trata de analisar como os homens respondem aos códigos morais de sua época. Para o autor, ética diz respeito a como a subjetividade se produz na relação que o sujeito estabelece com as normas e verdades de seu tempo. Assim, para uma genealogia da ética seria preciso estender o olhar aos sentimentos, desejos, atos, intenções dos sujeitos; os modos de sujeição que colocam os sujeitos em uma relação de obrigação às normas, como lei divina, lei racional, lei natural; os meios pelos quais os sujeitos se aprimoram para se constituírem sujeitos éticos (24).

Nikolas Rose (35) sugere, a partir da perspectiva de Foucault, uma genealogia da subjetivação, que nada mais é que uma genealogia da “nossa relação com nós mesmos”, ou da “relação do ser consigo mesmo”. Seria uma genealogia das relações que os seres humanos têm constituído consigo, nas práticas que se relacionam enquanto produções de “eus”. Desta forma, não teria esta genealogia a preocupação com a ideia de “pessoa” em si, mas com as práticas e técnicas que geram a compreensão delas e agem sobre elas.

A compreensão do ser humano como individualizado, totalizado, psicologizado é tomada pela genealogia da subjetivação como um problema histórico e não como a base de uma narrativa histórica. Ou seja, a emergência de um “eu” não está associada a uma compreensão esclarecedora e científica de uma verdadeira natureza e essência de cada um, e sim a um conjunto de práticas e

processos que torna o “eu” um ideal regulatório, uma espécie de plano irreal de projeção, e deflagram formas de ser, maneiras de agir, modos de organizar, e regular (35).

Estas práticas, que nos tornam pessoas, são entendidas como construídas e históricas, e por isso devem ser tratadas do ponto de vista do “governo”. O modo como nos relacionamos conosco é determinado por uma gama de esquemas mais ou menos racionalizados, que tem moldado e determinado a forma como vivemos, como existimos e como nos entendemos em nome de certos objetivos, como a masculinidade, a feminilidade, a maternidade, a honra, o sucesso, a virtude, a riqueza, a harmonia, entre outros tantos (35).

Rose (35) enfatiza que as diversas formas que o ser humano “atribui sentido a sua experiência” tem sua história. Ele chama atenção para os dispositivos de “produção de sentido”, como repertórios de vocabulários, normas, leis, julgamentos, ideais, que não são produzidos pela experiência e sim produzem os modos pelos quais experienciamos a nossa existência. Se nomearmos como subjetivação essas práticas e processos pelos quais os sujeitos vão se relacionar consigo mesmo e com as outras pessoas, podemos compreender que a subjetivação também tem sua história.

“Assim, uma genealogia da subjetivação concentra-se diretamente nas práticas que localizam os seres humanos em regimes de pessoa - regimes que podem ser caracterizados como "particulares". Ela não escreve uma história contínua do eu, mas análises que tentam dar conta da diversidade das linguagens de "pessoalidade" que têm se formado (caráter, personalidade, identidade, reputação, honra, cidadão, indivíduo, normal, lunático, paciente, cliente, marido, mãe, filha), bem como da variedade de normas, técnicas e relações de autoridade no interior das quais essas linguagens têm circulado nas práticas legais, domésticas e industriais para atuar sobre a conduta das pessoas (35).

Deste modo, a genealogia da subjetivação de Rose se inclinará sobre a organização do homem diante dessas forças práticas, em busca de compreender o processo de subjetivação inscrito em um tempo e espaço localizados. Ele se inspira na ideia de governamentalidade, a qual se refere ao surgimento de racionalidades políticas ou mentalidades de governo, onde governo se torna uma forma de gerenciar calculadamente as questões de cada um e de todos, tendo em vista certos

objetivos desejáveis. Considera que as tecnologias de controle se sofisticaram e penetraram por diversos campos, colocando os sujeitos em certo regime de obrigação com determinado modo de ser (35).

A ideia de tecnologias humanas é cara a esta genealogia, pois elas tomam como seu objeto os modos de ser e referem a agenciamentos, ou um conjunto prático racionalmente estruturado, governado por um objetivo consciente ou não.

“As tecnologias humanas são montagens híbridas de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, edifícios e espaços, orientados, no nível programático, por certos pressupostos e objetivos sobre os seres humanos. Pode-se considerar a escola, a prisão, o hospício como exemplos de uma dessas espécies de tecnologia, precisamente aquelas que Foucault chamou de "disciplinares" e que funcionam por meio de uma detalhada estruturação do espaço, do tempo e das relações entre os indivíduos; de procedimentos de observação hierárquica e julgamento normalizador; de tentativas para incorporar esses julgamentos aos procedimentos e julgamentos que os indivíduos utilizam a fim de conduzir sua própria conduta” (35)

Se destaca, também, a tecnologia pastoral, a qual produz uma relação entre autoridade e membros do rebanho baseada na confissão, na purificação do eu, na exposição de si, corporificando práticas de autoexaminação, autocontrole, autodeciframento, a fim de aprimorar-se enquanto discípulo a partir de uma imagem de exemplaridade de ser. Transpõe a relação pastoral para as relações entre terapeuta e paciente, médico e paciente, assistente social e cliente, expertos e indivíduo qualquer, por exemplo, e traz a noção “tecnologias do eu” como essas práticas que enquadram e produzem certos tipos de existências capacitadas, educadas e governadas dentro de uma organização do “eu” em um campo tecnológico de forças (35).

A ideia de “tecnologia do eu” trazida por Foucault, e trabalhada por Rose, corresponde aos mecanismos de auto-orientação dos quais os sujeitos vivenciam, compreendem, julgam e conduzem a si mesmos. Essa tecnologia ganha forma a partir da formulação de técnicas de condutas da relação do sujeito consigo mesmo, as quais exigem uma relação epistemológica (conheça a si mesmo), despótica (controle a si mesmo), pastoral (confesse sobre si), terapêutica (analise e aprimore-se), ou no campo da saúde (cuide de si mesmo) consigo mesmo, e se corporificam

em práticas usuais governadas sob uma autoridade real ou imaginária de um regime de verdade sobre o ser humano. Destaca principalmente, as técnicas intelectuais e corporais (35).

Assim, a genealogia da subjetivação se implica com essas práticas, que desenham um campo tecnológico de forças no qual o homem se constitui. Forças estas que atravessam os sujeitos e objetivam nivelar suas diferenças, produzir e moldar pessoas em um modo pré-determinado de ser.

“Trata-se de um argumento tanto metodológico quanto epistemológico: na genealogia da subjetivação, o lugar de honra não é ocupado pelos filósofos que refletem, em seus estudos, sobre a natureza da pessoa, a vontade, a consciência, a moralidade e coisas semelhantes, mas, em vez disso, pelas práticas cotidianas nas quais a conduta tomou-se problemática para outros ou para si próprio, bem como pelos textos e programas mundanos - sobre a administração de hospícios, o tratamento médico de mulheres, regimes aconselháveis de criação de filhos, novas idéias sobre administração do trabalho, conselhos para aumentar a auto-estima - que buscam tomar esses problemas inteligíveis, ao mesmo tempo, administráveis” (35).

A genealogia da subjetivação nos interessa nesse trabalho por conta do seu olhar para as práticas cotidianas, que retratam os saberes dos sujeitos sobre si mesmos e aquilo que os circundam, em uma compreensão do processo de subjetivação que os transformam em pessoas mais ou menos aceitas. Deste modo, busca-se levantar as práticas, tecnologias, normas, regimes de verdades que circunscrevem um certo modo de ser mãe, assim como o modo como elas se relacionam com esse campo de forças que as tornam quem são.

Uma genealogia da subjetivação de mulheres mães de um CAPSij irá se implicar com os territórios em que elas estão inseridas, assim, considerará as problematizações e tensões entre forças e saberes que emergem nesses territórios, afim de olhar para essas realidades em busca dos saberes dominados. A experiência de sustentação de maternidades marginais, subalternas, excluídas e “anormais” nos exige compreender os modos como essas mulheres foram produzidas como tais, e como se relacionam com esse campo de forças, supondo nelas um saber a ser resgatado. O interesse pela analítica das “tecnologias do eu” associadas aos modos de governar as subjetividades de mulheres mães se aproxima dos interesses analíticos que Rose nomeia de genealogia da subjetivação.

Utilizaremos, desse modo, a genealogia como método de análise das narrativas produzidas a partir das entrevistas com as mães do CAPSij. Compreendemos então, que a genealogia se torna um instrumento importante de análise, alinhado com a forma de se produzir um conhecimento implicado, localizado, ético e político, comprometida com o presente, com as formas que nos tornamos quem somos e com a invenção de novos modos de ser.

3.4 Aspectos éticos

Esse projeto de pesquisa foi aprovado em 2021 pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FCM/UNICAMP com parecer de número: 4.721.188, conforme a resolução de nº 466/12 e suas suplementares do Conselho Nacional de Saúde. A inserção no campo foi autorizada pelo Serviço de Saúde Doutor Cândido Ferreira, em 2020.

A identidade das entrevistadas será preservada, assegurando seu anonimato. As participantes poderão retirar o consentimento de participação na pesquisa a qualquer momento, necessitando apenas entrar em contato com a pesquisadora. Antes da participação, as entrevistadas lerão e assinarão duas vias do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), sendo que a pesquisadora estará à disposição para sanar dúvidas quanto à pesquisa.

Considerando a emergência sanitária decorrente da pandemia COVID-19, serão adotadas medidas de prevenção, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência das participantes e da equipe de pesquisa. As entrevistas ocorrerão em locais amplos, se possíveis abertos, para garantir o distanciamento social. Serão utilizadas máscaras em todo período da entrevista, e também ofertadas máscaras descartáveis para as participantes e equipe de pesquisa, caso necessitem ou prefiram. Haverá, ainda, disponibilização de álcool gel. A pesquisadora entrará em contato com as participantes três dias antes da data agendada para entrevista, afim de averiguar a presença de algum sintoma gripal, ou contato com pessoas com sintomas e/ou diagnóstico positivo para COVID-19.

Os riscos desta pesquisa são riscos individuais das participantes, que podem sentir algum tipo de desconforto durante a entrevista. Caso ocorra, em meu papel como profissional da saúde posso encaminhá-las para atendimento no centro de saúde com os profissionais que as acompanham regularmente. Além disso, posso entrar em contato com os profissionais responsáveis por sua área de cobertura (ACS, técnicos, enfermeiros e médicos) caso entenda que haja necessidade de alguma ação da equipe, como visita domiciliar ou consulta com algum profissional.

Ao final da pesquisa, é compromisso da pesquisadora garantir o retorno dos resultados a todos as participantes, a divulgação dos mesmos para o público interessado pelos meios de divulgação de conhecimento disponíveis para a rede assistencial e de pesquisa, como convite para participação da defesa, publicação de artigos, participação em eventos assistenciais e científicos.

4. NARRATIVAS

4.1 Diva

Diva fala rápido, conta sua vida como se todos soubessem o que se passa em sua cabeça e em seus percalços. É uma devoradora, relata os fatos com tanta intensidade que parecem ter acontecido ontem. A temporalidade de suas histórias se mistura em relatos intensos como o hoje, mas adormecidos em muitos ontens. A cronologia não é linear, é própria. É um livro aberto, conta de suas dores com sorriso no rosto e se espanta quando alguém se espanta com sua vida. Para ela nunca foi fácil, a vida nunca se apresentou em um cenário de privilégio. É negra, sabe que é, mas já disseram a ela que não é, que é parda, e desde então se nomeia assim. Saiu de casa aos 18 anos quando se casou. Quando conta sua história de vida, começa por aí. Ficou casada durante 8 anos e não engravidou. Todos achavam estranho, à diziam que havia nascido para ser tia, e não mãe. Os médicos decretavam que ela não engravidaria, tinha muitas complicações uterinas, corrimentos, dores. A fizeram se sentir podre por dentro, que não funcionava direito. Sempre quis ser mãe. Assistia às novelas do SBT e em sua imaginação criou uma imagem de mãe de novela mexicana. Ali tudo parecia mais possível, mais fácil. E era. A realidade era que não podia ser mãe, e tinha que entender isso, segundo os médicos. Um dia achou que estava grávida, comprou todo enxoval, tudo usado, era como dava. Foi ao médico, e ele disse que não estava grávida. Ela ficou arrasada, chorou e deu todo enxoval para a irmã. Ela começou a passar mal, ia sempre ao médico. Ele dizia que era um mioma. Ficou quatro meses indo ao seu Centro de Saúde se queixar das dores, e o médico a mandava embora sem examiná-la, sem pedir exames. Até que um dia a mandou fazer ultrassom, e se descobriu grávida. Na verdade a descobriam grávida, ela já sabia. O médico se chocou com o fato, não com seu erro. Disse que era coisa de Deus, só podia ser milagre. Ela saiu de lá e foi comprar um cobertorzinho de criança, tem ele até hoje. Trabalhava de doméstica, e foi comprando as coisinhas com seu dinheiro. Seu marido não acreditou que a criança vingaria, então não deu dinheiro a ela até os 9 meses para comprar as coisas do bebê. Tampouco comprou algo. Todos estavam temerosos com o parto, pois ela poderia ter complicações. Ficou internada 10 dias antes, para não ter erro. Um dia, levou um tombo no banheiro do hospital, estourou a bolsa, e entrou em trabalho de

parto. Tiraram a ferro, ele tem a cicatriz funda até hoje. Dias depois que foi embora, o machucado da cabeça da criança começou a feder. Voltou ao hospital, desconfiaram que ela tinha derrubado o filho, se sentiu péssima, falaram que chamariam a polícia. Ela não tinha palavras para explicar que eles mesmos haviam machucado seu filho com fórceps. Amargou, não conseguiu se defender e ficou paralisada de raiva e absurdo. Seu filho teve que ficar internado, quando ele saiu, ela internou. Havia esquecido a placenta dentro dela, teve uma hemorragia que quase a matou. Desses dias lembra-se de dançar na linha da vida e da morte, estava longe, ausente, quase uma morte em vida. Ela ouvia os médicos falarem dela com seu marido, e se sentia fora, ouvia tudo como coadjuvante. Quando ela melhorou, e retornou para vida, não reconheceu seu filho. Passou dias sem pegá-lo no colo, não o queria. Não tinha forças, nem energia. Quase como se tivesse retornado em partes, não toda. Não se sentia mais tão viva. Depois de uns dias ouviu seu choro e o pegou no colo, começou a sentir um amor, e a cuidar. Hoje sabe que aquele vínculo não nasceu de imediato, mas não duvida de sua força. Cuidava dele, mas sentia-se triste. Todos se preocuparam. Foi ao psicólogo do posto, começou a ir à igreja, foi melhorando aos pouquinhos. A disseram que era depressão pós-parto. Ali seu marido compreendeu que ela não estava bem, e que precisava de algum tipo de cuidado. O orientaram a deixá-la quieta, a não levar muita gente em casa, a não fazer churrascos. O médico chamou seu marido e ela e disse que se ela engravidasse de novo, poderia morrer, era melhor desistir disso. Não tinha como ser mãe novamente. Mas ela queria uma menina, seu sonho era uma menina. Engravidou depois de três anos. Uma menina. Ela sabia. Duvidaram, mas dessa vez descobriram mais rápido. Seu marido queria outro menino, decidiu-se por se retirar, mais uma vez. Ela comprou tudo. Dias antes de parir foi ao centro de saúde, o médico disse que não era pra já, mais umas duas semanas de espera viriam. Mas ela sabia o que já se anunciava em seu corpo. Mas obedeceu, foi para casa. No dia seguinte começou a sentir contrações. Negou, não podia ser, o doutor disse que não seria agora. Mas não aguentou, pediu ajuda para o marido. Ele não acreditou. Sua mãe estava em outro bairro, não havia celular. Pegou o cartão do SUS e o RG, colocou no meio dos peitos e saiu. Tomou um ônibus rumo à maternidade. A viagem mais dolorida que já fez. Se agarrou às grades de ferro do ônibus enquanto seu corpo se contraía em dor. Algumas pessoas a ajudaram a

descer. Chegou no hospital e se deitou no chão. A pediram para esperar. Quando colocou a mão sentiu a cabeça do filho, a levaram para o centro cirúrgico. Se sentiu sozinha, não havia ninguém ao seu lado, sua mão se esmagava em si, sem ter a quem apertar. Se apertou e se pariu, se partiu, nasceu. O médico deu parabéns, disse que ela fez praticamente tudo sozinha. Como sempre. Quando seu marido chegou, não olhou para ela. Não perguntou como ela estava. Só se dirigiu ao bebê. Ela queimou de raiva, sentiu o fogo do desprezo e jurou para sua mãe não olhar mais na cara dele. E assim o fez por 4 anos. Sua filha adoeceu após ter nascido. Ela viu a filha entre a vida e a morte, a diziam para se preparar. Não desistiu. Dessa vez não se deixou calar e gritou por melhores tratamentos. A filha se recuperou e ela a levou para casa. Sempre cuidou dos filhos sozinha. Se entristeceu novamente. Passou dias no escuro, habitando o terreno da tristeza, anos ignorando a presença do marido. Ele sempre trabalhou o dia todo e quando chegava frequentava o bar do bairro. Recebe dele até hoje 200 reais por mês, é o que ele repassa a ela de todo seu salário. Ela faz milagre com esse dinheiro, mas tem mês que passa fome. Não come para dar aos filhos. Inventava receitas com arroz, faz mingau, tira de onde não tem. Implora por cesta básica na escola, no CRAS, no CAPS. Ela não sabe quanto ele ganha, nunca soube. Imagina que seja 2 mil reais. Não sabe com o que ele gasta o resto de seu salário, desconfia que no bar. Sua família percebeu que ela não estava bem, e seu marido também. Ele passou a tentar agradá-la, e seus pais a ajudaram encontrar um emprego. Aos poucos foi voltando, reatou com o marido. Começou a trabalhar como doméstica, e gostava. Tinha que se arrumar para ir, ganhava seu dinheirinho, comprava as coisas para os filhos. Seu marido começou a encrencar com o trabalho dela, e sua vida foi ficando mais difícil. Ele brigava com ela quando estava bêbado, não dava atenção para as crianças, e passava muito tempo fora, o que para ela era melhor. Um dia começaram a dizer no bairro que ela estava se arrumando muito, que estava muito bonita, que ele deveria ser corno. Ele acreditou e passou a desconfiar dela. Passou então a trabalhar escondido, saía depois do marido, e voltava antes dele. Foi uma época feliz. Andava com sorriso no supermercado imaginando a carinha de seus filhos quando desse o que ela podia comprar. Contudo, um dia contou a ele que estava trabalhando e não teve mais paz. Somado a isso, sua filha já tinha uns 4 anos e começou a dar muito trabalho na escola, ligavam todos os dias para ela ir buscá-la antes da hora. Teve que sair

inúmeras vezes do serviço. Passou a não atender todas ligações da escola. Mas se agonizou. Pouco depois seu filho quebrou o braço em várias partes. Os médicos aconselharam que ela ficasse em tempo integral com ele. Mas continuou trabalhando. Um dia a sua patroa disse: “você terá que escolher entre seus filhos e o trabalho, não tem mais como”. Se sentiu dividida, olhava para a cara do filho e pensava no emprego, não sabia o que fazer. Teve que largar o emprego. Seguiu tendo uma relação distante e difícil com o marido, se separaram algumas vezes, passaram a não dividir a cama. Por mais que se separassem, ele não saía da casa. Ela pensou em se separar de fato muitas vezes, mas não tinha para onde ir. A casa que moram está no nome dela, mas ele diz que ela tem que pagar a parte dele, que antes disso não sai. Ela não tem por onde pagá-lo, e se amedronta em tirá-lo de lá, não sabe do que é capaz. Sem escolha, continua. Em uma das vezes que reataram, ele anuncia a ela que tinha feito uma promessa quando a filha deles estava internada: se ela sobrevivesse, depois de 7 anos, ele teria outro filho. Tomada pela promessa de um outro em seu próprio corpo, consentiu. Nem pensou em negar, não era uma escolha. Até queria mais filhos, mas não havia pensado muito nisso. Seu marido havia voltado a tratá-la bem, achou que dava pé, mas pulou sem calcular muito. Engravidou, seu marido disse que queria um outro menino. Nessa gestação experimentou algo muito diferente das outras, pois seu marido esteve mais presente. A paparicava, comprava comida para eles comerem juntos, levava os filhos de carro na escola, ajudava com as coisas da casa, comprou presentes para o bebê, dava dinheiro para ela comprar enxoval. Ela, que sempre fez tudo sozinha, se sentia uma madame por ter alguém para compartilhar o básico. Se sentia cheia, ela que lutava tanto para alimentar todos, estava se sentindo alimentada. Fez cesárea dessa vez. O terceiro filho nasceu bem. Mas seu marido mudou de novo. Passou a não mais tratá-la bem. Um dia, em casa, ainda com os pontos da cesárea, cuidando do recém-nascido e mais dois filhos, o corredor de sua casa alagou. Teve que limpar tudo sozinha, seus pontos abriram, sua filha, que já estava nervosa, a chutou nos pontos. Se sentiu traída por todos. Sua mãe veio ajudá-la e mandou os dois filhos mais velhos passarem um mês com uma tia. Diva conseguiu cuidar melhor de seu bebê, e com sua mãe perto, se sentia mais protegida. A mãe brigou com seu marido, disse verdades à sogra e permitiu que ela ficasse mais tranquila. Segue a vida com seu marido, entre percalços. Sua filha do meio a preocupa, exige mais cuidados.

Tem dificuldades de aprendizagem na escola, é muito irritada, brava, agressiva, por vezes. Diva tem dificuldades em entendê-la, não compreende o que se passa, se sente culpada. Deixou de trabalhar por conta da demanda da escola, com ela desse jeito não tem como. Carrega esse peso, pois gostava de trabalhar. Passou anos sem cortar o cabelo, sem comprar creme para o cabelo, sem poder fazer a sobrancelha. Sente falta de seu dinheirinho. Hoje em dia revende produtos de beleza, montou uma lojinha na calçada de casa. Mas paga pouco. Resiste a voltar ao trabalho, já sente o fracasso antes do acontecimento. Que patrão vai entender. Ninguém irá entender o que ela passa. Não se arrepende de nada, se orgulha de seus filhos. Mas os sente por vezes a puxar para trás. Como se algo a enlaçasse e a puxasse. Tem dias que acorda de manhã e logo cedo já escuta a pergunta que a mata: “o que tem para comer?”. Eles comem o tempo todo, e essa pergunta a machuca quando não tem o que dar. Ela inventa de tudo, esses dias fez um bolinho de chuva com arroz velho, não tinha farinha. Eles adoram, comem tudo, nem percebem. Só o mais velho, que agora passou a reparar que ela não come quando tem pouco, e a chama pra mesa, divide com ela, e só come depois que ela comeu. Isso a mata e a alimenta, ao mesmo tempo. Se considera uma boa mãe, mas acha que ninguém acha isso. Hoje se sente menos só, eles estão maiores, cuidam da casa, cuidam dela. Tem dias que a vida parece um filme de terror, nada a ver com as novelas mexicanas.

4.2 Lourdes

Lourdes se apresenta em partes. Ser mãe é a primeira palavra que ela usa para se definir. Fala com ternura sobre seus filhos, mostra um olhar terno para a vida, para os acontecimentos. Se apresenta carinhosa, em seu tempo, com a fala mansa e baixa, sem grandes exaltações, mas não por isso menos emotiva. Chora com facilidade e pede desculpas por isso. Aos poucos, conta que é atriz, professora, formada em artes cênicas, com mestrado em artes. Vivia uma vida tranquila, solteira e independente. Aos 30 começou a sentir um desespero, o que ela sempre havia sonhado, ser mãe, passou a se tornar uma questão concreta. Sentia-se incompleta, faltava uma parte. Entendeu que já estava ficando velha. Passou a pensar muito sobre essa possibilidade, queria saber quando viriam seus filhos, como seria viver essa realidade. Crianças sempre a encantaram e já não podia mais ver uma mulher

grávida que se emocionava. O sonho foi só dela, somente dela, por alguns anos. Até que em um dia, em um coral de um centro espírita que ela participava, começou a olhar diferente para um outro participante, e encontrou alguém que, naquele momento, ela ainda não imaginava que seria seu parceiro nessa empreitada. Sobre ele diz poucas palavras, conta do seu encontro com ele a partir do anúncio da maternidade. Ele era 14 anos mais velho, já tinha dois filhos de outro casamento, e topou estar aberto com ela à receber os filhos que tivessem que vir. No primeiro ano de relacionamento engravidou. Não usavam nenhum tipo de contraceptivo e haviam pactuado ter os filhos de uma forma pouco planejada. Aos 33 se viu grávida e um tanto desgostosa da gravidez. E não era como ela imaginava, enjoou e vomitou os 9 meses. Se imaginava linda, de barrigão, tomando sol, e se viu passando mal, sem força para nada. Foi um susto viver essa realidade. Outro susto foi o parto, doeu de doer. Se duvidou, gritou por cesárea, mas desaguou no parto normal. Teve uma escadinha, quatro filhos, com no máximo dois anos de diferença entre cada um. Dois meninos e duas meninas. Quando estava grávida de sua caçula, a filha que, inclusive, é tratada no CAPSij, descobriu que seu marido estava doente, tinha câncer. Seu marido morria aos poucos, e ela, cega de indignação, custou a acreditar que ele morreria. Duvidou até o fim, preferia nem imaginar. Mas aconteceu. Como os acontecimentos que são furacões, viram tudo, resta pouco. O que restou foi ela e seus filhos. Brigava mentalmente com ele, no início, “como você pode ter feito isso comigo?”. Se abalou ao dar-se conta de como a realidade se impunha bruta e brutal. Brigou com a vida, pois não há lógica em perder a vida daquele com quem ela havia feito outras quatro. Em alguns momentos, se arrependeu de ter feito como fez. Achou que não ia aguentar, se viu sem saída, sem saída até para recuar. Não tinha como não seguir, e seguiu. Começou a trabalhar e a pagar pessoas para ficarem com as crianças. Recebeu um conselho que o considera de ouro, hoje em dia, de colocar todos na escola e os deixarem lá, logo quando tudo aconteceu. Obedeceu. Sua vontade era deixar eles bem perto dela, para compensar a falta de quem tinha ido. Passou a levá-los todos os dias. E assim começou a ter horas só para ela durante a manhã. As passava chorando, andando, às vezes se descabelando. Mas o que mais gostava era de ir ao Ceasa. No mercado das flores, passava horas caminhando nos corredores, reparando em cada detalhe da beleza perecível das flores. A vida que se vai, que se esvai, que brota. Sentia-se viva, dinheiro não havia.

Comprava uma flor baratinha e ia para casa ficar mais um tempo em sua companhia. Plantava. Plantou muito. Muito se teve que plantar para escorrer o tanto que se sentia. Sentia-se partida, posta à contradição. Se deliciava dos momentos sozinha. Mas bastava um ficar doente que tudo tinha que ser esquecido. Horas acordada, fazendo comida, enfrentando o caos da casa, em contrapartida com as flores, as crianças brincando, aninhadas a seu colo no colchão no chão da sala. Encaixava dois em cada braço, e dois em cada perna. Assim, todos tinham um pouquinho dela. As crianças sentiram a falta. Cada uma reagiu de seu jeito à falta do pai. E ela permaneceu ao lado deles, partida, e de certa forma entregue por inteira. Se dedicou a cuidar deles, a criar um lar respeitoso e democrático. E precisou de muito ajuda. Da escola, da família, de amigos. Amigos moraram em sua casa, pessoas estiveram a seu lado. Se sente privilegiada. E com muito medo. Passou meses sem conseguir sair com os quatro filhos de carro sozinha. A agonia a paralisava. Conduzir todas aquelas vidas. E foi com medo, tremendo, conseguiu. Mas parecia filme de terror, ela apavorada, crianças falando, brigando, e ela dirigindo. Sua rotina era toda em função dos deslocamentos dos filhos, do seu trabalho. Equilibrava-se para estar com eles e ter pessoas com eles enquanto estivesse fora. Mas só quando eles estavam crescidos que uma tia olhou para ela e falou “você precisa de um tempo pra você”, e se ofereceu para ficar com os quatro filhos durante uma semana. Depois de mais de 10 anos ela pode experimentar estar só. Sentia-se cobrada por um cunhado que a questionava por não ter namorado mais. Esses dias, no banho, formulou a resposta que sempre quis dar a ele, e aguarda ansiosamente o momento em que ele a atormentará futuramente: “Quando que você se ofereceu para cuidar dos meus filhos para eu passear? Se você tivesse cuidado deles, eu poderia ter tido tempo de namorar”. Ninguém nunca se ofereceu para ficar com seus filhos enquanto ela saía. E dizem que ela que se fechou, que não quis mais ninguém. Ela acha isso cruel, pois ela sempre quis, não foi uma escolha, foi uma falta de escolha. Assim como sua vida profissional, antes atuava, era ativa em um grupo de teatro, viajava, teve que escolher pelo que era mais possível, cabia na rotina, decidiu-se por dar aula. Não é o que mais gosta, mas se realizou. Hoje, após seu filho mais velho ter 20 anos, iniciou graduação em pedagogia e voltou a estudar. Se sente orgulhosa dela mesma. Fala com admiração do fato de ter entrado em uma universidade federal. Sente-se dando seu melhor sempre, sente que falha, sabe que falha. Mas de

alguma forma entendeu que sempre estará dividida, e jamais atenderá tamanha demanda. Hoje, seus filhos são todos adolescentes, a caçula já tem 15 anos. Comanda a casa como uma república, todos decidem, todos fazem. Entendeu que seus filhos já são corpos grandes, e que devem gerir-se por eles. Assim deixou de realizar tudo, largou mão de lavar a roupa de todos, de arrumar tudo para todos, e assim delegou as funções a cada um. Agora, com responsabilidade, começa a desfrutar de um tempo para ela. Dedicou-se muito à filha mais nova no ano passado, quando ela adoeceu. Passou por momentos difíceis em família com a filha em sofrimento psíquico. Entregou tudo que tinha, e agora que ela está melhor, começa a sentir uma brisa de tranquilidade. Para ela a maternidade a trouxe força, uma força que ela jamais imaginou, se duvidou o tempo todo, e se descobriu forte, capaz de tudo. Entre tantas dificuldades em não ter com quem dividir as grandes decisões, e as pequenas também, se entendeu com a força de uma pessoa inteira, mesmo que por vezes, em cacos. Se arrepende dos momentos em que perdeu o controle, em que se irritou, em que gritou, em que não conseguiu cuidar. Se sentiu girando em uma engrenagem de uma vida que não podia parar, que exigia pressa, muitas vidas para viver. Se perdeu na rotina acelerada, se afundou no cansaço. Desses momentos não sente falta. Gostaria de voltar e mudar, mesmo sabendo que fez o que pôde.

4.3 Dirce

Dirce é uma mulher de palavras firmes, é dona de uma lucidez, fala com clareza e sem rodeios. Não se esquivava. Cresceu sem pai, nunca soube quem o era. Filha mais velha de uma família de 5 irmãos. Sua mãe flertava com a loucura, era usuária da saúde mental. Dela, nunca recebeu cuidado, pensa que é por conta de seu pai, o qual sua mãe não gostava, sente-se diferenciada dos irmãos. Sempre soube que precisava trabalhar e seu sonho era sair de casa. Aos 16 começou a trabalhar. Aos 18 começou a namorar e aos 19 foi morar com o namorado. Queria sair de casa a todo custo. Não havia terminado os estudos, largou para casar e trabalhar. Tinha vontade de focar na carreira, voltar a estudar, fazer uma faculdade. Estava certa disso. Seu marido queria um filho, ela não. Ele insistiu tanto que ela começou a querer. Fez do desejo dele o seu e engravidou aos 19 anos. Trabalhou

toda gestação, passou muito mal, não se sentia bem. Enjoou muito. Seu namorado fumava, ela começou a ter nojo de cigarro, além de ter desenvolvido alergia à fumaça. Um dia, jogou fora o maço de cigarro dele. Este foi o dia em que ele a agrediu pela primeira vez, grávida. Foi a primeira vez que ele mostrou as garras, depois disso, mudou seu comportamento. Já não tinha mais paciência, a tratava mal, brigava por qualquer motivo. Ela, que havia se encantado com seu jeito de tratá-la, já não o reconhecia mais. Teve um parto tranquilo, mas sofreu na amamentação. Seu namorado nunca se importou muito com a filha. Se assustou ao se deparar com sua mudança de comportamento. Pois antes ele prometia mundos e fundos, dizia que o que mais queria era ter filhos. Sua filha não pegava seu peito, ela tentava de tudo. Fazia questão de amamentá-la, porque uma lata de leite custava 35 reais e durava 4 dias. Não conseguiu. Os primeiros dias foram sofridos, tinha que dar leite no copo. Morava de favor na casa da sogra, junto com outras pessoas da família. Se sentia presa, não tinha saída. Todos opinavam sobre o que ela tinha que fazer, inclusive sua sogra, que não a deixava tomar as decisões sozinha. Passou por meses de muita briga, sentia que havia saído de um inferno para entrar em outro. Nesses primeiros meses descobriu traições do namorado, ele fazia questão de deixar os rastros. Todas as vezes que ela descobria algo, ele a agredia. Na verdade, todas as vezes que ele não tinha argumento, batia nela. Quando sua filha tinha 8 meses, ele a largou para ficar com uma mulher do trabalho dele. A expulsou de casa. Se viu sozinha com sua filha, sentiu muita raiva de tudo. Ser mãe mudou completamente sua vida, antes era só ela, podia fazer o que queria. Agora não, tinha que cuidar daquela criança que nem ela mesma queria. Sentiu muita raiva dela mesma, por ter caído nessa. Se arrependeu amargamente. Teve que pedir abrigo na casa de sua mãe. A mãe a acolheu. Foi e voltou algumas vezes, ele ia atrás dela e pedia para voltar, ela voltava. Na última vez que voltou foi porque não tinha mais para onde ir e nem dinheiro. Só conseguiu vaga na creche quando sua filha tinha 2 anos. Tentou deixá-la com babás para trabalhar. Chegou a levá-la e deixá-la escondida aos sábados, pois não tinha com quem contar, mas perdeu o emprego. Ao voltar com o namorado decidiu que voltaria só para arrastar um tempo até conseguir sair. Terminou a escola, começou a trabalhar. Sua filha começou a ir na creche. Sustentou uma vida difícil pela filha, pois se fosse só ela, já tinha saído. Vê a maternidade como um acontecimento ruim, sua vida piorou. Sente que não

conseguiu caminhar para frente, focar nela mesma, sua vida agora era sua filha. Às vezes se imagina encontrando com sua eu do passado, e tem vontade de bater nela, bater muito. Se arrepende de ter largado a escola, engravidado, se relacionado. Se separou quando sua filha já tinha 4 anos. Decidiu por isso depois de ter apanhado dele na frente de todo mundo em uma festa, inclusive de sua filha. Foi a última vez. Se mudou para um bairro de ocupação, periférico. Foi difícil se separar, ele continuou atrás dela. Fazia questão de buscar a filha, falava coisas estranhas para ela, mentia. Depois disso, iniciou um novo relacionamento, que considera melhor. Agora tem mais ajuda. Começou a fazer uma graduação, seu maior sonho. Têm dificuldades com a filha. Ela não a obedece, a desafia, a tira do sério. Se queixa de seu comportamento, a leva ao CAPS. A acha diferente, parece que tem algo de errado. Sente-se mal por isso, queria que fosse mais fácil, queria que ela fosse diferente, que tudo fosse diferente. A maternidade deixou marcas importantes em sua vida, configurou um antes e um depois. A área que foi mais afetada foi a vida profissional. Perdeu muitos empregos porque sua filha estava doente. Sente raiva nas entrevistas de emprego quando a perguntam se tem filhos, e quando responde que sim, são feitas inúmeras perguntas sobre com quem a filha fica, onde ela fica quando está doente, se tem ajuda, se vai à escola. Se sente em desvantagem e desrespeitada. Sabe que tem que correr mais, e mesmo assim, às vezes, consegue menos. Nada é garantido. Sabe que ama sua filha, mas não nega em nenhum momento, em sua profunda sinceridade, o quanto isso é fonte de sentimentos complexos.

4.4. Eleni

Eleni fala rápido, tem palavras pontuais e ideias firmes. Nunca sonhou em ser mãe, cuidava de crianças desde muito nova e sabe do trabalho que isso dá, desde muito cedo. Pensava que se um dia tivesse filhos, faria tudo diferente das mães que julgava de longe. Sofreu muito em sua infância, apanhou até os 15 anos. Sonhava em sair de casa, casou-se para sair disso. No início, não queria que seu marido a tocasse. Seu plano não era ter alguém que a tocasse, era sair do ambiente em que cresceu. Teve seu primeiro filho aos 19 anos, mas não queria. Se casou aos 17, tomava anticoncepcional religiosamente, e como tinha muitas infecções, tomava

muitos antibióticos. Não sabia que eles cortavam o efeito de sua pílula. Descobriu do pior modo, descobriu na pele, com o filho já no ventre. Foi um choque. Os outros a parabenizavam pela gravidez, mas ela não entendia tal euforia. Não sentia prazer em passar a mão na barriga, não gostava de conversar do assunto, sentia-se incômoda com a criança se mexendo, um ser estranho dentro de seu corpo sofrido. Não curtiu desejar a chegada de alguém que ela não esperava. Hoje, a vê como imatura nesta época, coisas que só tempo mastigado proporciona. Somente depois dos 30 se viu pronta para algo que lhe aconteceu 11 anos antes. Acredita que se tivesse engravidado mais tarde, teria sonhado mais, teria sido outra. Depois de 9 anos, engravidou de novo, de novo um susto. Um susto já grande em sua barriga. Não queria outro filho. Estava de 5 meses, e em seus cálculos, o desconforto que sentia era vesícula. Um dia, no ultrassom, descobriu que a vesícula já estava grandinha, e era um menino. Tudo de uma só vez. Relutou em contar para o marido, eles estavam em uma fase difícil, meio separados, sem se conversar. Seu mundo desabou, só chorava. Caiu uma queda lenta, e no encontro com o chão, com um filho no ventre, passou a fazer tratamento de depressão. O marido recebeu a notícia com a frase que ficou marcada, “fazer o que né? Mais um, né!”. Sentiu-se sem apoio, revoltou-se. De novo, teve uma gravidez difícil. Hoje sente inveja das mães que aproveitam esse momento, acha lindo quem vive o que ela não viveu. Quando entrou em trabalho de parto, não contou para o marido, nem para ninguém. Ficou horas sentindo dor em casa, não queria incomodar. Quando não suportava mais, avisou. Chegou no hospital parindo, e partida em pedaços, viu que a criança já estava querendo nascer. Teve complicações no parto, hemorragia. Sangrou muito, se desfez em sangue, disseram que não poderia mais ter filhos, o útero estava fino. No hospital, sentiu que juntou tudo, a depressão, a hemorragia, a tristeza. Sentia-se mole. Não a deixavam carregar seu filho, pois estava sem forças, não conseguia sustentá-lo em seus braços. Também não a deixavam sozinha, pois estava muito deprimida. Seu sonho sempre foi amamentar. Com o primeiro, tinha muito leite, mas seu filho não o aceitava. Voltava tudo. Azedava. Acredita que seu leite era salgado, por isso ele o devolvia. Mas mesmo assim, continuava dando, até um dia que o leite voltou todo talhado e ele engasgou, ficou roxo. Entendeu que era seu sonho, mas que cada criança é uma, e ele não era ela. No segundo, não tinha leite. Tentava usar bombinha, fez de tudo. Não deu. Se questiona o porquê que não podia tudo ser

perfeito, por que isso aconteceu. Esperava que os seus filhos viriam bonzinhos, que educaria como sua mãe, de forma dura e firme. Mas teve que deixar suas expectativas de lado. Essa foi uma das partes mais difíceis: desprender-se do que ela e os outros esperavam. Via que a vizinha conseguia colocar limites conversando, que as crianças dos outros obedeciam. Sentia-se fracassada e fraca. Com o seu segundo filho, que faz tratamento no CAPSij, não era bem assim. Ela queria tudo do seu jeito, e entendeu que teria que dar espaço à como ele queria também. Com ele, não adiantava avisar que o fogo machuca, ele queria mexer mesmo assim. Ele não tem medo. E ela tem medo da sua falta de medo. Passa noites em claro emprestando seu medo a ele. O que será dele quando crescer? Está sempre atenta, desliga o gás, o fogão, ele mexe em tudo. Sentiu muita diferença de um filho para o outro, o segundo a desafiou muito. Resistiu em aceitar que seria tudo diferente. O chama de um imprevisto imprevisível. Muitas vezes se questionou se era uma mãe boa, mas vê que tudo aconteceu na hora errada. Não se arrepende hoje, mas na época que eles nasceram, sim. Não queria, mas hoje diz que os teria mesmo assim, contudo, gostaria de outras condições. Com o tempo, considera que amadureceu, e parou de ser tão rígida. Não gostava de bagunça, de sujeira, hoje em dia vê que “isso dá para arrumar”. Sente que se estressa menos, dá menos importância. Consegue dimensionar melhor as brigas que vai entrar. Deixou de fazer muitas coisas, ir em aniversários, pois passaria vergonha com seu filho. Sentia-se julgada, veriam que seu filho era mal educado. Achava que não o educava bem, que estava fazendo algo muito errado. Atualmente, vê que ela o educou sim, mas ele tem suas dificuldades. Hoje consegue conversar melhor com ele, antes de brigar pelas coisas que ele faz. Vê que seu filho precisa de suas orientações, e se sente muito responsável em guiá-lo na vida, do jeitinho dele. Já ouviu muito dos outros o que deveria fazer para melhorar seu filho, para ser uma mãe melhor, e para ter um filho normal. As pessoas apontavam suas falhas, chamavam atenção de seu filho em sua frente. Isso a magoava. Aprendeu, depois de muito ódio, a conversar com essas pessoas também. Sofreu muito em ver que as outras crianças não brincavam com seu filho. Sentia-se ferida quando via seu filho excluído. Tinha vontade de implorar para as crianças serem amigas dele, mas viu que não era bem assim. Sentiu-se muitas vezes perdida, não entendia porque existia, qual era o sentido de tudo aquilo, porque as coisas estavam acontecendo daquele modo. Estava exausta, muito

cansada, emocionalmente abalada, e deu-se conta de que não precisava fazer tudo tão certinho, tão perfeitinho, que poderia deixar de carregar tanto peso. Sempre trabalhou, desde os doze anos, ainda mais quando se via em momentos difíceis com o filho, trabalhava mais, como uma fuga. E por conta disso, ficou muito ausente, e culpa-se por isso. Trabalhou como babá, costureira, este último é sua dedicação até hoje. Já trabalhou por conta, mas hoje não gosta de trabalhar sozinha. Diz que isso mudou depois da gravidez do seu segundo filho. Sentia-se muito sozinha, então não gostava de trabalhar só, queria mais pessoas por perto. Antes fazia de tudo sozinha, mas ficou sem coragem, e sem vontade. Ficou quase 2 anos em casa, sem ir ao centro da cidade. Não atravessava a porta, estava posta dentro da casa, como uma mobília esquecida, sem reação e sem amor. Parecia que ninguém via o que ela passava, começou a ter crises de pânico. Seu marido ficava muito calado, não falava com ela. Não queria ver ninguém, não queria conversar com ninguém. Achava que só ela estava sofrendo, que todos tinham uma vida perfeita. Já que ninguém via o que ela passava. Então, porque conviver com pessoas tão felizes? Se comparava muito, e se fechava cada vez mais para que ninguém visse o que lhe sucedia. Achava que todos estavam olhando pra ela, falando dela, vendo o que ela queria esconder. Um dia, uma psicóloga falou para ela: “então você se acha muito importante, né? Todos te olham”. Começou a entender que não precisava ser perfeita, hoje vê que perdeu muito tempo com essas preocupações. Chegou a separar-se de seu marido por 3 anos, quando seu segundo filho era menor. Depois disso, ele passou a dar mais valor a ela. Entendeu que ela precisaria de apoio com o pequeno, pois era chamada cerca de 3 vezes por na semana na escola, o levava no CAPS. Retornou à sua casa. Chegou a pensar em engordar, queria comer, comer, até seu marido a abandonar. Mas ele não a abandonou, e compreendeu que ele ir ou ficar, era uma atitude dele, não dela. Antes não gostava de abraçar seu filho mais velho, achava que não precisava de afeto, de conversar; gerir a casa, dar alimento e cuidar da rotina já a cansavam muito. Hoje recebe o carinho de seus filhos, se sente importante. E quer dar cada vez mais carinho pra eles. Pensa que desperdiçou amor, jogou fora momentos que poderiam ser de amor. Aprendeu a ser assim com sua mãe, sua criação foi diferente, não tinha beijo, abraço, brincadeira, ela cuidava levando no médico, fazendo comida. Percebeu que não precisava seguir esse padrão, encontrou um modo seu de fazer. Ser mãe é uma descoberta diária pra ela,

uma missão. Se sente menos sozinha no mundo depois que eles nasceram, são sua companhia, mesmo que eles sejam sozinhos, uma solidão compartilhada. Com a maternidade aprendeu a ver as coisas de forma menos rígida, menos a ferro e fogo, viu que não é só ela que sofre. Antes achava que tinha caído de paraquedas para sofrer, e agora, consegue se colocar na pele do outro. Entende que ser mãe foi um processo, não se deu exatamente quando eles nasceram. Para ela, maternidade é não desistir, não poder desistir, mesmo quando se quer. Não se deve recuar quando tem mais vidas que dependem da sua. Considera-se uma boa mãe, pois nunca abandonou seus filhos, sempre correu atrás, mas acredita que falhou na falta de carinho. Diz que, por vezes, queria se chamar pai, ou melhor, queria ser pai, para não ter que ouvir tantos chamados por “mãe”, para que pudesse ser menos convocada por eles, e por ela mesma.

4.5 Bernadeth

Berna tem presença, uma voz grossa de cigarros e mansa de cansaço. Faz uso de uma expressão sisuda, ao mesmo tempo que ri de si mesma. Ri alto quando se escuta e se acha louca. Se nomeia assim, meio louca. “Normal não sou, né? ”. E ri, ri muito, e chora suas dores enquanto ri, e sente dores físicas, a tal da fibromialgia, a cada pontada de dor, um palavrão solto. As palavras e palavrões fluem. Um acidente a deixou manca, com os passos lentos, faz piada disso, ri enquanto brinca sobre quem vai querer uma velha, louca e manca. Tem os pensamentos claros, o raciocínio bem encadeado, se faz entender. Estudou bastante, sempre quis a independência. Descobriu a liberdade quando foi morar sozinha, aos 20. Mas sofreu também. Era uma criança que tinha sido muito protegida pelos seus pais. Dos 20 aos 30, conquistou sua própria confiança, já não tinha medo de tudo, tinha seu próprio carro, trabalhava, viajava. Diz que desejou ter filhos até os 25, depois desistiu, sentia-se velha. Gostava da vida que tinha. Engravidou no segundo encontro, sentiu-se envergonhada. Segundo ela, sua vida arregaçou-se. A família dela já não se agradava com o fato dela ser solteira, grávida então. Forçaram-na a dar um pai ao filho, afinal era um absurdo criança sem sobrenome. Quando contou ao pai da criança, ele disse que só assumiria se ela fosse morar com ele. Hoje diz que isso tem nome: machismo. Mas na época aceitou. Foi morar com ele achando que o curso natural das coisas impostas era o caminho

que desejava. Ficou com muito medo de não ser uma moça direita e de não ter condições para criar a filha. Engraçado que mesmo morando com ele, sentiu-se extremamente sozinha. Foi a todos os médicos sozinha, fez todos os exames sem ninguém por perto. Diz que a solidão se instaurou naquele momento, e a sente até hoje. Teve uma menina. Quando a bebê tinha 8 meses o questionou sobre as despesas da casa, já que ele estava vivendo como solteiro e não cumpria com o básico. Apanhou. Tapas e socos no rosto. Quem ela era para questionar se ele era o homem da casa? Viveu essa relação, entre idas e vindas, dos 31 aos 44 anos. Era um estranho à ela. Seis anos se passaram, e em uma “recaída” decidiu-se por fazer o que era “correto”, e casou-se com ele na igreja. Estava feliz com sua família, e no primeiro mês de casamento, engravidou novamente. Um pouco antes, havia sofrido um acidente de trabalho. Caiu de um lugar alto e quebrou as duas pernas. Estava com dor, muitos pinos, em reabilitação. Se assustou ao pensar em carregar um bebê com as pernas quebradas. Ali tudo piorou. O marido mostrou quem era. Passou a sair todas as noites, bebia muito, não voltava pra casa. Se separou novamente, mas em uma “recaída”, quando sua segunda filha tinha 1 ano, teve uma relação desprotegida. Foi à farmácia, tomou pílula do dia seguinte, e mesmo assim engravidou novamente. Sentia que ele queria a encher de filhos para deixá-la ali, em sua órbita. E ficou, foi ficando, permaneceu. Estava muito feliz, adorava bebês e crianças, eles eram todos lindos, lutava com todas suas forças para ter sua família. Quando seu filho mais novo, um menino, estava com dois meses, saiu de casa para resolver questões da aposentadoria, e recebeu uma ligação de sua filha mais velha, dizendo que seu pai estava muito bravo. Quando ela chegou, o viu como um monstro, ele espumava de raiva e ódio, socou sua cabeça de todos os jeitos. Apanhou muito, na frente de seus filhos. Ele dizia que ela o havia traído. Saiu de casa aquela noite, separou-se novamente. Ficou na mesma cidade, ele a visitava a hora que queria, chegava de madrugada, bêbado, violento. Decidiu, depois de um ano, mudar de cidade. Ele nunca pagou pensão regularmente. Tem que se humilhar até hoje para receber o dinheiro. Por um tempo, levava as crianças para vê-lo. Há alguns anos, agrediu sua filha do meio, e por medo, nunca mais os levou. Depois de muito tempo, entendeu que ele não mudaria, que esse homem seguiria violento. O vê como um Coronel, se acha o tal, mas não paga nem o alimento dos filhos. E ela, apesar de tudo, não é mulher de Coronel. Acredita que se não tivesse ido embora

ele a teria matado. Se acha uma onça, não quis ter nenhum dos filhos, mas depois que os teve, ninguém podia encostar neles. Os protegeu de tudo, se pergunta se não foi até demais, talvez os tenha sufocado. Amava ser mãe de crianças, adorava ter um bebê no seu colo, aquilo era seu mundo. Mas não gosta de ser mãe de adolescentes, essa tem sido a pior fase, uma merda. Hoje seu filho mais novo tem 12 anos. A mais velha já tem 22 e não mora mais com ela. A do meio tem 15. Suas duas filhas já fizeram tratamento no CAPSij. Se sente extremamente agredida por todos eles, sua vida tem sido um inferno, são inúmeras brigas, sente-se desrespeitada, já teve que chamar a polícia para eles. A sensação é de fracasso, como tudo isso pode acontecer? Fez filhos problemáticos, algo deu errado, sente-se mal por isso. Sente muita culpa por eles não serem normais, como se tivesse feito algo meio quebrado, defeituoso. Está presa a eles, não consegue viver a própria vida. Parou de trabalhar desde o acidente, nunca mais namorou, pois tem medo. Vive a vida dos filhos pois não consegue seguir a sua sabendo que eles sofrem. Queria que a maternidade fosse mais fácil, sente um peso, ela por 3 almas. Por ele não ser pai, ela tem que ser uma Super Mãe, acha injusto. Se doou para ser mãe, não se arrepende. Prefere ser mulher sozinha. Hoje vê que não precisa de homem, morre de medo de namorar e o namorado agredir seus filhos, por isso, não quis mais ninguém. Acredita que sua maior dificuldade foi ter carregado a carga de alimentar, cuidar e criar três filhos completamente sozinha, mas só se deu conta do peso quando já estava arriada no chão. Está cansada desse título de guerreira e heroína, quer que tudo isso se exploda, quer mesmo é chorar, ficar em posição fetal. Não se considera uma boa mãe, se assusta com essa reflexão, não sabe bem o que é, somente sente-se arregaçada, sem força para pensar. Se frustrou com a relação que tem com os filhos hoje. Os sente distantes, fechados. Hoje se vê mais como mulher, pois por muito tempo se sentiu somente mãe, quase como se essa categoria a tirasse dela sua humanidade.

4.6 Maria

Maria tem a voz doce, a presença terna, o sorriso no rosto, a disponibilidade sempre na mesa. Entrega rapidamente sua história, com ingenuidade e lágrimas nos olhos, uma dor no canto da boca, a qual pesa seu sorriso fácil. Oferece seu relato de vida com a força dos que reconhecem as cicatrizes. Não nega, nem mostra, aceita.

Sua mãe abandonou seu pai no início de sua adolescência, e ela ficou perdida. Se perdeu pela rua, vivia zanzando. Quando fecha os olhos hoje ainda consegue ver a cena de seu padrasto, o novo homem de sua mãe, bêbado, judiando dela e dos filhos dele. Um terror. Preferiu a rua. Com 16 anos engravidou, achou que havia engravidado de um homem branco, mas sua filha escureceu, e assim, descobriu que era de outro, um negro, o primeiro homem com quem se deitou. Foi um fuá. No parto, entrou em coma, ficou dias sem voltar. Durante a gestação ficou com sua mãe, mas sofreu muito. Então decidiu ficar na rua com sua filha, vivia uma vida miserável, virava o lixo, passava fome. Ficava na casa de um, na casa de outro, circulava pelas boates, pelos apartamentos de um bairro rico de Campinas, nos quais acontecem prostituições de menores que muitos nem imaginam. Em uma boate na estrada para Monte Mor, conheceu quem acreditou ser o amor da sua vida. Depositou nele a esperança de sair daquele inferno que era sua existência. Alguém a olhou, tratou-a com respeito, mesmo não se considerando merecedora. Se sentia suja, imunda, tomava inúmeros banhos, sonhava com um lar, com uma família. Se deixou ser salva por ele. No começo tudo era lindo. Durou dois anos essa paz, mas quando decidiu começar a frequentar a igreja, passou a ser humilhada. Como podia uma mulher que veio de onde veio ir a um lugar puro? Uma mulher como ela não podia fazer coisas que mulheres corretas faziam, não podia conviver com os outros, não podia ir à igreja, não podia se casar. Ouvia da boca dele que mulher que se casa sai da casa dos pais, e não de onde ela saiu. Se amargurou, passou a acreditar naquilo que ouvia. Sofria, não tinha a própria vida, não tinha a própria escolha, foi com ele acreditando sair de um inferno e caiu em outro. Ele jogava na sua cara que ela tinha uma vida de rainha, afinal, tinha luz, água e gás. Não queria nada disso, queria apoio. Se nomeia como alguém “traumada”, cheia de traumas, toda quebrada. Não podia fazer nada. Sempre foi uma manicure impecável, mas ele não a deixava sair. A casa tinha que estar limpa, a comida feita, os filhos limpos e vestidos. Era obrigada a ser uma dona do lar. Quando engravidou de sua segunda filha, a primeira dele, tentou se separar. Mas não tinha para onde ir, e permaneceu. Depois veio seu terceiro filho, não esperava ficar grávida. Um parto horroroso, era uma criança muito grande e forte para sair de um corpo tão fraco. Depois de muitos anos, com 39 anos, engravidou de novo, este nunca imaginou ter. Não queria. Tinha endometriose grave. Quando pariu, ouviu o estagiário chamar o professor:

“Professor, olha o que tem dentro dessa mulher”, e ele respondeu “Tira a criança, e deixa todo o resto”. Se questiona porque ele não a limpou naquele momento, podia ter tirado toda endometriose que já chegava em seu intestino, mas não o fez. Depois disso, sua vida piorou, doía tudo, não podia nem colocar o pé no chão, defecava sangue. Seus filhos cresceram em um lar muito violento, muito traumático. Sua segunda filha, quando entrou na adolescência, passou a dar trabalho, saía muito. Ele a culpava, pois como ela poderia ter uma filha direita tendo vindo de um corpo sujo como o dela? Dizia que tinha escolhido a mulher errada para ter seus filhos. Batia, empurrava, dava tapa na cara, jogava comida no chão, a xingava de vagabunda, puta. Na hora de fazer compras, jogava na cara dela que gastava muito, que ela usava muito sabonete no banho. Passou períodos muito deprimida. Ficava na cama, com frio, sentindo-se fraca, sem força para abrir os olhos. Sua filha mais velha faz uso de SPA's, sua segunda filha é como o pai, muito brava, briga com ela o tempo todo, mora em sua casa, com seus filhos. Seu terceiro filho é muito quieto, agressivo, sem controle, a agride. Iniciou tratamento no CAPSij quando atirou com uma arma em outro garoto, no seu próprio bairro. Conta que esse momento foi o pior da sua vida, a polícia entrou na sua casa, mexeu em tudo, a disseram coisas horríveis, a culpavam muito. Seu filho mais novo, que hoje tem 5 anos, também faz tratamento no CAPSij, e demanda muito dela. Se dedicou a vida toda a cuidar de seus filhos mais velhos, principalmente os dois do meio, e hoje vê que eles a tratam como lixo, não a veem como uma mãe. É o tempo todo agredida por eles. Deixou de lado esses dois, a vida vai ensinar, precisam melhorar como seres humanos. Com seu caçula, sabe que ele precisa de muita ajuda, vê muito sofrimento nele, reúne todas suas forças para cuidar dele. Apesar de tudo, sua filha mais velha, por mais que tenha uma relação problemática com substâncias psicoativas, a trata muito bem. É uma menina muito boa, sente vontade de colocá-la no colo. Passa muitas dificuldades com seu filho mais novo, sente-se muito julgada, todos a questionam. Não sabe o que fazer com ele todos os dias. Desde pequeno dava problema na creche. Ouve de seus outros filhos que ele é um menino ruim, que vai crescer sendo maldoso. Hoje, mais fortalecida, não aceita que digam isso pra ela, que ninguém diga o que bem entender a ela. Seus 3 primeiros filhos já são maiores de idade, já podem tocar a própria vida, mas mesmo assim não saem de casa. Aprendeu a não deixar que eles a tratem mal, se quiserem, que vão embora. Diz que descobriu isso

no CAPS, que somente nesse serviço entendeu que era gente, que era uma pessoa. O CAPS abriu as portas para seus filhos, mas principalmente para ela. No início, só chorava, chegava para o atendimento e não conseguia falar nada. Dia a dia, semana a semana, foi conseguindo se abrir. Hoje consegue se enxergar mulher, não aceita mais que a tratem de qualquer maneira. Seu filho mais novo comia fezes, comia comida no chão, como cachorro, tinha muita raiva, muito ódio, deu facada na irmã, no pai, quebrava todos seus pratos de vidro. A primeira vez que foi ao CAPS não queria entrar, hoje é seu grande aconchego. Melhorou muito, mas sabe que ele tem suas dificuldades, suas limitações. Todos a culpam, perguntam do laudo, o que ele tem. Se separou recentemente, foi a melhor coisa que fez na vida. Seu ex-marido foi morar com uma mulher na frente da sua casa, ainda faz da sua vida um tormento. Lembra do dia em que pagou pela primeira vez a conta de luz e água com o bolsa-família, sentiu-se poderosa, não precisava mais daquele homem. Ele dizia que ela nunca conseguiria pagar uma conta. Mas descobriu que pode sim, que nem tudo que falam dela é o que ela é de verdade. Para ela, ser mãe é a melhor coisa que já fez em sua vida, seu ato mais importante. Podia ter sido mais fácil se ela não tivesse passado tanta dificuldade financeira. Não tinha dinheiro pra nada. Passou muito apuro sem comida, sem roupa, sem nada. Não se considera uma boa mãe, pois não acredita nisso, para ela nenhuma mãe é boa, ser mãe é errar o tempo todo.

5. UMA GENEALOGIA DAS MULHERES DE UM CAPSiJ

“As pessoas, aqui, funcionam de uma forma heterogênea inescapável, como arranjos cujas capacidades são definidas e transformadas por meio de conexões e ligações nas quais elas são apreendidas em espaços e lugares particulares. Não é, portanto, uma questão de analisar uma narrativa do self, mas ao contrário, de examinar o agenciamento dos sujeitos: de sujeitos em combates nas máquinas de guerra, de sujeitos trabalhadores nas máquinas de trabalho, de sujeitos desejantes nas máquinas de paixão, de sujeitos responsáveis em diversas máquinas de moralidade. Em cada caso, a subjetivação em questão é um produto, não da psique ou da linguagem, mas de um agenciamento heterogêneo de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições e práticas” (35).

As imagens de autonomia e liberdade que imperam em nosso pensamento político e econômico atual motivam à imagem de uma pessoa com um foco psicológico unificado de sua biografia, como locus de direitos, como ator e construtor de um empreendedorismo de si na vida e em um “eu” a partir de escolhas livres. A subjetividade tornou-se, mais que nunca, uma prática regulatória de governo dos indivíduos através de identidades impregnadas em corpos que tudo, ou quase tudo, tem a dizer de um.

A construção de narrativas desta pesquisa nada tem, por objetivo, algo a dizer ou algo a significar sobre a vida dessas mulheres. Tampouco se pretende espelhar a realidade, ou representá-la, e muito menos compreender a vida de alguém. Ela nasce do desejo de narrar algo muito maior que as próprias mulheres e suas imensas generosidades em se contar, em se mostrar. Em outras palavras, não se trata pensar o que uma palavra narrada, uma frase escrita, uma história, um episódio “quer dizer”, ou o que ele “significa”, mas, de maneira distinta, como ele funciona, ao que ele se liga, ao que se associa, em uma analítica das técnicas, verdades, intensidades, autoridades e aparatos a que eles se conectam (35).

“Implica sugerir que tais análises são mais instrutivas quando se concentram não no que a linguagem significa, mas no que ela faz: que componentes de pensamento ela conecta, que ligações ela desqualifica, o que ela possibilita aos homens imaginar, diagramar, fantasiar uma existência, agenciar conjuntamente; os sexos com seu gestual, suas formas de andar, de vestir, de sonhar, de desejar; famílias com suas mães, papais e bebês, suas necessidades e frustrações” (35).

O encontro com as mulheres mães desta pesquisa se deu a partir da problematização da ideia de inadequação de suas condutas maternas, ora julgada por mim, como “mulheres que não conseguiam ser mães”, ou por tantas outras instituições e autoridades mais ou menos oficiais, que de algum modo, governados pela ideal de mãe universalizado, as supõe menos adequadas. A produção da dicotomia adequação/inadequação aqui já foi destrinchada anteriormente, revelando concepções de um sujeito mulher mãe associada a uma essência feminina, e aos territórios existenciais altamente maquinados pelas tramas do poder e do governo.

O que, ao princípio, elas causaram em mim, não pode ser negado. O encontro com mulheres que não correspondem a um ideal de mãe me desestabilizou por meses, me revirou as entranhas, me fez sentir raiva delas e pena de seus filhos. Não se trata, deste modo, de vangloriar ou enaltecer, os descuidados oferecidos às crianças e adolescentes. Não se pretende, aqui, defender que crianças apanhem, que não sejam bem alimentadas, bem higienizadas, estimuladas, orientadas. O que se problematiza é a invaginação (como uma figura de dobra) de todos os cuidados que uma criança necessita, dos cuidados externos de uma criança, dentro da pele de um corpo único: o da mãe.

Chamo atenção para a ideia de unidade do corpo mãe, invaginado, pois nele estão inscritas as maiores demandas de amor, as maiores expectativas de cuidado, as maiores esperanças de afeto na procriação e criação de seres humanos “decentes”, ao passo que este mesmo corpo, como pudemos ver nas narrativas aqui trazidas, é palco de inúmeras violências, crueldades, negligências de todos os tipos, de pobreza, de racismo, de machismo, e de uma tremenda solidão. Em outras palavras, exigimos das mulheres mães um amor incondicional, uma história de novela mexicana, ao passo em que vivem cenas de um filme de terror, como nomeou Diva.

Deste modo, esta problematização inicial demarca o compromisso com a genealogia, a qual parte da problemática de “Onde, como, e por quem são tornados problemáticos certos aspectos do ser humano, de acordo com que sistemas de julgamento e em relação a que preocupações?” (35). Situar o problema dessa maneira deflagra a primazia do patológico em relação ao normal nesta nossa escolha metodológica, cuja compreensão do que é normal só existe em decorrência

da produção do anormal, do que é perigoso, indesejado, perturbador, e por isso, concertado, reformado, isolado e administrável.

Assim, essa escolha metodológica pretende compreender as práticas cotidianas, os regimes de verdades inscritos na sociedade e nos corpos, que tornaram algumas condutas problemática para os outros e para si mesmo (35). Seguimos, então, os caminhos dados pela genealogia para iniciar a análise das narrativas construídas, a partir das entrevistas, com as mulheres mães de filhos inscritos em um CAPSij de Campinas. Diante da leitura dessas narrativas foram levantadas temáticas/conteúdos comuns e relevantes entre elas, para nortear a discussão, que são: o corpo mãe, as violências e a pobreza, e o filho louco.

5.1 O corpo mãe

Iniciaremos as análises a partir da temática do corpo, caro às teóricas feministas, desde as discussões da diferença biológica dos sexos, até a noção de subjetividade corporificada (10). Entendendo o corpo não como uma obra unificada de Deus ou do Homem, e sim como uma dobra do externo. Nos interessa, então, não o “corpo”, mas sim as suas inúmeras conexões, seus agenciamentos, em um “regime de corpo” (35).

“Assim, nosso regime de corporalidade deveria ser olhado como um resultante instável dos agenciamentos dentro dos quais humanos são capturados, o que induz uma certa relação consigo mesmos como *encarnados*, tornando o corpo organicamente unificado, atravessado por processos vitais, diferenciando - hoje por meio do sexo, e durante muito tempo de nossa história, por “raça” – atribuindo a ele uma profundidade e um limite, equiparando-o com uma sexualidade, estabelecendo aquilo que ele pode e não pode fazer, definindo sua vulnerabilidade em relação a certos perigos, tornando-o praticável com o intuito de liga-lo a práticas e atividades” (35).

As narrativas nos convocam a olhar para o corpo-mãe dessas mulheres em questão como o único corpo em que seus filhos podem contar. A relação de extrema dependência entre mãe e filhos é descrita por elas em várias passagens. Seja na solidão de Diva, que mesmo casada, sofria de abandono, ao ponto de pegar sozinha

um ônibus para ir ao hospital parir. Seja no luto de Lourdes, que mesmo privilegiada como ela mesma disse, tinha rede de apoio, mas só para trabalhar, e não para sair ou namorar. Estampado na vida de Eleni, casada com um homem que não conversava com ela, e que pagou o preço de seguidas depressões, para ele compreender que ela precisava de ajuda. Também presente na vida de Dirce, que por ter uma filha nos braços, deixou de trabalhar e estudar, e se manteve, mais do que queria, em uma relação de extrema violência física e psicológica. Também na narrativa de Bernadeth, que com as duas pernas quebradas e grávida do terceiro filho, apanhou do marido. E, enfim, na vida de Maria, que com quatro filhos, só pode sair do casamento depois de receber o bolsa-família.

Deste modo, nota-se que nas seis narrativas estas mulheres ocupam o local de cuidadoras exclusivas de seus filhos, e todas narram que tiveram que despende de inúmeros esforços pois não tinham escolha, afinal “mãe é mãe”. Aqui se traça a perspectiva fundamental para essa investigação: a sustentação exclusiva da maternidade como uma não escolha. Não se trata aqui de analisar o desejo em ser mãe, que em algumas delas, era inexistente ou questionável, mas sim da noção de escolha, que sendo negada, se torna compulsória.

A forma como isso aparece em algumas narrativas, como a de Diva, ou de Maria, é que a maternidade lhes deu uma força que elas não sabiam que existia. Eleni também se sente mais forte depois de ser mãe, mas se pudesse escolher, seria pai. Bernadeth se queixa dos adjetivos de heroína e guerreira, queria mesmo era ter o direito a ser fraca.

A ideia de fortaleza inculcada nessas mulheres, mas também disseminada pelas mídias, literaturas, e até mesmo presentes nos discursos da saúde, deflagram a negação dos limites dos corpos mães, os quais, sem escolhas, são obrigados a aguentar tudo, inclusive brutais violências domésticas, em nome de seus filhos, e da sustentação do cuidado deles. Se nota que a “força” materna aparece seguida de relatos nos quais essas mulheres passaram por situações limites, como fome, agressões, abandonos, e sem o direito de se sentirem dilaceradas, as restava a “força”.

Podemos, assim, compreender que a ideia de “força” dos corpos mães trata-se de agenciamentos que envelopam do lado de dentro, ilusionando um instinto de

força materna, a completa solidão e violência que vivem do lado externo. O corpo mãe forte é uma produção capaz de tudo suportar, assim como o corpo escravo é capaz de tudo obedecer, corpo fabril é capaz de tudo produzir e o corpo capitalista de tudo consumir. Tudo é uma hipérbole utilizada para nos causar desconforto, e lembrar-nos, que, por algum ou muitos motivos, sempre haverá resistência desses corpos, que de algum modo, em algum momento, já não podem suportar tudo.

No lugar do corpo encontra-se, então, uma série de possíveis máquinas, que agenciadas às diversas dimensões da vida humana, instrumentos intelectuais, práticos e aparatos tecnológicos produzem certos tipos de seres humanos, aqui nomeados como corpos mães, ou melhor, máquinas mães, que tornam duráveis certas relações que os seres estabelecem consigo (35).

“Consideremos de que as maquinações diversas do corpo são capazes: a bravura de um guerreiro em batalha, o carinho ou a violência de um amante, a resistência de um prisioneiro político sob tortura, as transformações efetuadas pela prática de ioga, a experiência da morte vodu, as capacidades de transe que tornam os órgãos capazes de suportar queimaduras ou se recuperar de ferimentos. Essas não são propriedades “do corpo”, mas de maquinações do “corpo pensado”, cujos elementos, órgãos, forças, energias, paixões e temores estão reunidos através de conexões de palavras, sonhos, técnicas, cantos, hábitos, julgamentos, armas, ferramentas, grupos” (35).

A noção de corpo máquina aqui é compreendida como um produto da produção capitalística serializada de corpos, os quais os tornam objetos vigiáveis e controláveis de feitorias que favorecem a manutenção da ordem econômica e política. Corpos máquinas, que, tem em si, a humanidade negada em prol da produção de mercadorias, ou no caso dessa pesquisa, na “produção” de filhos “normais”. Essa ideia fica clara em algumas passagens das narrativas, como a de Diva:

“Ficou casada durante 8 anos e não engravidou. Todos achavam estranho, à diziam que havia nascido para ser tia, e não mãe. Os médicos diziam que ela não engravidaria, tinha muitas complicações uterinas, corrimentos, dores. A fizeram se sentir podre por dentro, sentia que não funcionava direito. ”

E também na de Bernadeth:

“A sensação é de fracasso, como tudo isso pode acontecer? Fez filhos problemáticos, algo deu errado, sente-se mal por isso. Sente muita culpa por eles não serem normais, como se tivesse feito algo meio quebrado, defeituoso.”

As menções que as mulheres fazem a seus próprios corpos e aos corpos de seus filhos nos remetem a ideia do corpo máquina, quebrado, defeituoso, que não funciona, e estabelece com elas relações de fracasso, de inadequação na produção do diferente, do não esperado.

Os alargamentos dos limites dos corpos das mulheres dessa pesquisa ficam evidentes em cenas não só de dores físicas, mas também de dilacerações psicológicas, como a de Maria, que escutou do marido que uma mulher que veio de locais de prostituição, como ela, não poderia frequentar espaços de normalidade, como igrejas. Ou de Bernadeth, que, conduzida pela própria vergonha e pelo constrangimento de sua família ao ter uma filha grávida e solteira, cedeu às exigências do pai da filha a se casar para que sua filha tivesse um sobrenome.

A noção dos corpos máquinas recebe de Judith Butler (37) um complemento, a ideia de performance. Ela propõe a ideia de performatividade ao elaborar uma análise da construção de gênero. Bebe da fonte de Austin e Derrida para sustentar que gênero é um produto de atos performativos, e compreende que tornar-se gênero implica em seguir uma série de prescrições seguidamente repetidas de condutas, aparências, feições, falas, pensamentos, paixões, vontades, intelectos, nos quais as pessoas são reunidas em certos tipos de ser que transpassam os vocabulários, e se conectam também por regimes de conduta (37).

Os exemplos citados acima de Maria e Bernadeth, as quais julgadas por suas inadequações, grávida solteira, e mulher que teve experiências de prostituição, exacerbaram o regime de conduta imposto às mulheres, as quais, para serem mais ou menos aceitas, performam uma ideal de mulher, seja se casando, ou deixando de frequentar espaços de pureza se julgando sujas, como a igreja.

A ideia de força maquinada nos corpos mães, produz uma performance de corpo forte, corpo que tudo aguenta, tudo suporta, em nome da sustentação da maternidade. Margareth Rago, em algumas entrevistas e também em alguns de seus livros, comenta a ideia de mulher abnegada. O significado da palavra

abnegada se refere a alguém que se sacrificou pelo outro ou por uma causa. Ela traz o seu espanto ao descobrir que a tradução de abnegada para o inglês é *self less*, ou seja, sem eu. Essa imagem do “sem eu” nos ajuda a pensar o corpo forte da mulher mãe, dilacerado em seus limites físicos, escorraçado em seus limites psicológicos, que sacrifica seus desejos e sonhos. Um corpo forte, que para dar conta de tudo, nega a existência de um “eu”, e nega o seu próprio corpo, sendo então, uma máquina mãe.

Os efeitos dessas condutas máquinas nas subjetividades dessas mulheres mães de nossa pesquisa são muitos. A relação que as mulheres estabelecem com esses corpos máquinas fortes as leva a tolerar, e até mesmo negar, limites que, como Dirce descreveu, só suportou porque agora é duas, e não mais só uma pessoa no mundo.

Se nota que a ideia do corpo forte, que é capaz de suportar muitas coisas, as coloca em um regime de isolamento notável, as quais tardam muito para acessar ajuda, ou até mesmo a reconhecerem seus adoecimentos. O relato do segundo parto de Diva, a qual com um marido em casa e um carro, pegou seu cartão sus e sua identidade, colocou entre os peitos e tomou um ônibus, agarrada aos ferros em contrações, chegou já parindo ao hospital, e recebeu parabéns do médico por ter feito tudo sozinha, nos mostra o que a solidão e o abandono completo são capazes de produzir nestes corpos mães, parabenizados pelos médicos, elevados à ideia de heroínas e guerreiras.

Ou as dores de contrações silenciosas de Eleni, que para não dar trabalho, não comunicou ninguém, nem mesmo o marido, que estava em trabalho de parto, e somente o avisou na hora que já não podia mais sofrer sem perturbar. E as dores existenciais de Maria, dilacerada dentro de casa, vítima de violências do marido e dos filhos, que só foi entender que era um “eu”, uma “mulher”, quando acessou o CAPSij, não por si, mas buscando ajuda para seus filhos mais novos, e encontrou um espaço de escuta, a qual nos primeiros atendimentos diz que só chorou por semanas, para depois conseguir falar.

Se pode compreender, então, que um dos efeitos desta tecnologia de produção de corpos mães fortes é o reconhecimento tardio de suas fraquezas e adoecimentos, que muitas vezes, precisam ser reconhecidos em seus filhos, os

quais denunciam as inúmeras violências em forma de transtornos mentais e inadequações de comportamento, e que, por conta deles, as fazem chegar em serviços de saúde, como o CAPSij.

Aqui se deve ressaltar a importância do olhar dos serviços de saúde que cuidam de crianças e adolescentes para as mulheres mães, como muitas vezes, o único local que elas conseguem chegar, à custa do adoecimento de seus filhos. Locais que facilmente as colocam na posição de loucas, doentes e inadequadas, prescrevendo condutas, orientando como agir, como cuidar, em um agenciamento do maquinário corpo mãe. Mas que também podem produzir nelas efeitos como o de Maria:

“Seus 3 primeiros filhos já são maiores de idade, já podem tocar a própria vida, mas mesmo assim não saem de casa. Aprendeu a não deixar que eles a tratem mal. Se quiserem, que vão embora. Diz que descobriu isso no CAPS, que somente nesse serviço entendeu que era gente, que era uma pessoa. O CAPS abriu as portas para seus filhos, mas principalmente para ela. No início, só chorava, chegava para o atendimento e não conseguia falar nada. Dia a dia, semana a semana, foi conseguindo se abrir. Hoje consegue se enxergar mulher, não aceita mais que a tratem de qualquer maneira.”

Maria descreve o CAPS como um lugar de acolhimento, de reconstrução de si, mostrando a potência que um Serviço de Saúde pode ter quando está aberto ao cuidado das mulheres mães, e não só de seus filhos, e quando estão comprometidos a não reproduzirem regimes de verdades enredados ao governo das condutas de mães adequadas.

O adoecimento de Eleni, que sofreu de depressão, segundo ela mesma, sem sair de casa por dois anos, a estranheza de Diva, que ao não sentir amor pelo filho, e que depois foi nomeada como depressão pós parto por um médico, as dores físicas da endometriose de Maria, e sua falta de vontade de se levantar, o sofrimento do luto de Lourdes, e as pernas quebradas de Bernadeth, nos direcionam a pensar que essa máquina forte também quebra, e nas quebras encontramos as resistências desses corpos, que em sua fraqueza fogem às tramas do poder e das condutas, e enfim denunciam tudo que esse corpo é capaz ou não de suportar.

Pode soar estranho, mas em meio a uma sociedade neoliberal individualista, na qual os corpos são tomados como máquinas agenciadas aos governos das condutas, a fraqueza e a fragilidade dos corpos mães, podem então ser consideradas um furo, uma resistência desses corpos à força invaginada em corpos fortes que podem, enfim, adoecer e encontrar ajuda.

“A resistência – se por isso entende oposição a um regime particular de condução da conduta – não requer nenhuma teoria da ação. Ela não exige nenhuma explicação das forças inerentes a cada ser humano: amor à liberdade, busca pelo aumento dos próprios poderes ou capacidade, luta pela emancipação – forças que, conflitantes com a civilização e disciplina, seriam anteriores às suas demandas. Não precisamos de uma teoria da ação para explicar a resistência, assim como não precisamos de uma epistemologia que dê conta da produção dos efeitos de verdade. Os seres humanos não são sujeitos unificados de um regime coerente de governo que produz pessoas da forma como sonha” (35).

Podemos, assim, pensar que parte da inadequação das condutas maternas também pode estar associada a algum tipo de adoecimento das mulheres, que por estarem entristecidas, ou sem vontade de fazer as coisas, não encontram disposição para brincar, limpar a casa, estimular o filho, ou até mesmo, se encontram mais irritadas, nervosas. E como visto nas narrativas, muitos dos adoecimentos ocorrem depois de anos de violências, vivências de pobreza extrema, e se apresentam como uma reação ao que é vivido, onde um corpo se mostra corpo, e não máquina, em sua fraqueza, em sua negação de força.

O adoecimento das mulheres mãe aparecem em três das seis narrativas, principalmente, em forma de depressão:

Diva - *“Quando ela melhorou, e retornou para vida, não reconheceu seu filho. Passou dias sem pegá-lo no colo. Não o queria. Não tinha forças, nem energia. Quase como se tivesse retornado em partes, não toda. Não se sentia mais tão viva. Depois de uns dias ouviu seu choro e o pegou no colo. Começou a sentir um amor, e a cuidar. Hoje sabe que aquele vínculo não nasceu de imediato, mas não duvida de sua força. Cuidava dele, mas sentia-se triste. Todos se preocuparam. Foi ao psicólogo do posto, começou a ir à igreja, foi melhorando aos pouquinhos. A disseram que era depressão pós-parto. Ali seu marido compreendeu que ela não estava bem, e que precisava de algum tipo de cuidado. ”*

“A filha se recuperou e ela a levou para casa. Sempre cuidou dos filhos sozinha. Se entristeceu novamente. Passou dias no escuro, habitando o terreno da tristeza, anos ignorando a presença do marido. ”

Eleni – *“No hospital, senti que juntou tudo, a depressão, a hemorragia, a tristeza, sentia-se mole. Não a deixavam carregar seu filho, pois estava sem forças, não conseguia sustentá-lo em seus braços. Também não a deixavam sozinha, pois estava muito deprimida. ”*

“Sentia-se muito sozinha, então não gostava de trabalhar só, queria mais pessoas por perto. Antes fazia de tudo sozinha, mas ficou sem coragem, e sem vontade. Ficou quase 2 anos em casa, sem ir ao centro da cidade. Não atravessava a porta, estava posta dentro da casa, como uma mobília esquecida, sem reação e sem amor. Parecia que ninguém via o que ela passava. Começou a ter crises de pânico. Seu marido ficava muito calado, não falava com ela. Não queria ver ninguém, não queria conversar com ninguém. Achava que só ela estava sofrendo, que todos tinham uma vida perfeita. Já que ninguém via o que ela passava, então porque conviver com pessoas tão felizes? Se comparava muito, e se fechava cada vez mais para que ninguém visse o que lhe sucedia. Achava que todos estavam olhando pra ela, falando dela, vendo o que ela queria esconder. Um dia, uma psicóloga falou: “então você se acha muito importante, né? Todos te olham”. Começou a entender que não precisava ser perfeita, hoje vê que perdeu muito tempo com essas preocupações. ”

Maria – *“Passou períodos muito deprimida. Ficava na cama, com frio, sentindo-se fraca, sem força para abrir os olhos. ”*

A prevalência desses sentimentos de tristeza nas narrativas nos apontam uma dimensão importante dos corpos mães. Em especial, essas mulheres acima citadas narram momentos deprimidos após uma sequência de eventos complexos, a gravidez indesejada, a violência médica e obstétrica, violências domésticas, casamentos dos quais já não havia o desejo de permanecerem e também a solidão. Paradoxalmente, é quando o corpo adoce que elas buscam ajuda. Mesmo que tardiamente, depois de anos em casa, elas narram o encontro com a psicóloga do posto, ou a ida ao CAPS. E a partir desse momento passam a se olhar e a se compreender de modos distintos, provocando mudanças e deslocamentos em suas vidas.

O modo como elas narram a vivência de maternidade como um imperativo de “não se pode parar”, “não se pode desistir”, “não tem o que fazer”, nos faz associar não somente à solidão ligada ao corpo máquina mãe, mas também à escassez de tempo para lidarem com o que lhes acontece. Essa forma de “seguir em frente” empurradas pelas responsabilidades domésticas, laborais e a atividades com os filhos denunciam a falta de tempo que elas têm com elas mesmas: a impossibilidade de elaboração dos eventos traumáticos, a ausência de tempo para se pensarem, a aridez das atividades reflexivas.

Somente duas delas, Diva e Lourdes, contam momentos dos quais, mergulhadas em profunda exaustão, tiveram experiências que familiares, mulheres, que as notaram assim, e levaram seus filhos, por um tempo, para elas se recomponem. E, as duas, contam da importância desses momentos para descansarem, se refazerem e se organizarem. Esta foi a presença da rede de apoio como possibilidade de elaboração psíquica delas, frente às dores e tristezas.

Existe uma diferença brutal na narrativa de Lourdes em relação às outras mulheres, sendo ela, uma mulher branca, com pós-graduação completa, trabalho fixo, situação financeira estável, e com familiares e amigos presentes. Lourdes passou pela perda do marido, e por conta de sua condição de vida, apresenta maiores recursos para vivenciar o luto:

“Começou a trabalhar e a pagar pessoas para ficarem com as crianças. Recebeu um conselho que o considera de ouro, hoje em dia, de colocar todos na escola e os deixarem lá, logo quando tudo aconteceu. Obedeceu. Sua vontade era deixar eles bem perto dela, para compensar a falta de quem tinha ido. Passou a levá-los todos os dias. E assim começou a ter horas só para ela durante a manhã. As passava chorando, andando, às vezes se descabelando. Mas o que mais gostava era de ir ao Ceasa. No mercado das flores passava horas caminhando nos corredores, reparando em cada detalhe da beleza perecível das flores. A vida que se vai, que se esvai, que brota. Sentia-se viva. Dinheiro não havia. Comprava uma flor baratinha e ia para casa ficar mais um tempo em sua companhia. Plantava. Plantou muito. Muito se teve que plantar para escorrer o tanto que se sentia. Sentia-se partida, posta à contradição. Se deliciava dos momentos sozinha. Mas bastava um ficar doente que tudo tinha que ser esquecido. Horas acordada, fazendo comida,

enfrentando o caos da casa, em contrapartida com as flores, as crianças brincando, aninhadas a seu colo no colchão no chão da sala. Encaixava dois em cada braço, e dois em cada perna, assim todos tinham um pouquinho dela. As crianças sentiram a falta. Cada uma reagiu de seu jeito à falta do pai. E ela permaneceu ao lado deles, partida, e de certa forma entregue por inteira. Se dedicou a cuidar deles, a criar um lar respeitoso e democrático. E precisou de muito ajuda. Da escola, da família, de amigos. Amigos moraram em sua casa, pessoas estiveram a seu lado. Se sente privilegiada. ”

A distância da vivência de dor de Lourdes em relação às vivências das outras mulheres nos mostra que ela teve mais tempo de elaboração de seu luto, mais tempo para se relacionar consigo mesma. Na sessão de devolutiva das narrativas, ela me contou que sempre fez terapia, e que fez questão que seus filhos fizessem também, disse “em casa somos 100% analisados”, relata que conseguiu essa proeza com psicólogos amigos, com o centro de saúde, no CAPS, em escolas de psicologia e psicanálise, não se tratando de um investimento financeiro, mas de uma clareza na compreensão da importância na relação com nós mesmos. Podemos notar que essa clareza não diz somente da pessoa Lourdes e sua lucidez, mas de suas condições de vida, tanto financeira, quanto pedagógicas, como também de sua branquitude.

Diva e Eleni relatam a importância do encontro com as psicólogas do posto, e o quanto as transformaram encontrar um espaço onde a dor delas coubesse. Diva, em sua sessão de devolutiva, me agradeceu pela narrativa, segurando os papéis impressos próximos a si, e me disse: “acho que preciso voltar para a terapia, gostava muito de conversar, fiquei sem tempo e perdi a vaga”. Converso com ela, então, sobre como ela poderia retornar, e ela me devolve: “queria fazer com você, você não é psicóloga?”. Afirmo que sim, sou, e então combino com ela um horário no CAPS para conversarmos melhor.

Neste momento a pesquisa se emaranha ainda mais com a minha prática, e me sinto confusa nas ofertas que posso ou não fazer. Mas me agarro à ideia de não produzir outro abandono a ela, em um pedido de terapia que esta demorou anos para elaborar, e que talvez, sendo pretensiosa ou poliana, a pesquisa ajudou a formular. A espero no dia combinado, e recebo uma ligação dela dizendo que não

conseguiria ir pois seu filho mais novo adoeceu, e sua filha do meio tinha sido suspensa da escola. Converso com ela, então, por telefone, já que estávamos na linha, em uma sessão à distância de 40 minutos. Agendo um próximo horário. Ela não comparece, ligo para ela dessa vez, ela conta que seu marido teve que amputar o pé, pois não cuidava da diabetes, e estava cuidando dele no hospital. Mais uma vez faço à distância a conversa, embalada em seu choro de desespero. Neste dia, sua preocupação estava na situação financeira, pois seu marido ficaria afastado do trabalho por seis meses, recebendo menos pelo INSS, e talvez sem receber, se o benefício atrasasse. Conversamos sobre o seu desejo de voltar a trabalhar, como escrito na narrativa. Ela disse que não teria como, impossível, pergunto “Será? Você já vive tantos impossíveis.” Ela riu.

Nas semanas que se seguiram fiquei sem notícias dela, e massacrada pelas demandas do trabalho, não consegui fazer uma ligação. Um dia me chamaram e disseram que ela estava no telefone, atendi prontamente. Ela conta que fez um currículo e pede minha ajuda com a escrita, já que ela pode ter feito algo errado. Foram alguns dias para ela conseguir me enviar o arquivo, teve que ir na *lan house* do bairro, pediu ajuda para o filho mais velho. A ajudei a escrever, e imprimi para ela dez cópias. Pedi para um parceiro do trabalho levar, já que iria estar perto da casa dela naquela semana em outra visita domiciliar. Ela os recebeu, e agradeceu. Dois meses depois conversei com ela e ela disse que estava sem coragem de entregar os currículos. Quatro meses depois me mandou mensagem no celular institucional dizendo que não poderia me receber em uma visita pois estava trabalhando.

Conto essa história não somente para relatar um desdobramento da pesquisa, pois acredito, sinceramente, que não é um desdobramento, parece pretensioso dizer isso, pois todo mérito é de Diva. Mas quero ressaltar o tempo que ela precisou para elaborar uma demanda de terapia, a dificuldade que teve em sustentar a ida ao CAPS, demonstrando o enorme abismo que existe entre as mulheres e a possibilidade do cuidado de si. Abismo composto pela condição de fome que a abalava, a doença do marido, o filho gripado, a filha suspensa da escola, a dificuldade em se pegar um ônibus com o filho no colo e uma casa para cuidar.

Se nota que não se trata de pouca vontade, ou ausência de desejo em se cuidar, mas do impedimento de se olhar quando se tem tantas demandas de

cuidado. Atravessada pela dificuldade de acessar serviços, que diferente de Lourdes, que ia de carro ao CAPS e à sua terapia, tinha que enfrentar o desigual e arrebatador caminho de sua casa até outro canto da cidade.

Enfatizo, também, a importância de se respeitar o tempo, tão precioso ao capitalismo, e tão escasso às máquinas, para elaborar as demandas, pedir ajuda, conseguir ajuda e mais que isso, sustentar o que se deseja. Fico pensando que Diva, se tivesse procurado outros serviços de saúde, talvez fosse compreendida como pouco implicada em seu processo pelas suas seguidas ausências aos atendimentos agendados. Talvez os nossos dispositivos de saúde, suas organizações e seus funcionamentos de agendas, se mostrem pouco efetivos aos cuidados de mulheres mães.

O horário de funcionamento comercial, as distâncias, as exigências de comparecimento presenciais produzem exclusões e afastamentos das pessoas que sofrem dos lugares que estão destinados a cuidar em nossas políticas públicas. Se faz urgente promover políticas que integrem a vida sofrida e dificultosa de quem necessita de ajuda às ofertas de cuidado mais abertas, mais acessíveis, para não dizer, mais possíveis. Há de se pensar a efetividade do cuidado domiciliar, fora do horário comercial, a tecnologia dos atendimentos remotos, que respeitam o tempo de cada um, e que insistam em não promover novos abandonos.

As narrativas e os adoecimentos narrados nos fazem pensar que entristecer-se nesse emaranhado de violências é um potente recurso de resistência destes corpos, capazes de promover mudanças, a partir de suas crises. Assim como, se faz necessário pensar em políticas de saúde que não somente mediquem as dores, com consultas médicas breves e sem escuta qualificada, e que mais servem para fortalecer a engrenagem de produção de pessoas produtivas, em um sistema ortopédico de conserto dos corpos máquinas.

Esta pesquisa, assim como tantas outras, nos revela o adoecimento das mulheres mães. Compreendemos esse adoecimento como uma forma destes corpos máquinas denunciarem a imensa sobrecarga, exaustão, solidão, violências, pobreza, a fome. Deste modo, compreende-se que ao tentarem dar conta de “tudo”, essas mulheres adoecem, e estando adoecidas, já não dão conta de correr atrás do atraso da correspondência ao ideal materno, pois este exige delas saúde, dinheiro,

qualidade de vida, entre outros. Se entende que este adoecimento é produzido por este regime de condutas, a partir da alta demanda e cobrança externas e internas das mulheres mães, produzindo, assim, uma inadequação deste corpo.

Há de se pensar que muitas das inadequações são fruto, então, dos adoecimentos. O que nos mune da ideia de que, ao receber uma mulher que “não consegue ser mãe” em nossos serviços, precisamos estar atentos ao quanto elas se tornaram um produto que quebrou na esteira de produção de mães ideais, e que não precisam de conserto para voltar à ordem maquinária, e sim de uma inversão nesta lógica, onde a esteira precisa pausar, ou ser brutalmente quebrada, para que novas formas de ser mãe possam emergir sem lhes custar a própria saúde e a saúde de seus filhos.

5.2 As violências e a pobreza

As narrativas nos avassalam com uma brutal violência contra as mulheres, sendo estas narradas do começo ao fim, sem nos permitir um respiro entre uma e outra. Não é à toa que posicionamos esse tópico de análise após a temática do corpo, sendo uma extensão da outra, já que as violências e a pobreza a acometem diretamente no corpo, assim como produzem subjetividades emaranhadas a essas forças. A pobreza está alocada ao lado das violências pela compreensão de que esta é uma violência do Estado e merece ser enunciada à parte das outras, pois tem o peso da prevalência nas narrativas.

Das seis mulheres mães de nossa pesquisa, cinco sofreram violência doméstica. A única que não relata essa vivência é Lourdes, a qual acima já teve seus atributos econômicos, de raça, de classe, de escolaridade e de rede de apoio enfatizados em sua condição de privilégio, como ela mesma nomeou. Dessas cinco, todas sofreram agressões físicas de familiares ou maridos. Somente Eleni não relata agressões físicas do parceiro, mas nos conta que apanhou de seus pais até os 15 anos. E apesar de não expressar violência física do marido, relata violência psicológica. Ou seja, das seis participantes, quatro foram agredidas pelos maridos, e cinco sofreram também, violência física, psicológica, além de patrimonial.

Os dados desta pesquisa nos escancaram uma realidade posta e brutal em consonância com o levantamento de “Elas vivem: dados que não se calam”, da Rede de Observatórios da Segurança, de março de 2023, referentes ao ano de 2022, no Brasil. Cerca de 2423 mulheres sofreram agressões físicas, nos quais 495 culminaram em feminicídios. Ou seja, um caso de feminicídios foi monitorado a cada 24h, e o Estado de São Paulo registrou um caso de agressão a cada 10h, sendo o estado com maior número em relação a todo Brasil.

Sabendo-se da subnotificação, e dos casos não denunciados, os números não correspondem à totalidade. Em nossa pesquisa, nenhuma das mulheres denunciou os maridos ou ex-maridos, e das cinco, duas seguem casadas com os agressores.

Seguem alguns relatos:

Maria – *“Sua segunda filha, quando entrou na adolescência, passou a dar trabalho, saia muito. Ele a culpava, pois como ela poderia ter uma filha direita tendo vindo de um corpo sujo como o dela. Dizia que tinha escolhido a mulher errada para ter seus filhos. Batia, empurrava, dava tapa na cara, jogava comida no chão, a xingava de vagabunda, puta. Na hora de fazer compras, jogava na cara dela que gastava muito, que ela usava muito sabonete no banho. Passou períodos muito deprimida. Ficava na cama, com frio, sentindo-se fraca, sem força para abrir os olhos.”*

Bernadeth - *“Quando o bebê tinha 8 meses, o questionou sobre as despesas da casa, já que ele estava vivendo como solteiro e não cumpria com o básico. Apanhou, tapas e socos no rosto. Quem ela era para questionar se ele era o homem da casa?”*

“Quando seu filho mais novo, um menino, estava com dois meses, saiu de casa para resolver questões da aposentadoria, e recebeu uma ligação de sua filha mais velha, dizendo que seu pai estava muito bravo. Quando ela chegou, o viu como um monstro. Ele espumava de raiva e ódio, socou sua cabeça de todos os jeitos. Apanhou muito, na frente de seus filhos. Ele dizia que ela o havia traído. Saiu de casa aquela noite, separou-se novamente. Ficou na mesma cidade. Ele a visitava a hora que queria, chegava de madrugada, bêbado, violento. Decidiu, depois de um

ano, mudar de cidade. Ele nunca pagou pensão regularmente. Tem que se humilhar até hoje para receber o dinheiro. Por um tempo, levava as crianças para vê-lo. Há alguns anos, agrediu sua filha do meio, e por medo, nunca mais os levou. Depois de muito tempo, entendeu que ele não mudaria, que esse homem seguiria violento. O vê como um Coronel, se acha o tal, mas não paga nem o alimento dos filhos. E ela, apesar de tudo, não é mulher de Coronel. Acredita que se não tivesse ido embora, ele a teria matado.”

Dirce – “Seu namorado fumava, ela começou a ter nojo de cigarro, além de ter desenvolvido alergia à fumaça. Um dia, jogou fora o maço de cigarro dele. Este foi o dia em que ele a agrediu pela primeira vez, grávida. Foi a primeira vez que ele mostrou as garras. Depois disso, mudou seu comportamento. Já não tinha mais paciência, a tratava mal, brigava por qualquer motivo. ”

“Morava de favor na casa da sogra, junto com outras pessoas da família. Se sentia presa, não tinha saída. Todos opinavam sobre o que ela tinha que fazer, inclusive sua sogra, que não a deixava tomar as decisões sozinha. Passou por meses de muita briga, sentia que havia saído de um inferno para entrar em outro. Nesses primeiros meses descobriu traições do namorado, ele fazia questão de deixar os rastros. Todas as vezes que ela descobria algo, ele a agredia. Na verdade, todas as vezes que ele não tinha argumento, batia nela. Quando sua filha tinha 8 meses, ele a largou para ficar com uma mulher do trabalho dele. A expulsou de casa. Se viu sozinha com sua filha, sentiu muita raiva de tudo. Ser mãe mudou completamente sua vida, antes era só ela, podia fazer o que queria. Agora não, tinha que cuidar daquela criança que nem ela mesma queria. ”

“Se separou quando sua filha já tinha 4 anos. Decidiu por isso depois de ter apanhado dele na frente de todo mundo em uma festa, inclusive de sua filha. Foi a última vez. Se mudou para um bairro de ocupação, periférico. Foi difícil se separar, ele continuou atrás dela. Fazia questão de buscar a filha, falava coisas estranhas para ela, mentia. ”

Esses são alguns, não todos, relatos de agressões físicas vividos por essas mulheres. Nota-se que as agressões se iniciaram após o nascimento de seus primeiros filhos, como nos relatos acima, ou mesmo logo após se casarem, como relata Maria:

“No começo, tudo era lindo. Durou dois anos essa paz, mas quando decidi começar a frequentar a igreja, passou a ser humilhada. Como podia uma mulher que veio de onde veio ir pra um lugar puro. Uma mulher como ela não podia fazer coisas que mulheres corretas faziam, não podia conviver com os outros, não podia ir à igreja, não podia se casar. Ouviu da boca dele que mulher que se casa sai da casa dos pais, e não de onde ela saiu. Se amargurou, passou a acreditar naquilo que ouvia. Sofria, não tinha a própria vida, não tinha a própria escolha, foi com ele acreditando sair de um inferno e caiu em outro. Ele jogava na sua cara que ela tinha uma vida de rainha, afinal, tinha luz, água e gás. Não queria nada disso, queria apoio, se nomeia como alguém “traumada”, cheia de traumas, toda quebrada. Não podia fazer nada. Sempre foi uma manicure impecável, mas ele não a deixava sair. A casa tinha que estar limpa, a comida feita, os filhos limpos e vestidos. Era obrigada a ser uma dona do lar.”

Estas histórias nos apontam a instituição do casamento como uma possibilidade de salvação de lares familiares agressivos e de uma construção a partir de um ideal matrimonial, onde elas se sentiam melhor tratadas e cuidadas pelos parceiros, pelo menos em um primeiro momento. Como no caso de Eleni:

“Sofreu muito em sua infância, apanhou até os 15 anos. Sonhava em sair de casa, casou-se para sair disso. No início, não queria que seu marido a tocasse. Seu plano não era ter alguém que se relacionasse sexualmente com ela, era sair do ambiente em que cresceu.”

E também no de Dirce:

“Cresceu sem pai, nunca soube quem ele era. Filha mais velha de uma família de 5 irmãos. Sua mãe flertava com a loucura, era usuária da saúde mental. Dela, nunca recebeu cuidado, pensa que é por conta de seu pai, sente-se diferenciada dos irmãos. Sempre soube que precisava trabalhar e seu sonho era sair de casa. Aos 16 começou a trabalhar. Aos 18 começou a namorar e aos 19 foi morar com o namorado. Queria sair de casa a todo custo. Não havia terminado os estudos, largou para casar e trabalhar.

Assim como em Maria:

“Em uma boate na estrada para Monte Mor, conheceu quem acreditou ser o amor da sua vida. Depositou nele a esperança de sair daquele inferno que era sua existência. Alguém a olhou e tratou-a com respeito, mesmo não se considerando merecedora. Se sentia suja, imunda, tomava inúmeros banhos, sonhava com um lar, com uma família. Se deixou ser salva por ele. No começo tudo era lindo. ”

Deste modo, nota-se que a pobreza, a violência intrafamiliar, a prostituição no Caso de Maria, as conduziram para relações matrimoniais que pouco correspondem com o ideal de amor romântico, e sim mais se parecem com uma negociação possível para sair de casa, ou de prostíbulos, já que sem condições, não poderiam se bancar financeiramente, tampouco encontrar outras saídas de existências possíveis. Se percebe, então, que essas mulheres, ainda adolescentes, se casam cedo, fugindo da correspondência atual de que as mulheres se casam cada vez mais tarde, ou até mesmo não se casam. Assim, a pobreza e a violência as tornaram esposas, e como uma continuação “natural” do casamento, as tornaram mães.

Nota-se que essas mulheres se constituem como esposas e mães como uma possibilidade ideal de matrimônio e maternidade, visando sair de “um inferno” como disse Maria, mas acabaram “caindo em outro inferno”, como ela mesma conclui.

Aqui se faz importante enfatizar como essas mulheres tornaram-se mães, sendo que das seis mulheres, somente duas desejavam ter filhos, Lourdes e Diva. O restante das mulheres ou não tinham o desejo, ou não queriam no momento em que engravidaram. O tornar-se esposa e mãe se configurou como um tema de importância nesta pesquisa a partir da presença maciça desta maneira de se contar que acentua as oposições existentes entre a maneira ideal de como isso deveria ser e a fatal realidade que se apresenta, atravessada pela temática da violência.

Aqui seguem-se alguns relatos de como essas mulheres tornaram-se mães.

Eleni - *“Teve seu primeiro filho aos 19 anos. Não queria. Se casou aos 17, tomava anticoncepcional religiosamente e como tinha muitas infecções, tomava muitos antibióticos. Não sabia que eles cortavam o efeito de sua pílula. Descobriu do pior modo, descobriu na pele, com o filho já no ventre. Foi um choque. Os outros a parabenizavam pela gravidez, mas ela não entendia tal euforia. Não sentia prazer em passar a mão na barriga, não gostava de conversar do assunto, sentia-se*

incomoda com a criança se mexendo, um ser estranho dentro de seu corpo sofrido. Não curtiu desejar a chegada de alguém que ela não esperava. ”

“Depois de 9 anos, engravidou de novo. De novo um susto. Um susto já grande em sua barriga. Não queria outro filho. Estava de 5 meses, e em seus cálculos, o desconforto que sentia era vesícula. Um dia, no ultrassom, descobriu que a vesícula já estava grandinha, e era um menino. Tudo de uma só vez. Relutou em contar para o marido, eles estavam em uma fase difícil, meio separados, sem se conversar. Seu mundo desabou, só chorava. Caiu, uma queda lenta, e no encontro com o chão, com um filho no ventre, passou a fazer tratamento de depressão. O marido recebeu a notícia com a frase que ficou marcada, “fazer o que né? Mais um, né!”. Sentiu-se sem apoio, revoltou-se. De novo, teve uma gravidez difícil.”

Dirce – *“Quería focar na carreira, voltar a estudar, fazer uma faculdade. Estava certa disso. Seu marido queria um filho, ela não. Ele insistiu tanto que ela começou a querer. Fez do desejo dele o seu e engravidou aos 19 anos. Trabalhou toda gestação, passou muito mal, não se sentia bem. Enjoou muito. Seu namorado fumava, ela começou a ter nojo de cigarro, além de ter desenvolvido alergia à fumaça. Um dia, jogou fora o maço de cigarro dele. Este foi o dia em que ele a agrediu pela primeira vez, grávida. ”*

Maria – *“Com 16 anos engravidou, achou que havia engravidado de um homem branco, mas sua filha escureceu, e assim, descobriu que era de outro, um negro, o primeiro homem com quem se deitou. Foi um fuá. No parto, entrou em coma, ficou dias sem voltar”.*

“Quando engravidou de sua segunda filha, a primeira dele, tentou se separar. Mas não tinha para onde ir, e permaneceu. Depois veio seu terceiro filho, não esperava ficar grávida. Um parto horroroso, era uma criança muito grande e forte para sair de um corpo tão fraco. Depois de muitos anos, com 39, engravidou de novo. Esse, nunca imaginou ter. Não queria. Tinha endometriose grave. Quando pariu, ouviu o estagiário chamar o professor: “Professor, olha o que tem dentro dessa mulher”, e ele respondeu “Tira a criança, e deixa todo o resto”. Se questiona porque ele não a limpou naquele momento, podia ter tirado toda endometriose que já chegava em seu intestino, mas não o fez. Depois disso, sua vida piorou, doía tudo, não podia nem colocar o pé no chão, defecava sangue.”

Bernadeth – *“Diz que desejou ter filhos até os 25, depois disso desistiu, sentia-se velha. Gostava da vida que tinha. Engravidou no segundo encontro, sentiu-se envergonhada. Segundo ela, sua vida arregaçou-se. A família dela já não se agradava com o fato dela ser solteira, grávida então. A forçaram dar um pai ao filho, afinal, um absurdo criança sem sobrenome. Quando contou ao pai da criança, ele disse que só assumiria se ela fosse morar com ele. Hoje diz que isso tem nome, machismo.”*

Nos interessa analisar aqui como essas mulheres se tornaram esposas e mães, em quais condições, em meio a quais desejos, sonhos, planos, ideais, regidas por quais regimes de verdades que as tornaram mais ou menos inadequadas. Assim como identificar e analisar as formas de sujeição: a individuação conforme as exigências do poder e as maneiras de prender o indivíduo a uma identidade já arquitetada e conhecida, pré-determinada, como a identidade esposa e mãe. Deste modo, se propõe visibilizar as oposições presentes nos discursos das narrativas que se encontram entre as incorporações das condutas adequadas e as formas de não corresponder às normas, de escapar às malhas do poder, em existências de maternidades possíveis, e não ideais.

O estranhamento de Eleni com a euforia alheia de quem a parabenizava por estar grávida nos mostra que ela tornou-se mãe sem a alegria socialmente esperada, sem a beleza natural da procriação culturalmente disseminada, sem o amor midiático pelo bebê ainda na barriga, e sem doce feminilidade internalizada.

“A atividade genealógica requer, indispensavelmente, a busca da singularidade dos acontecimentos, sobretudo naquilo que não participa da história, como “(...) os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (Foucault, 2000 b, p. 260), fazendo emergir o entendimento sobre os espaços onde desempenharam papéis distintos e/ou foram excluídos do discurso verdadeiro.” (p.413, FAÉ, 2004)

A discrepância entre os relatos das narrativas e o modo como a maternidade é socialmente esperada nos provoca a pensar que esta, romanticamente concebida, disseminada, e veiculada pela mídia, é construída a partir de padrões femininos inscritos em regimes de verdades e condutas que negam as condições de famílias heterogêneas permeadas de violências, classe, raça, escolaridade que estas mulheres pertencem.

As mulheres de nossa pesquisa nos mostram que estas, ao mesmo tempo que estão inscritas em regimes de condutas femininas, como o casamento e a maternidade, o modo como elas se tornaram esposas e mães estão muito distantes do modelo idealizado destes. Estando submetidas à pobreza e violências, estas se tornam esposas e mães em uma rede de forças que as levam a agir sem ao menos poder escolher e desejar o que lhes acontece. Não se trata de casamentos e maternidades planejadas, desejadas, elaboradas, trata-se de uma série de não escolhas que as levam a entrar, permanecer, ou sair, sem um grau de governabilidade de si.

São muitos os estudos que relacionam a permanência no casamento, em empregos subalternos, em relações violentas, escancarando as intersecções de raça e classe que conduzem essas condutas. Nesta investigação também podemos notar, que as mulheres negras, como Diva e Eleni, não só permaneceram em seus casamentos, mesmo com o desejo de se separar, mas como, também, se casaram na adolescência para sair de ambientes familiares complicados. E, por terem filhos com transtornos mentais, não conseguiram se manter em trabalhos formais, optando pelo ofício de costura, como Eleni, e de revenda de cosméticos, como Diva.

Entre as mulheres brancas, nota-se que Dirce, Bernadeth e Maria, separaram-se de seus maridos que as agrediam, traçando uma diferença óbvia entre as mulheres negras e brancas quanto à permanência nos casamentos. Assim como o maior grau de escolaridade e permanência em empregos formais. Essas constatações, ao mesmo tempo que assustadoras, já eram esperadas.

Mesmo entre as mulheres brancas, como Dirce, Bernadeth e Maria, as quais separaram-se, os caminhos que traçaram até conseguirem retirar-se dos casamentos se apresentou de maneira heterogênea. Dirce somente separou-se depois de conseguir um trabalho formal, e esperar cerca de 3 anos para se sentir minimamente estável. Bernadeth permaneceu aproximadamente 15 anos em um casamento violento, mesmo tendo um nível de escolaridade superior, e um emprego fixo. Maria relata que só separou-se quando recebeu o bolsa-família e conquistou o que mais sonhava, o poder de pagar as contas de luz, gás e água. Entre as mulheres negras, Eleni e Diva, estas seguem em seus casamentos, e somente no caso de Diva, foi possível conseguir um emprego fixo que pague suas contas.

Entre elas, as vivências com seus filhos também se dão de formas múltiplas. Mesmo Diva e Lourdes, que sonhavam ser mães, relatam a sensação de frustração em suas gestações e partos. Diva nos relata uma vivência violenta com o médico de seu posto, o qual não acreditou que ela estava grávida por meses, e mesmo quando ela sinalizou dores de parto, ele disse que ainda faltavam duas semanas, retirando dela o saber de seu próprio corpo e concedendo a credibilidade ao seu marido, que desacreditado de suas contrações, não a levou para o hospital pois o médico havia dito para esperar. Assim como essa vivência violenta com a medicina tem continuidade quando a equipe médica desconfiou que ela tinha machucado seu filho, sendo que a ferida dele tinha sido feita pelo uso de fórceps na hora do parto. Maria também relata violência médica no seguinte trecho:

“Depois de muitos anos, com 39, engravidou de novo. Esse, nunca imaginou ter. Não queria. Tinha endometriose grave. Quando pariu, ouviu o estagiário chamar o professor: “Professor, olha o que tem dentro dessa mulher”, e ele respondeu: “Tira a criança, e deixa todo o resto”. Se questiona porque ele não a limpou naquele momento, podia ter tirado toda endometriose que já chegava em seu intestino, mas não o fez. Depois disso sua vida piorou, doía tudo, não podia nem colocar o pé no chão, defecava sangue. ”

Tanto Eleni, quanto Dirce, relatam a sensação de fracasso em não conseguir amamentar. Eleni considera que seu leite era salgado, por isso seu filho recusava. E Dirce, desprovida do romantismo do desejo de amamentar, nos conta que sua vontade não passava pelo contato com o bebê, ou a idealização de uma nutrição de seu próprio leite, e sim pela escassez de dinheiro, no qual uma lata de leite era muito cara e durava pouco.

Os modos que essas mulheres vivenciam a maternidade estão intimamente relacionados às suas condições de vida, suas possibilidades de sobrevivência, e nos mostram que suas inadequações são produtos de violências extremas, de pobreza, de adoecimentos, de não escolhas. Essas mulheres constroem histórias de maternidades que passam longe das vivências sonhadas pela maioria das mulheres. Não são histórias modelos, nem que suscitem em nós um desejo de viver como elas, muito pelo contrário, nos trazem repulsa, e se não cuidarmos dessas repulsas pelas

vidas que lhes foram possíveis, jamais conseguiremos, enquanto agentes de saúde, promover um cuidado que a elas sirvam e a elas digam algo.

Elas nos mostram, ao nos causarem reviravoltas no estômago, que suas vivências são o que elas melhor puderam fazer consigo mesmas, sustentando a criação de seus filhos, sem abandoná-los, e escrevendo histórias de maternidades possíveis, em vidas possíveis, inscritas em um tremendo agora recheado de desigualdades, violências e impossibilidades.

5.3 O filho louco

Nossas narrativas são permeadas pelas vivências das mulheres mães com a relação com seus filhos, e com o traço “problemático” deles, os quais os levaram ao CAPSij e nos permitiram ter acesso às estas famílias, já que esta investigação parte deste local de Saúde Mental e nos interessa, inclusive, analisar este ponto que diferencia essas mães.

É sabido que crianças que crescem em lares violentos, permeados pela pobreza, atingidos pela fome, refletem essas condições em seus corpos, traduzindo desigualdades em sintomas e comportamentos “inadequados”. A relação não é lógica e nem simples, e tampouco se trata de uma perspectiva de causa e efeito, a complexidade dessa trama nos mostra que não são todas as crianças que reagem dessa maneira, mas nos interessa, aqui, enfatizar que a relação entre normal e patológico é permeada pelo ambiente em que estão situadas, e não se tratam somente de questões orgânicas e biológicas relacionadas aos transtornos mentais.

Nos importa pensar a relação que estas mulheres estabelecem consigo mesmas e com a maternidade a partir da criação de filhos “loucos”, e como estas constroem suas possibilidades de existência a partir disso. Diva nos conta a partir do adoecimento dos filhos, e as imposições do marido, a impossibilidade que se criou para sair trabalhar:

“Começou a trabalhar como doméstica, e gostava. Tinha que se arrumar para ir, ganhava seu dinheirinho, comprava as coisas para os filhos. Seu marido começou

a encrencar com o trabalho dela, e sua vida foi ficando mais difícil. Ele brigava com ela quando estava bêbado, não dava atenção para as crianças, e passava muito tempo fora, o que para ela, era melhor. Um dia começaram a dizer no bairro que ela estava se arrumando muito, que estava muito bonita, que ele deveria ser corno. Ele acreditou e passou a desconfiar dela. Passou então a trabalhar escondido, saía depois do marido, e voltava antes dele. Foi uma época feliz. Andava com sorriso no supermercado imaginando a carinha de seus filhos quando lhes desse o que ela podia comprar. Contudo, um dia contou a ele que estava trabalhando e não teve mais paz. Somado a isso, sua filha já tinha uns 4 anos e começou a dar muito trabalho na escola, ligavam todos os dias para ela ir buscá-la antes da hora. Teve que sair inúmeras vezes do serviço. Passou a não atender todas ligações da escola. Mas se agoniou. Pouco depois seu filho quebrou o braço em várias partes. Os médicos aconselharam que ela ficasse em tempo integral com ele. Mas continuou trabalhando. Um dia a sua patroa disse: “você terá que escolher entre seus filhos e o trabalho, não tem mais como”. Se sentiu dividida, olhava para a cara do filho e pensava no emprego, não sabia o que fazer. Teve que largar o emprego. ”

A relação entre o adoecimento dos filhos e a impossibilidade de se manter em um emprego fixo se manifesta, novamente, no relato de Dirce:

“Têm dificuldades com a filha. Ela não a obedece, a desafia, a tira do sério. Se queixa de seu comportamento, a leva ao CAPS. A acha diferente, parece que tem algo de errado. Sente-se mal por isso. Queria que fosse mais fácil, queria que ela fosse diferente, que tudo fosse diferente. A maternidade deixou marcas importantes em sua vida, configurou um antes e um depois. A área que foi mais afetada foi a vida profissional. Perdeu muitos empregos porque sua filha estava doente. Sente raiva nas entrevistas de emprego quando a perguntam se tem filhos, e quando responde que sim, são feitas inúmeras perguntas sobre com quem a filha fica, onde ela fica quando está doente, se tem ajuda, se vai à escola. Se sente em desvantagem e desrespeitada. Sabe que tem que correr mais, e mesmo assim, às vezes, consegue menos. Nada é garantido. Sabe que ama sua filha, mas não nega em nenhum momento, em sua profunda sinceridade, o quanto isso é fonte de sentimentos complexos. ”

Dirce nos conta acima como a maternidade, e o adoecimento da filha, se relacionam com a dificuldade em se manter em um emprego, mas também nos lembra de como a ausência de vagas em creches contribuíram ainda mais para o seu afastamento da vida profissional:

“Só conseguiu vaga na creche quando sua filha tinha 2 anos. Tentou deixá-la com babás para trabalhar. Chegou a levá-la e deixá-la escondida aos sábados, pois não tinha com quem contar, mas perdeu o emprego. Ao voltar com o namorado decidiu que voltaria só para arrastar um tempo até conseguir sair. Terminou a escola, começou a trabalhar. Sua filha começou a ir na creche. Sustentou uma vida difícil pela filha, pois se fosse só ela, já tinha saído. Vê a maternidade como um acontecimento ruim, sua vida piorou. Sente que não conseguiu caminhar para frente, focar nela mesma, sua vida agora era sua filha. Às vezes se imagina encontrando com sua eu do passado, e tem vontade de bater nela, bater muito. Se arrepende de ter largado a escola, engravidado, se relacionado. Se separou quando sua filha já tinha 4 anos.”

O relato acima escancara como a ausência de políticas públicas, como escolas e períodos de contra turno escolar, corroboram para as mulheres permaneçam em relações violentas, sem conseguir garantir o direito ao trabalho formal. As mulheres de nossa pesquisa também relatam a dificuldade em trabalhar não somente associados ao fato de terem se tornado mães, mas também por serem esposas, assim como no primeiro relato acima, de Diva, que encontrou um modo de trabalhar escondido de seu marido, saía depois dele, e retornava antes que ele, pois este passou a sentir ciúmes do fato dela se arrumar e sair de casa todos os dias. Esta relação violenta entre marido e mulher também se apresenta na narrativa de Maria:

“Ele jogava na sua cara que ela tinha uma vida de rainha, afinal, tinha luz, água e gás. Não queria nada disso, queria apoio, se nomeia como alguém “traumada”, cheia de traumas, toda quebrada. Não podia fazer nada. Sempre foi uma manicure impecável, mas ele não a deixava sair. A casa tinha que estar limpa, a comida feita, os filhos limpos e vestidos. Era obrigada a ser uma dona do lar.”

Também se faz importante destacar a relação que as mulheres estabelecem com seus filhos e consigo mesmas, a partir das vivências difíceis com seus filhos.

Neste relato que se segue, Diva nos conta também sobre o ponto abordado anteriormente, a dificuldade em estar em um emprego por conta da filha, a relação com a filha, com a fome, e como se sente perante tudo isso.

“Um dia, em casa, ainda com os pontos da cesárea, cuidando do recém-nascido e mais dois filhos, o corredor de sua casa alagou. Teve que limpar tudo sozinha, seus pontos abriram, sua filha, que já estava nervosa, a chutou nos pontos. Se sentiu traída por todos. Sua mãe veio ajudá-la e mandou os dois filhos mais velhos passarem um mês com uma tia. Diva conseguiu cuidar melhor de seu bebê, e com sua mãe perto, se sentia mais protegida. A mãe brigou com seu marido, disse verdades à sogra e permitiu que ela ficasse mais tranquila. Segue a vida com seu marido, entre percalços. Sua filha do meio a preocupa, exige mais cuidados. Tem dificuldades de aprendizagem na escola, é muito irritada, brava, agressiva, por vezes. Diva tem dificuldades em entendê-la, não compreende o que se passa, se sente culpada. Deixou de trabalhar por conta da demanda da escola, com ela desse jeito não tem como. Carrega esse peso, pois gostava de trabalhar. Passou anos sem cortar o cabelo, sem comprar creme para o cabelo, sem poder fazer a sobrancelha. Sente falta de seu dinheirinho. Hoje em dia revende produtos de beleza, montou uma lojinha na calçada de casa. Mas paga pouco. Resiste a voltar ao trabalho, já sente o fracasso antes do acontecimento. Que patrão vai entender. Ninguém irá entender o que ela passa. Não se arrepende de nada, se orgulha de seus filhos. Mas os sente por vezes a puxar para trás. Como se algo a enlaçasse e a puxasse. Tem dias que acorda de manhã e logo cedo já escuta a pergunta que a mata: “o que tem para comer?”. Eles comem o tempo todo, e essa pergunta a machuca quando não tem o que dar. Ela inventa de tudo. Esses dias fez um bolinho de chuva com arroz velho, não tinha farinha. Eles adoram, comem tudo, nem percebem. Só o mais velho, que agora passou a reparar que ela não come quando tem pouco, e a chama pra mesa, dividi com ela, e só come depois que ela comeu. Isso a mata e a alimenta, ao mesmo tempo. Se considera uma boa mãe, mas acha que ninguém acha isso. Hoje se sente menos só, eles estão maiores, cuidam da casa, cuidam dela. Tem dias que a vida parece um filme de terror, nada a ver com as novelas mexicanas.”

Este sentimento de ser puxada para trás a partir da maternidade é relatado tanto na narrativa de Diva, como na de Dirce, e também na de Lourdes. Exaltando o degrau desigual em que essas mulheres são colocadas a partir do momento em que

necessitam sustentar essas maternidades heterogêneas, difíceis, sem apoio do Estado, dos maridos, e mais que isso, vítimas de violências desses dois últimos.

Diva explicita o olhar do outro em detrimento do seu, ao dizer que se considera uma boa mãe, mas não se sente reconhecida pelos outros dessa maneira, a fazendo ter uma relação consigo e com a maternidade de fracasso. Eleni também nos convida a olhar para essa questão a partir do comportamento de seu filho e o julgamento alheio:

“Esperava que seus filhos viriam bonzinhos, que os educaria como sua mãe, de forma dura e firme. Mas teve que deixar suas expectativas de lado. Essa foi uma das partes mais difíceis: desprender-se do que ela e os outros esperavam. Vía que a vizinha conseguia colocar limites conversando, que as crianças dos outros obedeciam. Sentia-se fracassada e fraca. Com o seu segundo filho, que faz tratamento no CAPSij, não era bem assim. Ela queria tudo do seu jeito, e entendeu que teria que dar espaço à como ele queria também. Com ele não adiantava avisar que o fogo machuca, ele queria mexer mesmo assim. Ele não tem medo, e ela tem medo da sua falta de medo. Passa noites em claro emprestando seu medo a ele. O que será dele quando crescer? Está sempre atenta, desliga o gás, o fogão, ele mexe em tudo. Sentiu muita diferença de um filho para o outro, o segundo a desafiou muito. Resistiu em aceitar que seria tudo diferente. O chama de um imprevisto imprevisível. Muitas vezes se questionou se era uma mãe boa, mas vê que tudo aconteceu na hora errada. Não se arrepende hoje, mas na época que eles nasceram, sim. Não queria, mas diz que os teria mesmo assim. Contudo, gostaria de outras condições. Com o tempo, considera que amadureceu, e parou de ser tão rígida. Não gostava de bagunça, de sujeira, hoje em dia vê que “isso dá para arrumar”. Sente que se estressa menos, dá menos importância. Consegue dimensionar melhor as brigas que vai entrar. Deixou de fazer muitas coisas, ir em aniversários, pois passaria vergonha com seu filho. Sentia-se julgada, veriam que seu filho era mal educado. Achava que não o educava bem, que estava fazendo algo muito errado. Atualmente, vê que ela o educou sim, mas ele tem suas dificuldades. Hoje consegue conversar melhor com ele, antes de brigar pelas coisas que ele faz. Vê que seu filho precisa de suas orientações, e se sente muito responsável em guiá-lo na vida, do jeitinho dele. Já ouviu muito dos outros o que deveria fazer para melhorar seu filho, para ser uma mãe melhor, e para ter um filho

normal. As pessoas apontavam suas falhas, chamavam atenção de seu filho em sua frente. Isso a magoava. Aprendeu, depois de muito ódio, a conversar com essas pessoas também. Sofreu muito em ver que as outras crianças não brincavam com seu filho. Sentia-se ferida quando via seu filho excluído. Tinha vontade de implorar para as crianças serem amigas dele, mas viu que não era bem assim. Sentiu-se muitas vezes perdida, não entendia porque existia, qual era o sentido de tudo aquilo, porque as coisas estavam acontecendo daquele modo. Estava exausta, muito cansada, emocionalmente abalada, e deu-se conta de que não precisava fazer tudo tão certinho, tão perfeitinho, que poderia deixar de carregar tanto peso.”

Eleni relata sobre o seu sofrimento a partir de seu ideal de maternidade e o ideal dos outros em relação às condutas dela. Sente-se fracassada, fraca, errada. Se questiona sobre seu modo de educar, se culpa pelas atitudes de seu filho, e se isola para não o expor e se expor nessas condições de inadequações. Encontramos um pouco dessas sensações no relato de Bernadeth:

“Amava ser mãe de crianças, adorava ter um bebê no seu colo, aquilo era seu mundo. Mas não gosta de ser mãe de adolescentes, essa tem sido a pior fase, uma merda. Hoje seu filho mais novo tem 12 anos. A mais velha já tem 22 e não mora mais com ela, a do meio tem 15. Suas duas filhas já fizeram tratamento no CAPSij. Se sente extremamente agredida por todos eles. Sua vida tem sido um inferno, são inúmeras brigas, sente-se desrespeitada, já teve que chamar a polícia para eles. A sensação é de fracasso, como tudo isso pode acontecer? Fez filhos problemáticos, algo deu errado, sente-se mal por isso. Sente muita culpa por eles não serem normais, como se tivesse feito algo meio quebrado, defeituoso. Está presa a eles, não consegue viver a própria vida. Parou de trabalhar desde o acidente, nunca mais namorou, pois tem medo. Vive a vida dos filhos pois não consegue seguir a sua sabendo que eles sofrem. Queria que a maternidade fosse mais fácil, sente um peso, ela por 3 almas. ”

Esta ideia de não ser mais “uma”, e de carregar o “peso” da criação dos filhos, nos remete à noção de família constituída e firmada em cima das atividades domésticas e dos filhos, sendo estas puramente desempenhadas pelas mulheres. Esta noção de família sustenta o nosso atual modelo econômico e político, e firma o total descompromisso neoliberal com as políticas públicas, tornando as

desigualdades um fracasso pessoal, representada pelas relações frustrantes que as nossas mulheres possuem consigo e com os filhos.

Margareth Rago (38), faz uma transposição ao pensar o modelo de sujeito baseado no “capital humano”, no “eu como empresa”, para a lógica familiar, “a família como empresa”, sendo as mulheres responsáveis por fazerem a casa funcionar e também fazerem seus filhos funcionar, darem certo, e em alguma medida, mais lucro. Vemos em nossas narrativas que o filho “louco” dificulta essa ideia, pois como ele não “funciona” bem, também traz perdas econômicas para as famílias, nas quais não podem trabalhar, necessitam mudar muitas vezes de escola, e acessar serviços de saúde com mais frequência.

Esse modelo de “mãe empresa”, sendo uma extensão da “mãe máquina”, nos coloca frente ao modelo neoliberal que captura aspectos do feminismo, como empoderamento das mulheres, lutas contra as violências, subordinações e dominações, como um aspecto que eleva às mulheres e as deixa mais “autônomas”, mais “profissionalizadas”, mais produtivas.

“Nessa lógica, a família é pensada como uma empresa, assim como a criança e todos deveriam funcionar bem e dar lucro. Para tanto, seria interessante que as mulheres fossem emancipadas da opressão masculina e que pudessem realizar suas tarefas empresariais com mais habilidade, lucratividade e liberdade, inclusive formando-se profissionalmente, isto é, investindo nos seus “recursos adquiridos”, para além dos genéticos (38)”.

Nota-se que essa ideologia neoliberal empresarial conduz as condutas e os sentimentos relacionados a si das mulheres de nossa pesquisa, contudo essas estão à margem inclusive das políticas de capturas do feminismo, pois estas mulheres não acessam maiores níveis de escolaridade, tampouco relatam sobre profissionalização, e também não usufruem diretamente de políticas contra as violências. O que nos faz concluir que estas estão, apesar de submetidas à lógica, à margem das políticas, mostrando a heterogeneidade de acessos. Ou seja, estes dispositivos de empoderamento de mulheres livres e bem sucedidas, com maior poder de lucro e compra, estão restritos a uma parcela de mulheres que já estão inscritas em modelos ideais, produzindo uma maior distância e mal-estar entre elas.

Em seu texto, Margareth Rago (38) analisa e questiona a luta por políticas públicas voltadas às mulheres dentro da lógica neoliberal de avanço de direitos,

retomando a Foucault (36) e sua crítica sobre o “direito novo”, no qual são reivindicadas práticas de resistências à governamentalidade dentro do modelo normalizador. Ou seja, a conquista de direitos pode até garantir melhores condições de vida, contudo ainda estão inscritos em um modelo de normação, punitivista e regulatório.

Deste modo, Rago (38) faz um contraponto esclarecendo a importância das lutas de direitos feministas, e os avanços que estas trouxeram para a sociedade e para as mulheres, e faz uma contribuição:

“Criam-se, assim, meios para que as mulheres possam enfrentar e resistir aos efeitos negativos do neoliberalismo, na medida em que surgem condições de emancipação do poder patriarcal e da cultura machista e misógina. A questão não é apenas de reação à violência e à dominação masculina; trata-se também da criação de outros modos de vida, de novos vínculos entre as mulheres, vínculos de amizade, de solidariedade e de cooperação, assim como de novas relações consigo mesmas nesse cuidado de si e da outra” (38).

Compreende-se assim, a partir desses embasamentos e de nossas narrativas, que se faz urgente não somente a criação de políticas públicas para as mulheres, mas também da construção de possibilidades de afirmação de singularidades, de reconhecimento das diversas possibilidades e impossibilidades de existências, de criação de novas formas de viver, de se sociabilizar, de se relacionar, que escapem da competitividade, da lógica do lucro, das violências e do narcisismo de nosso mundo.

Segundo Deleuze, o capitalismo se beneficia da liberdade empresarial, onde um “homem flexível e endividado” é mais capaz e mais produtivo do que o antigo “corpo dócil”. Ao transpor esse pensamento à nossa temática, podemos ver que uma “mãe esfomeada, endividada e violentada” é capaz de tudo suportar e de tudo fazer em nome da sustentação de suas maternidades, mesmo que julgadas e adoecidas em suas inadequações, mantendo a ordem do sistema, em detrimento de suas desordens.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Maria-pelego-preto, moça de 18 anos, era abundante de pelos no pente.

A gente pagava pra ver o fenômeno.

A moça cobria o rosto com um lençol branco e deixava pra fora só o pelego preto que se espalhava quase até pra cima do umbigo.

Era uma romaria chimite!

Na porta o pai entrevado recebendo as entradas...

Um senhor respeitável disse que aquilo era uma indignidade e um desrespeito às instituições da família e da Pátria!

Mas parece que era fome” (39).

Esta pesquisa iniciou não no começo, mas no meio de minha prática enquanto psicóloga de um Serviço de Saúde Mental Infanto-juvenil público, diante da relação do meu corpo com as mulheres mães deste local. Seu início se deu pela vida que essas mulheres emanavam a partir de suas maternidades e que chegavam até mim como corpos inadequados, a serem consertados, organizados e orientados. A inadequação se apresentou como um potente modo de olhar para suas vidas, suas histórias, seus desejos, deslizos, curvas de existências nada cartesianas que careciam de olhares menos retos, para que assim pudessem existir em suas multiplicidades e complexidades.

Vidas vivas que já existiam antes desta pesquisa, e seguem existindo após o encerramento, e que nunca precisaram da academia para afirmar suas existências enquanto vidas possíveis dentro desses emaranhados de idealizações do que é ser mãe. Deste modo, esta pesquisa permitiu a afirmação do encontro da vida de mulheres mães com o emaranhado de minha vida, onde pode nascer esse amontoado de páginas que deram palavras às minhas inquietudes e a tantas histórias que pudemos contar e compor.

Esta trajetória se fez possível a partir das leituras de Foucault e de feministas pós-estruturalistas, que nos possibilitaram construir um referencial teórico comprometido com a vida e suas nuances e nos permitiram tecer as texturas do sujeito mulher mãe de um CAPSij a partir da concepção de um sujeito atravessado, construído, emaranhado, governado pelas tramas do poder, do saber e dos regimes de verdades de uma época e um local. Fomos munidos, a partir desse referencial, a

nos atentar ao inadequado, anormal, ao ordinário, ao que escapa à norma e encontra outros modos de existir e de se fazer enquanto gente, produzindo um saber localizado e menor.

A construção teórica passou pelas concepções de mulher, pela idealização do sujeito mãe, e pelas condutas maternas esperadas, e se encontrou com a nossa metodologia de pesquisa-intervenção. Esta metodologia, que não pretende separar a vida da pesquisa, o objeto do pesquisador, considera a implicação deste como parte essencial do ato de investigar, o colocando como parte da investigação ao levar em consideração a localização e o posicionamento do pesquisador nos caminhos investigativos. Assim, a investigação não se estabelece enquanto análise, ou representação da realidade e do objeto, e sim como um ato interventivo, que transforma a realidade e o pesquisador, em um processo mútuo e mutante.

Nossa construção teórica encontrou corpo em nossa metodologia e permitiu que, assim, nos encontrássemos com as seis mulheres mães da pesquisa, em forma de entrevistas que viraram narrativas. A partir dessas narrativas utilizamos o referencial genealógico para produzir a discussão do texto, e produzir um material que tece as texturas das vidas de nossas mulheres e suas maternidades.

Foram inúmeras as camadas encontradas que as fizeram mulher, esposas e mães. As narrativas nos alcançam em lugares dolorosos, onde a violência, a fome, a desigualdade social, a raça e a classe se tornam componentes dos grafites que escrevem essas vidas. Nos atentamos a três grandes temas que enlaçam essas vidas à maternidade, que foram: o corpo, as violências e o filho louco.

Nos deparamos com o corpo máquina mãe, que tudo pode suportar, e que aliado à vasta solidão das mulheres no cuidado de seus filhos, as transformam em corpos que sustentam uma maternidade onde não se cabe desistir, fraquejar, abandonar, abdicar, ou até mesmo adoecer. A força materna, que invagina a solidão e o desamparo e produz corpos fortes, as transformam em máquinas de cuidar, e mostram sua resistência ao corpo máquina ao adoecer, ao encontrar a humanidade de um corpo através de seu adoecimento. O adoecimento de seus filhos também se torna uma forma de denúncia de realidades difíceis, e que as fazem, enfim, chegar a um local de saúde carregando nos braços um filho louco, que apesar das dificuldades, as tornam mais humanas.

E é neste local de saúde que esta pesquisa busca, também, intervir, para que possamos acolher essas mulheres não somente como pessoas individualizadas, mas como sujeitos que portam infinitas camadas que as tornaram quem são, não cabendo a nós, agentes de saúde, culpabilizá-las por quem são, tampouco orientá-las a ser quem nunca serão, ou consertá-las para serem quem nos é mais confortável cuidar. Assim, aqui, se faz necessário refletir a partir do que essas mulheres nos causam, modos de cuidar menos autoritários e ortopédicos, que sejam portos onde elas possam se ancorar, e não mais um lugar onde estas não caibam.

Somos avassaladas pelas violências relatadas, pela fome nas entranhas, pelas vidas despedaçadas, pelos corpos machucados, e assim, podemos olhar para essas mulheres como corpos que denunciam o que há de pior em nossa sociedade, e não como corpos inadequados que necessitam de reparos. O que podemos pensar é que estas mulheres não necessitam de mais um local que as digam como ser, mas sim de muitos locais que as ampare e as defenda nessa força bruta que é ser mãe, que é parir um outro e a si mesmo, frente à solidão materna e a carência de instituições que garantam direitos básicos como o da vida, moradia, estudos, e renda.

É notória a ausência do Estado no amparo às famílias na criação de seus filhos, na sustentação de vidas dignas para o exercício digno da parentalidade. Este mesmo Estado que ao não permitir a atividade do aborto, tornando a maternidade como compulsória, abandona as mulheres e seus filhos e produz violências para que estas consigam sustentar uma maternidade que mal puderam escolher. Fica claro que as mulheres que acessam mais direitos possuem mais condições, conseguem desenvolver o exercício parental de modo menos dolorido. Podemos dizer que o que encontramos como inadequação da maternidade também pode ser chamado de violência doméstica, de pobreza, fome, casamentos falidos, desemprego, negritude e desigualdades sociais.

A maternidade idealizada exige inúmeras nuances que a sustente como tal, é necessário um imenso arcabouço que dê sustentação às mães para que elas possam exercer a maternidade, sendo uma injustiça compreender que a inadequação da maternidade se resume somente às escolhas das mulheres, ou melhor, se resumam somente a elas. Vimos que este sujeito neoliberal, responsável por si como uma empresa, assim como seu sucesso ou fracasso, ganha corpo nas

mães empresas, que são responsabilizadas por todo e qualquer tipo de sucesso ou fracasso em suas maternidades. Deste modo, compreende-se a necessidade do fortalecimento e criação de políticas públicas intersetoriais que deem sustentação ao exercício de criação de filhos e de produção de vidas dignas de serem vividas.

Se faz urgente ressaltar, também, que a criação desse arcabouço de sustentação da maternidade não está somente associada ao Estado e às políticas públicas. Nossas mulheres nos demonstram que é possível construir redes de cuidado que não passem somente pelos meios formais, mas que se dão na informalidade das relações entre mulheres, familiares e amigos, que alicerçados em relações mais solidárias, constroem modos de existir menos solitários e que produzem cuidado. Por mais que nossa pesquisa faça uma defesa inegável do cuidado em saúde às mulheres mães, não se pode descartar a capacidade de que essas pessoas têm de se cuidar, de se cuidarem entre si, nos mostrando que já possuem ferramentas de cuidado de si e do outro que fogem às normas e às condutas.

Uma textura importante de nossas mulheres é a criação do filho louco, que foge à norma e as tornam ainda mais desamparadas e marginalizadas, as deixando desempregadas, em relações amorosas violentas, sem possibilidades de escolhas e de existências, emaranhadas com a culpa por terem fracassado, errado e por não terem sido “boas” o suficiente. A engrenagem que as torna mães e esposas é a mesma que as massacra, que as abandona, que as joga em uma realidade difícil e as deixa ali, sozinhas com o que um dia acharam que poderia ser diferente, em uma queda livre entre o céu do ideal, e o frio chão da vida real.

A sustentação da maternidade as faz dizer de uma força vital, força que movimenta, que alimenta, que busca comida, trabalho, e formas de existir. Estas mulheres nos mostram que apesar de tudo que as tornaram quem são, elas ainda encontram beleza em seus filhos, em suas vidas, em um bolinho de arroz amanhecido na escassez de farinha, no rosto feliz de seus filhos alimentados, no abraço à noite em frente à televisão com dois filhos em cada braço, e dois em cada perna. Elas nos mostram que nas vidas difíceis ainda é possível existir vida, e a brutal potência de vida emerge, ao sustentar maternidades possíveis.

Esta pesquisa me transformou profundamente, me fez acreditar, no início, que encontraria somente dor nestas vivências de maternidade, me fez pensar que

se tornar mãe era um desejo comprado em uma loja onde nada é seu, me produziu sentimentos profundos de injúria, raiva, onde por alguns momentos, entendi que ser mãe é um fardo pesado para carregar. Ao final dela, já não penso mais assim, penso que a maternidade não as trouxe somente dor, mas também muita vida, muitas possibilidades de existir. Suponho que algumas delas, hoje, se sintam menos sozinhas, se sintam mais acompanhadas, não pelo Estado ou marido que as machucaram, mas pelas pessoas que pariram, pelos filhos que delas saíram e que elas alimentaram e cuidaram, e que também são fonte de alimento e de cuidado para seus corpos. Gerar uma vida em nossa sociedade ainda pode ser muito doloroso, como vimos, mas é inegável a afirmação da vida e da existência que essas narrativas carregam.

Termino essa pesquisa sendo uma outra psicóloga, sendo uma outra mulher, mais humana, mais viva, mais atenta à tanta vida. Acreditava, em seu começo, que ela me ajudaria a enterrar o meu desejo de ser mãe, e termino gestando a ideia de que existem inúmeras maneiras de se afirmar maternidades possíveis em vidas reais. Esta pesquisa se finaliza, mas os seus frutos estão germinados em mim, e seguirão me transformando a cada vez que me deparar, em uma sala quente, em dia de sol, com uma mulher mãe.

7. BIBLIOGRAFIA

1. Oksala, J. Como ler Foucault. Rio de Janeiro: Zahar; 2011.
2. Badinter, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.
3. Del Priori, M. Ao sul do corpo. Condição feminina e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: UNESP; 2009.
4. Swain, T.N. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e maternidade. In: STEVENS C, editor. Maternidade e feminismo diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Mulheres; 2007. p. 201–47.
5. Oksala, J. O sujeito neoliberal do feminismo. In: Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: Perspectivas Foucaultians. São Paulo: Intermeios; 2019.
6. Foucault, M. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal; 1993.
7. Zanello, V. Saúde Mental, gênero e dispositivos. Curitiba: Appris; 2018.
8. BRASIL. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. 2005. 75 p.
9. Zanello, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. Aborto e (não)desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia. 2016;103–22.
10. McLaren, M.A. Foucault, Feminismo e Subjetividade. São Paulo: Intermeios; 2016.
11. Mariano, S.A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. Revista Estudos Feministas. 2005;13(3):483–505.
12. Rago, M. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp; 2013.
13. Rago, M. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. Interfaces. 2019;1–11.

14. Grosz, E. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. Labrys Estud Femin. 2002;
15. Foucault, M. Vigiar e punir. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; 1987.
16. Ariès, P. História social da infância e da família. Rio de Janeiro: LCT; 1978.
17. Xavier, Aline ; Zanello, V. Ouvindo o inaudito : mal-estar da maternidade em mães ofensoras atendidas em um CREAS. 2018;1–23.
18. Mathiesen T. The viewer society Michel Foucault's 'panopticon' revisited. In: Surveillance, Crime and Social Control. 2017.
19. Bruno, F. Maquinas de ver, modos de ser. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
20. Debord, G.L. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto; 1997.
21. Rodriguez, P.E. Espetáculo do Dividual: Tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais. Rev ECO-Pós. 2015;
22. Haberland, D.F. “Manual moderno da boa mãe” – a atuação da mídia na produção dos corpos grávidos e no preparo da mulher para a maternidade. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); 2020.
23. Deleuze, G. El saber :curso sobre Foucault. Clases. 2013;
24. Foucault, M. O sujeito e o poder. Michel Foucault uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. 1995;231–9.
25. Foucault, M. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes; 2008.
26. Foucault, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes; 1999.
27. Carvalho, S.R; de Andrade, H.S; de Oliveira, C.F. O governo das condutas e os riscos do risco na saúde. Interface Comun Saúde e Educ. 2019;23:1–13.
28. Foucault, M. Microfísica do poder. São Paulo: Paz e Terra; 2015.
29. Paulon, S.M. A análise ae implicação como ferramenta na pesquisa-Intervenção. Psicol Soc. 2005.
30. Carvalho, S; Azevedo, B.M. O diário de campo como ferrementa e dispositivo

- para o ensino, a gestão e a pesquisa. In: Conexões: saúde coletiva e políticas de subjetividade, 2009.
31. Rocha, M.L da, Aguiar, K.F de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicol Ciência e Profissão*. 2003.
 32. Galvão, E.F.C, Galvão, J.B. Pesquisa Intervenção e Análise Institucional: alguns apontamentos no âmbito da pesquisa qualitativa. *Rev Ciências Da Soc*. 2017.
 33. Filho, K.P. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. *Rev Ciências Humanas*. 2017.
 34. Spink M,J. A produção de informação na pesquisa social. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2014.
 35. Rose, N. *Iventando nossos selfs*. Petrópolis, RJ: Vozes; 2011.
 36. Foucault, M. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes; 2008.
 37. Butler, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2012.
 38. Rago, M. *Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos*. DoisPontos. 2017.
 39. Barros, M. *Poesia Completa*. São Paulo: Leya; 2010.

8. ANEXOS

ENTREVISTAS (IDENTIFICAÇÃO E ROTEIRO DE PERGUNTAS)

1) Identificação e dados objetivos:

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Religião:

Praticante? Sim () Não ()

Cor:

Escolaridade máxima atingida:

Naturalidade:

2) Questões abertas

- Conte um pouco da sua história de vida e como se tornou mãe.
- Como que você pensava a maternidade antes de ser mãe?
- O que é ser mãe?
- O que mudou na sua vida depois que se tornou mãe?
- Quais foram as maiores dificuldades que você encontrou?
- E as maiores potências?
- Você se considera uma “boa” mãe?